

PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LVIX

FLORIANÓPOLIS, 28 DE ABRIL DE 2009

NÚMERO 6.026

16ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa
MESA

Jorginho Mello
PRESIDENTE

Gelson Merísio
1º VICE-PRESIDENTE

Jailson Lima
2º VICE-PRESIDENTE

Moacir Sopelsa
1º SECRETÁRIO

Dagomar Carneiro
2º SECRETÁRIO

Valmir Comin
3º SECRETÁRIO

Ada Faraco de Luca
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Herneus de Nadal

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Silvio Dreveck

PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO
Líder: Antônio Aguiar

DEMOCRATAS
Líder: Cesar Souza Júnior

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Dirceu Dresch

PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA
Líder: Serafim Venzon

PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO REPUBLICANO
BRASILEIRO
Líder: Professora Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Professor Grandó

PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
Romildo Titon - Presidente
Marcos Vieira - Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
Cesar Souza Júnior
Dirceu Dresch
Pedro Uczai
Sargento Amauri Soares
Joares Ponticelli
Herneus de Nadal
Terças-feiras, às 9:00 horas

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO
Reno Caramori - Presidente
Décio Góes - Vice-Presidente
Narcizo Parisotto
José Natal Pereira
Manoel Mota
Adherbal Deba Cabral
Jean Kuhlmann
Terças-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA
Pe. Pedro Baldissera - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Giancarlo Tomelin
Edison Andrino
Adherbal Deba Cabral
Reno Caramori
Professor Grandó
Quartas-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL
Rogério Mendonça - Presidente
Reno Caramori - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Dirceu Dresch
Serafim Venzon
Romildo Titon
Ismael dos Santos
Quartas-feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO
Manoel Mota - Presidente
Joares Ponticelli - Vice-Presidente
Elizeu Mattos
Dirceu Dresch
Jean Kuhlmann
Giancarlo Tomelin
Professor Grandó
Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO
Marcos Vieira - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Décio Góes
Kennedy Nunes
José Natal Pereira
Manoel Mota
Renato Hinnig
Professora Odete de Jesus
Silvio Dreveck
Quartas-feiras, às 09:00 horas

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
Darci de Matos - Presidente
Sarg. Amauri Soares - Vice-Presidente
Adherbal Deba Cabral
Pedro Uczai
Elizeu Mattos
Kennedy Nunes
Nilson Gonçalves
Quartas-feiras às 11:00 horas

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA
Silvio Dreveck - Presidente
Renato Hinnig - Vice-Presidente
Herneus de Nadal
Elizeu Mattos
Serafim Venzon
Pedro Uczai
Professor Grandó
Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE
Décio Góes - Presidente
Renato Hinnig - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Edison Andrino
Cesar Souza Júnior
Reno Caramori
Professor Grandó
Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE
Genésio Goulart - Presidente
Prof. Odete de Jesus - Vice-Presidente
Darci de Matos
Giancarlo Tomelin
Ana Paula Lima
Kennedy Nunes
Antônio Aguiar
Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER
Ana Paula Lima - Presidente
Kennedy Nunes - Vice-Presidente
Genésio Goulart
José Natal Pereira
Rogério Mendonça
Professora Odete de Jesus
Ismael dos Santos
Quartas-feiras às 10:00 horas

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTO
Pedro Uczai - Presidente
Elizeu Mattos - Vice-Presidente
Cesar Souza Júnior
Serafim Venzon
Genésio Goulart
Professor Grandó
Lício Mauro da Silveira
Quartas-feiras às 08:00 horas

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL
Renato Hinnig - Presidente
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente
Ana Paula Lima
Lício Mauro da Silveira
Elizeu Mattos
Edison Andrino
Narcizo Parisotto
Terças-Feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
Prof. Odete de Jesus - Presidente
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente
Pe. Pedro Baldissera
Kennedy Nunes
Herneus de Nadal
Genésio Goulart
Ismael dos Santos
Quartas-feiras às 18:00 horas

**DIRETORIA
LEGISLATIVA**

Coordenadoria de Publicação:
responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração, montagem e distribuição.
Coordenador: Walter da Luz Filho

Coordenadoria de Taquigrafia:
responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.
Coordenadora: Lenita Wendhausen
Cavallazzi

**Coordenadoria de Divulgação e
Serviços Gráficos:**
responsável pela impressão.
Coordenador: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XV - NÚMERO 2026
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 32 PÁGINAS

ÍNDICE**Plenário**

Ata da 030ª Sessão Ordinária da
16ª realizada em 22/04/2009.....2
Ata da 031ª Sessão Ordinária da
16ª realizada em 23/04/2009...21

Atos da Mesa

Atos da Mesa28

Publicações Diversas

Ata de Comissão Permanente.....
.....30
Avisos de Resultado.....30
Mensagem Governamental
.....30
Portarias.....31
Projetos de Lei31

PLENÁRIO

ATA DA 030ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 22 DE ABRIL DE 2009 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JORGINHO MELLO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Adherbal Deba Cabral - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Souza Júnior - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Décio Góes - Dirceu Dresch - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Genésio Goulart - Giancarlo Tomelin - Herneus de Nadal - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - José Natal - Kennedy Nunes - Lício Mauro da Silveira - Manoel Mota - Marcos Vieira - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Pedro Uczai - Professora Odete de Jesus - Professor Grando - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvío Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO**Breves Comunicações**

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Faz menção ao Dia Nacional do Livro Infantil; repudia a atitude de diretora do ministério da Integração Nacional com relação aos recursos para recuperação das enchentes; aborda a questão do combate às drogas.
DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Questiona as razões pelas quais o preço dos combustíveis

não caiu no país; refere-se ao atraso das obras do PAC; critica o governo federal quanto à escolha dos setores a serem beneficiados com redução de impostos.

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Rebate as críticas ao governo federal; tece comentários sobre o Dia do Planeta Terra; pede o apoio a projeto que inclui o suco de uva na alimentação escolar.

DEPUTADA ADA DE LUCA - Discorre sobre a trajetória de 43 anos do PMDB.

DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Protesta contra a burocracia que está emperrando a liberação de R\$ 120 milhões destinados a recuperar o estado após a tragédia de novembro de 2008.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (aparte) - Informa que em Jaraguá do Sul todos desconhecem o auxílio reação.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA (aparte) - Refere-se aos recursos do governo federal destinados aos atingidos pelas enchentes.

Partidos Políticos

DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Aborda as obras do PAC; critica colocações do ministro Carlos Minc com relação ao Código Ambiental.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (aparte) - Refere-se à colocações do ministro Carlos Minc sobre o Código Ambiental.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Tece comentários acerca da fundação do MDB; refere-se à lei que reconheceu de utilidade pública o Figueirense Futebol Clube, em 1959.

DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Convida para ato público em comemoração a um ano de criação da Lei n. 11.664.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (pela ordem) - Registra a presença do prefeito de Coronel Freitas.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (pela ordem) - Parabeniza o deputado Dagomar Carneiro pelo recebimento da Medalha de Honra ao Mérito Odontológico Nacional.

DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Refere-se ao pedágio a ser cobrado na região de Palhoça.

DEPUTADO JEAN KUHLMANN (aparte) - Reporta-se à cobrança de pedágio em Palhoça.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS (aparte) - Aborda a cobrança da Cide.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Comenta o Encontro Nacional das Comissões de

Direitos Humanos, em Brasília; aborda a liberação de recursos pelo governo federal aos atingidos pelas cheias em Santa Catarina.

DEPUTADO JEAN KUHLMANN (pela ordem) - Refere-se à lei que trata de apoio a obras preventivas de desastres.

DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN (pela ordem) - Registra a presença do presidente do Inmetro.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (pela ordem) - Registra a presença de lideranças de Cunha Porã.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (pela ordem) - Aborda a homenagem a Marcelo Petrelli.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (pela ordem) - Parabeniza o PMDB pelos 43 anos de existência.

DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN (pela ordem) - Refere-se à homenagem a Marcelo Petrelli.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO (pela ordem) - Parabeniza o PMDB pelos 43 anos de fundação.

DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS (pela ordem) - Aborda os 43 anos de existência do PMDB; reporta-se à homenagem a Marcelo Petrelli.

DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA (pela ordem) - Comenta os 43 anos do PMDB.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Crítica o estado das escolas estaduais da Grande Florianópolis.

Ordem do Dia

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (pela ordem) - Aborda as Indicações n.s 0255 e 0257/2009, de sua autoria.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (pela ordem) - Refere-se a requerimento, de sua autoria, sobre a sinalização da BR-470.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (pela ordem) - Reporta-se ao Requerimento n. 0430/2009, de sua autoria, sobre o restaurante popular de Joinville.

Explicação Pessoal

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Refere-se ao problema do esgoto sanitário.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Aborda as deduções permitidas no Imposto de Renda.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (aparte) - Registra a necessidade da reforma tributária.

DEPUTADO MANOEL MOTA - Aborda o aniversário de 43 anos do PMDB; comenta a duplicação da BR-101 sul.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA (aparte) - Reporta-se ao Código Ambiental.

DEPUTADO RENO CARAMORI (aparte) - Aborda realização de audiência pública sobre a duplicação da BR-101 sul.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Registra viagem a Brasília.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Registra a presença de lideranças de Morro da Fumaça e de Trombudo Central; refere-se à redução do IPI pelo governo federal.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (pela ordem) - Registra a presença do prefeito de Içara; critica colocações do deputado Serafim Venzon acerca de investimentos do governo federal.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (pela ordem) - Registra a presença do prefeito de Saudades.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Reporta-se à produção de maçã no estado.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (pela ordem) - Registra o aniversário da Cooperativa Regional de Itaipu e o 11º Congresso da Fedesc.

DEPUTADO RENO CARAMORI - Aborda a 31ª Expofeira, em Água Doce; comenta visita a Treze Tilias e Ibicaré; refere-se à reunião para discussão do Código Ambiental; crítica o imposto cobrado sobre os vinhos catarinenses.

DEPUTADO VALMIR COMIN - Reporta-se às dificuldades enfrentadas pelo setor cerâmico em Santa Catarina.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Comenta as dificuldades do setor cerâmico no estado.

DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO - Refere-se à homenagem recebida do Conselho Federal de Odontologia; comenta problemas dos comerciantes do terminal Cidade de Florianópolis; aborda a necessidade de revitalização da Praça Tancredo Neves.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Registra a importância da revitalização da Praça Tancredo Neves; comenta o assassinato de monitor do Centro de Internação Provisória de Joinville.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Inscrito para falar o sr. deputado Ismael dos Santos, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente e srs. deputados, um país se faz com homens e livros, já dizia Monteiro Lobato, a quem fazemos uma homenagem pelo aniversário do seu nascimento, ocorrido no dia 18 de abril de 1882 e que marca o Dia Nacional do Livro Infantil.

O livro, desde as placas de argila produzidas pelos sumérios, depois o papiro, utilizado pelos egípcios e finalmente usado pelos judeus na produção do texto bíblico, até a invenção da imprensa, por Johann Gutenberg, tem sido de fato uma extensão da memória e da imaginação. O livro é eficiente para armazenar as informações imprescindíveis na formação de valores.

Por isso, recebam os nossos autores, editores, professores e todos os leitores os nossos parabéns e a nossa homenagem pelo Dia Nacional do Livro Infantil.

Sr. presidente, quisera eu poder continuar falando de assuntos amenos, mas não é possível, diante da manchete dos jornais que hoje transitaram no estado de Santa Catarina. Este jornal que tenho em mãos, por exemplo, traz em letras garrafais o seguinte: "Uma palavra barra R\$ 120 mi para vítimas das cheias em SC".

Parece que chegamos às raias do absurdo: uma questão semântica barrou o encaminhamento feito pela bancada catarinense no Congresso Nacional, que falava em obras de prevenção. Segundo a diretora do departamento de Minimização de

Desastres, do ministério de Integração Nacional, sra. Ivone Maria Valente, não deveriam ser obras de prevenção, mas obras de recuperação. Por causa disso, os R\$ 120 milhões podem não vir para Santa Catarina, para as regiões atingidas pela calamidade em 2008, sendo R\$ 30 milhões para a cidade de Blumenau.

É claro que essa atitude burocrática merece o repúdio desta Casa, porque a burocracia atrasa as obras de recuperação do vale do Itajaí e porque a atitude dessa diretora do departamento ligada ao ministério de Integração Nacional não tem lógica.

Senão vejamos. Vejam o que ela disse quando se deparou com esse problema. Ao invés de solucioná-lo imediatamente, fez a seguinte afirmação: "As famílias atingidas pela calamidade vão ter assistência psicológica, porque precisam ser preparadas para a espera dos recursos".

Ora, srs. deputados, isso é escárnio, isso é uma acinte ao povo catarinense, isso é um desrespeito às milhares de vítimas da calamidade de 2008.

A atitude da sra. Ivone Valente, diretora do departamento de Minimização de Desastres, do ministério da Integração Nacional, ao dizer, deputado Elizeu Mattos, que as famílias atingidas pela calamidade vão ter que ter assistência psicológica por causa do tempo que vão ter que esperar devido a uma questão semântica (deveria estar escrito "obras de recuperação" e foi escrito "obras de prevenção"), não tem nada de valente. A sra. Ivone Valente foi covarde nessa atitude e nessa exposição!

Hoje, o pessoal da secretaria e do Grupo Reação, juntamente com o ex-senador Geraldo Althoff, está reunido com o governador Luiz Henrique. E espero que deem o encaminhamento para que esse nó burocrático se solucione e finalmente esses R\$ 120 milhões, que vão possibilitar as obras no vale do Itajaí, mais de 24 obras só em Blumenau, efetivamente sejam liberados.

Mas lamentamos a atitude da sra. Ivone Valente.

Eu preciso fazer também uma rápida menção à bandeira que temos abraçado nesta Casa, na questão do combate às drogas. Lamentamos notícias como esta: "Mãe é autuada por homicídio após matar filho na capital", falando de Porto Alegre. Uma mãe, no desespero, mata o filho com quatro tiros. O filho era viciado em drogas e ela, uma executiva de uma multinacional alemã, portanto, uma família de classe média alta.

Li também um depoimento de estudiosos ligados à ONU sobre um relatório no Brasil, dizendo que o país está, hoje, com 870 mil usuários de cocaína. E um dos representantes da ONU disse o seguinte:

(Passa a ler.)

"É preciso abrir centros de tratamento, inclusive formando consórcios entre municípios. Depois é preciso haver acompanhamento social do usuário e também de sua família", afirmou."

Isso antes que venhamos a nos atolar na epidemia do crack. E afirma ainda ele:

(Continua lendo.)

"[...] 'Isso é apenas a ponta do iceberg. O Brasil tem um potencial de crescimento muito grande para todas as drogas'."

Eu gostaria que os nossos telespectadores, os srs. deputados e os nossos ouvintes da Rádio Alesc Digital pudessem acompanhar a reportagem feita pela TV Bandeirantes sobre a questão das drogas no Brasil, de apenas um minutinho.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

Vejam v.exas.: R\$ 1.000,00 por dia numa clínica particular. Mas do que nunca, precisamos das parcerias com os governos, quer na esfera federal, estadual e municipal.

(Continua lendo.)

"[...]"

Para o professor da Faculdade de Educação da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Jairo Werner, a assistência aos usuários é exatamente o ponto a ser perseguido pelo governo brasileiro. Médico e especialista em saúde mental, ele trabalha diretamente com a questão do uso de drogas, principalmente por crianças e adolescentes." [sic]

E sobre isso, um dos nossos jornais de Santa Catarina traz um artigo interessante, e eu quero declinar aqui duas ou três afirmações:

(Passa a ler.)

"A violência e as tragédias familiares que costumam ser associadas ao consumo de drogas consideradas 'pesadas' não se limitam às camadas mais humildes da população nem se circunscrevem às áreas periféricas e carentes. À medida que o tráfico passou a ser feito com desenvoltura cada vez maior e sem encontrar represália à altura, até mesmo os mais tranqüilos e mais abonados bairros residenciais submeteram-se à praga que traz consigo a degradação, a doença, a violência, a destruição da vida familiar o desespero, a desesperança, a morte prematura[...]"

E aí comenta os estragos das drogas, concluindo:

(Continua lendo.)

"[...]Em nome da paz, da vida, da juventude e da família brasileira. Não dá mais para esperar." [sic]

Precisamos juntar as nossas forças no combate às drogas!

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra o próximo orador inscrito em Breves Comunicações, o sr. deputado Marcos Vieira, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, sra. deputada e srs. deputados, na tarde de hoje, início o meu pronunciamento tratando de três questões que eu reputo da maior importância, e peço às sras. telespectadoras e aos srs. telespectadores da TVAL que prestem muita atenção para o que eu vou dizer.

No ano passado, deputado Genésio Goulart, o preço do barril do petróleo no mercado internacional alcançou a marca de cerca de US\$ 110 até US\$ 140. Aqui no Brasil, evidentemente, o preço da gasolina, o preço dos combustíveis de uma forma geral subiu assustadoramente. Mas o mercado internacional se adequou à realidade atual e o preço do barril de petróleo está, hoje, entre US\$ 40 e US\$ 50.

Eu pergunto às sras. deputadas e aos srs. deputados: se o preço do barril do

petróleo no mercado internacional caiu a níveis de US\$ 40 a US\$ 50, por que a gasolina no Brasil não baixou? Por que o óleo diesel no Brasil não baixou? Por que o preço do álcool não baixou? Por que os óleos lubrificantes não baixaram?

Será, deputado Elizeu Mattos, que os preços dos combustíveis no Brasil não baixaram de preço porque a Petrobras contratou uma ONG dirigida pela sra. Andenira da Conceição Sena, que é vice-presidente do PT da Bahia, para gerenciar R\$ 1,4 milhão destinado ao financiamento das festas de São João em 26 municípios do interior da Bahia?

Não sou eu que estou dizendo e sim a imprensa nacional, que estampa em extensas reportagens a destinação de recursos que a Petrobras dá: "Petrobras usa ONG petista para bancar festa de São João na Bahia".

E digo mais: será que os preços dos combustíveis não descem no país porque a Petrobras está construindo uma mega obra de 100.000m², que vai custar quase R\$ 500 milhões ao povo brasileiro, deputado Kennedy Nunes, que é a construção da sede administrativa da Petrobras em Vitória, no Espírito Santo? Quase R\$ 500 milhões! E o preço do combustível não baixa? O preço do óleo diesel não baixa?

Sabem qual é a explicação que o presidente da Petrobras dá para o Brasil inteiro? Diz o sr. José Sérgio Gabrielli que a decisão sobre o preço dos combustíveis é política e econômica.

A Petrobras está ganhando rios de dinheiro. Está na hora de os brasileiros se insurgirem contra o monopólio da Petrobras no Brasil. Cai o preço do barril no mercado internacional e no Brasil, internamente, o preço do combustível permanece igual ao ano passado. Isso é ruim, e deixo esse questionamento.

O segundo assunto, deputado Antônio Aguiar, são as obras do PAC.

Deputados, eu ouvi, hoje pela manhã, a entrevista com o deputado Manoel Mota em rede estadual de televisão e fiquei assustado. Prometeram acabar a duplicação da BR-101, trecho sul, nos oito anos do atual governo federal. Deputado Valmir Comin, a verdade é que as obras vão levar mais oito anos! Com relação aos principais gargalos da BR-101 nem projeto de engenharia existe, quanto mais execução de obra. E são pertinentes as preocupações do deputado Manoel Mota.

Eu, lendo a grande imprensa nacional - e há deputado aqui que não gosta da grande imprensa nacional -, anotei o seguinte: "Ritmo do PAC não reflete o discurso de Lula". Ou seja, apenas 28% de tudo o que foi alardeado no país de execução do PAC foram realizados! Ou seja:

(Passa a ler.)

"[...]Nos dois primeiros anos de existência do PAC, o governo federal conseguiu gastar apenas 28% do orçamento destinado aos projetos.

[...]"

Nesse ritmo, especialistas calculam que apenas a metade das obras do PAC, que dependem de recursos do governo, será concluída até o final do ano que vem."

E aí vai ficar um armário inteiro para o próximo governo.

Dizem os especialistas:

(Continua lendo.)

"O que podemos concluir é que há muita propaganda e nenhuma gestão para acelerar os investimentos"[...]"

E o pior, e vou fazer questão de ler parte da matéria do jornal *O Estado de S. Paulo* que diz respeito às obras do PAC:

(Continua lendo.)

"Brasil piora e fica em 98º no ranking de infra-estrutura

O lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em 2007, não impediu que a infra-estrutura brasileira piorasse no ranking de 134 países feito pela Fundação Dom Cabral. De 2004 para cá" - e Lula já era presidente -, "o setor perdeu 40 pontos e já ocupa o 98º lugar entre as demais nações.[...]"[sic].

É ruim para o país diminuir no ranking de infra-estrutura. Por isso que não sai a BR-101 sul e outras obras do PAC. É por isso também que o porto de Itajaí está atrasado. São milhões de prejuízos.

Mas uma questão premente que também faço questão de trazer, e é o terceiro assunto, refere-se à concessão de benefício com chapéu alheio.

Deputado Ismael dos Santos, o governo federal distribui isenção de IPI a torto e a direito e diz que está beneficiando as montadoras, que está beneficiando a chamada linha branca da indústria nacional. Eu não sou contra, só que nessa propaganda o governo federal tem que dizer que os estados também estão contribuindo porque o IPI é dividido com os estados; tem que dizer que os municípios - srs. prefeitos, exijam do governo federal isso - também estão participando com IPI!

Então, o governo diz que reduz o IPI da geladeira, lavadora e fogão! Tem que reduzir mesmo, sim, mas tem que reduzir não o IPI, deputado Adherbal Deba Cabral! Tem que reduzir aquela taxa, aquele imposto que fica só no governo federal, que é o PIS! Outro que também não é repartido com os estados e municípios é a Cofins! O governo federal não pode conceder benefício com chapéu alheio. É isso que nos preocupa!

Além disso, os especialistas dizem que as medidas que o governo federal está tomando são insuficientes. E são manchetes estampadas no Brasil inteiro. "Faltam medidas de longo prazo", diz Francisco Barone, da Fundação Getúlio Vargas:

(Passa a ler.)

"A política anticíclica não pode ficar à mercê da atuação do lobby do dia"[...], avalia Raul Velloso.

O que dizem os especialistas é o seguinte:

"Falta ao governo criar uma estratégia clara [contra a crise]. É preciso justificar por que se escolhe um setor e não outro para ser beneficiado".[sic]

Deputado Antônio Aguiar, estão escolhendo um setor da economia para conceder benefício. E os outros? Concederam benefício para as montadoras e deixaram, deputado Kennedy Nunes, a agroindústria de Santa Catarina, que está agonizando há quase um ano, chegar ao fundo do poço, pois só agora o governo vem conceder-lhe algum benefício!

A agroindústria brasileira, deputado Ismael dos Santos, dá mais empregos do que todas as montadoras juntas do país inteiro! E aí o que se vê nas manchetes dos jornais é que as montadoras têm pique de vendas. É o consumo de alimentação no país, ladeira abaixo; a agroindústria, com estoque.

Então, sras. deputadas e srs. deputados, esses são três assuntos pertinentes que nós temos que debater à exaustão nesta Casa, para que a população brasileira não continue sofrendo o que está sofrendo.

Deputado Antônio Aguiar, o deputado Manoel Mota tem razão: vai demorar mais oito anos a conclusão da BR-101, trecho sul.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Padre Pedro Baldissera, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, até é bom acompanharmos um pouquinho a direção dos pronunciamentos. Se o governo se compromete, realiza, faz e vai desenvolvendo as políticas, sempre existe o contraponto.

Agora, é preciso que reconheçamos que em todos os setores da nossa sociedade houve grandes avanços na implementação de diferente políticas públicas. Com isso o país tem-se desenvolvido, tem gerado inclusão social, o que historicamente não se percebia na sociedade da qual fazíamos parte.

Digo isso com muita tranquilidade porque fui prefeito de 1997 a 2002. Eu vivi essa relação com a instância federal na época do presidente Fernando Henrique Cardoso, do deputado Marcos Vieira. Qual era a relação, qual era o compromisso que existia com os prefeitos e com a população lá na ponta? Na época, nós sequer éramos recebidos pelo então presidente, que passou oito anos no palácio. Aliás, nós éramos recebidos com a cachorrada. Os cachorros eram os primeiros a receber os prefeitos, os representantes da população sofrida e massacrada. Nem sequer tínhamos a oportunidade de partilhar a pauta da reivindicação.

Houve, sim, neste governo, enormes avanços, fato reconhecido pelos prefeitos, de diferentes partidos, de todo o país; ao mesmo tempo também houve a implementação de políticas, como essa que agora vemos. Quem está sendo beneficiado? Não é só a empresa que industrializa os produtos, mas é o consumidor lá na ponta, que bate palmas para esse tipo de política que privilegia aquele que consome. Essa é a mudança, pois não privilegia somente aqueles que detêm o poder econômico e o poder político, mas aquele que dá sustentação ao município, que gera riquezas, que gera divisas, que paga impostos; não só aquele que recolhe, mas aquele que paga impostos; não aquele que sonega, que desvia o tributo que deveria entrar nos cofres públicos e reverter em políticas de benefícios para os cidadãos e cidadãs.

Com o presidente Lula fez-se uma diferenciação. Isso é importante reconhecer. Houve grandes avanços.

Com relação especificamente à BR-101, reconhecemos que há problemas, sim. Na época em que foram realizados os contratos o preço era, mas com a demora na execução, hoje o preço é outro.

O problema da BR-101 não é de ontem, assim como o problema da BR-282, da BR-163, da BR-158, da BR-470. Lá no extremo oeste do nosso estado, a população se vangloria porque depois de quase 40 anos a BR-282 está sendo enfim concluída. Depois de 40 anos! Quantos governos passaram e que simplesmente enganaram, não tiveram coragem, ousadia de fazer os investimentos. Acovardaram-se e não colocaram a obra em execução para atender a nossa população lá na ponta.

É preciso que haja, sim, o reconhecimento, porque de fato a coisa está acontecendo. É um governo que está mostrando a que veio, e isso é importante. Um governo que está mostrando a que veio, para que veio e a que veio. Essa é a diferença e essa tem sido a razão do presidente Lula estar governando esses quase sete anos.

Mas eu gostaria de, inicialmente, fazer menção que no dia de hoje nós comemoramos o Dia do Planeta Terra, que, aliás, deve remeter profundamente a uma reflexão sobre qual é a relação que estamos estabelecendo com o planeta onde vivemos, sobrevivemos e de onde tiramos o nosso sustento. Qual é o cuidado, o trato que a nossa sociedade como um todo está tendo com o planeta Terra?

Acho que é um momento extremamente oportuno, quando se fala aqui do aquecimento global; quando se fala também da política de globalização; quando se fala tanto em meio ambiente, em ecossistema; quando se fala no desaparecimento das águas superficiais; quando se fala em estiagem em algumas regiões e enchentes em outras. Quem sabe até seja o momento oportuno para revermos a nossa relação com o planeta Terra e com o ambiente do qual fazemos parte e no qual vivemos.

Qual é a relação que estamos construindo? Estamos construindo uma relação para daqui a 20, 30, 50, 100 anos? Ou de repente tentamos sugar tudo o que a Terra tem e não nos preocupamos com as gerações que virão? É o momento de nos questionarmos com relação ao planeta Terra, que nos dá vida e a tudo o que existe.

Como terceiro ponto, quero aproveitar para pedir aos pares desta Casa uma manifestação de apoio à iniciativa de incluir dentro da alimentação escolar o suco de uva. Esse projeto de lei já passou pelas comissões de Constituição e Justiça e de Educação e está para ser apreciado no plenário. Temos a manifestação de muitas e muitas famílias em várias regiões do nosso estado e há uma grande expectativa de ver essa matéria aprovada no sentido de incluir na alimentação escolar o suco de uva, um produto altamente positivo, que colaboraria muito com a saúde das pessoas, principalmente das crianças.

Além de tudo isso, há a questão da geração de renda para as famílias que vivem da cultura, da cadeia produtiva da

uva. Quero solicitar e pedir, portanto, o apoio deste Parlamento.

Muito Obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) Ainda no horário das Breves Comunicações, com a palavra a eminente deputada Ada De Luca por até 10 minutos.

A SRA. DEPUTADA ADA DE LUCA - Sr. presidente, sras. deputadas, público que nos assiste, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital e peemedebistas em geral.

(Passa a ler.)

"Hoje, no aniversário do nosso MDB, depois PMDB, do qual com muita honra fui uma das fundadoras, não me poderia furtar de prestar essa homenagem, pois sou do tempo em que os emedebistas, como o gado, eram marcados a ferro. Agora, com a democracia conquistada pelos emedebistas históricos, tudo ficou bem mais fácil.

O MDB sempre nos orgulhou pela sua história. Convivemos com os grandes mestres do partido, como Ulysses Guimarães, Teotônio Vilela, Dante de Oliveira, Freitas Nobre, Marcos Freire, e ainda tivemos a honra de contar com Valdir Pires, Fernando Lira, Pedro Simon, entre tantos outros.

Também testemunhei e arregacei as mangas para a construção do MDB catarinense, o MDB de Pedro Ivo Campos, de Casildo Maldaner, de Paulo Afonso, de Eduardo Pinho Moreira e de Luiz Henrique, só para citar alguns governadores que o nosso partido já teve.

Eu não vou enumerar outros tantos homens honrados, de fibra e de garra que não foram governadores, mas foram alavancas essenciais para que o PMDB chegasse aonde chegou. Lembro-me de 1965, quando importantes líderes nacionais foram eleitos para os governos da então Guanabara e de Minas Gerais. Foram grandes heróis, já esquecidos por muitos, que derrotaram os candidatos apoiados pelo regime ditatorial implantado em 1964.

Em Santa Catarina, de um lado ficaram os que aderiram ao poder e às suas manobras, e de outro ficaram os homens que tinham como estandarte a não-aceitação da quebra da ordem legal do país. Aqui se formou um grupo com militantes que vinham do antigo Partido Trabalhista Brasileiro, o PTB, ao qual se juntaram alguns líderes expressivos do Partido Social Democrata, o também famoso PSD, e da União Democrática Nacional, a não menos famosa UDN.

O MDB se tornou uma grande frente das oposições em Santa Catarina e em todo o Brasil e foi conquistando tantos espaços importantes, que em 1980, tentando enfraquecer o regime autoritário, o governo militar abriu um leque de registros para outras siglas e forçou a mudança de MDB para PMDB.

Com uma história de heroísmo, amor à democracia e ao povo brasileiro, proporcionado por homens e mulheres contra a pressão das armas, das perseguições e das ameaças, teve início a construção do mais antigo partido político da República brasileira. O nosso partido teve participação decisiva em campanhas como a

da anistia, tão almejada por tantos, e a das Diretas Já, lançando as bases para a reconstrução da tão almejada democracia, que era o clamor do povo brasileiro.

Quem olhar as lideranças do PMDB verá a representação do caráter nacional, entre cujos atributos se destacam, inclusive, a tolerância e a capacidade de ter um convívio amistoso com os contrários. O compromisso do PMDB sempre foi com a democracia. Nós formamos um partido que nunca exerceu o poder por força de golpe ou de soluções extraconstitucionais. Sempre exercemos mandatos populares e única e exclusivamente com a força do povo e do seu voto. Nós temos serviços prestados à nação, e muitos, basta ler e história. Quem lê sabe muito bem. Isso as urnas sempre reconheceram, haja vista o crescimento partidário.

Homens e mulheres de fé e de luta, minhas homenagens! Uma homenagem especial àqueles companheiros anônimos, mas heróis militantes de tantas e tantas batalhas.

O passado constitui a caução e a garantia de que o partido dispõe de quadros para o exercício das funções inerentes à República. Essa diretriz pautou a história do PMDB, que não crê em caudilho ou salvadores da pátria, mas na militância e na sua força. Quem não considerar esses fatos não entenderá a energia e a vitalidade que o voto popular inspira em nosso PMDB.

Termino este pronunciamento, que muito me honra fazer, reforçando o meu compromisso com o desenvolvimento de Santa Catarina e engrandecendo os representantes peemedebistas nas Câmaras de Vereadores, nas Assembleias Legislativas, na Câmara Federal e no Senado da República.

E cito o nosso grande timoneiro, sempre presente para quem conhece a história do partido, dr. Ulysses Guimarães, meu grande mestre, meu guru. Prestem atenção, companheiros do PMDB: 'Passado é o que passou. Não passou o que ficou na memória ou no bronze da história. O PMDB é também o passado que não passou'.

Eu diria mais: diante do atual cenário político, o PMDB é o futuro.

Parabéns peemedebistas! Esse é o nosso PMDB!

Muito obrigada a todos!"

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Manoel Mota.

(Pausa)

Na ausência desse deputado, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Jean Kuhlmann, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sr. presidente, srs. parlamentares, sras. parlamentares, pessoas que nos acompanham neste instante, todos os telespectadores, meu boa-tarde!

Quero aqui, primeiramente, cumprimentar, de forma especial, o deputado Ismael dos Santos, que já teve a oportunidade de assomar à tribuna nesta tarde para abordar um assunto sobre o qual eu não poderia, srs. parlamentares, deixar de falar também.

Antes de tecer comentários sobre a atual situação da burocracia com relação à

liberação dos recursos para o estado de Santa Catarina, quero primeiramente sintonizar, colocar a par todos os srs. parlamentares, no que diz respeito aos fatos especificamente do município de Blumenau na questão da catástrofe.

Srs. parlamentares, o levantamento total do prejuízo que houve no município de Blumenau, somente no município de Blumenau, deputado José Natal, nos postos de saúde, nas creches, nas ruas, nas obras públicas, nos locais públicos, foi em torno de R\$ 800 milhões. O prejuízo no município de Blumenau foi em torno de R\$ 800 milhões, repito! A Prefeitura, deputado Ismael dos Santos, arrecada por ano cerca de R\$ 300 milhões.

Então, srs. parlamentares, para recuperar tudo isso sozinha, a prefeitura teria que ficar fechada durante três anos, sem fazer atendimento nos postos de saúde, sem propiciar o funcionamento das creches, sem pagar o salário dos servidores públicos, garantindo todo o recurso da arrecadação somente para isso. Precisaria aproximadamente de três anos para chegar nesses R\$ 800 milhões necessários para reconstruir a cidade.

Por que eu falo isso? Para que cada um de nós, para que cada um dos parlamentares que está-nos acompanhando, neste momento, tenha uma noção da dimensão do problema e da quantidade de recursos que são necessários para reconstruir a cidade.

Blumenau, sozinha, não vai ter essa capacidade, por mais que o prefeito João Paulo já tenha gasto mais de R\$ 20 milhões só na recuperação e manutenção da cidade. O governo do estado colocou pouco realmente e a União, que prometeu muito, não colocou quase nada também.

Eram cerca de R\$ 11 milhões daquela medida provisória de R\$ 1,6 bilhão, que se transformou na Lei n. 11.893, de 29 de dezembro de 2008.

Por que trago isso para a tribuna? Por que faço questão de trazer a cópia da lei? Por causa justamente desse problema de semântica que v.exa. falou, deputado Ismael dos Santos, pois é preciso trocar uma palavra por outra, ou seja, tirar a palavra "preventiva" e colocar a palavra "recuperação". E isso tem que começar por aqui, pela lei, porque quem escreveu "preventiva" foi a medida provisória!

E aí, deputado Marcos Vieira, os técnicos do ministério da Integração Nacional vieram aqui, junto com o Deinfra, para acompanhar, analisar e ajudar a elaborar o projeto, encaminhando-o para Brasília como estava escrito na medida provisória.

Está aqui escrito! Eu não estou inventando, eu estou lendo! Foram R\$ 120 milhões de apoio a obras preventivas de desastre no estado de Santa Catarina. Então, por que tem que tirar essa palavra, deputado Dagomar Carneiro, que está escrita na lei? Ou seja, em minha opinião, o que falta é vontade de liberar, o que falta é compromisso com a nossa comunidade, é compromisso com Santa Catarina.

Eu ainda acredito naquilo que o presidente Lula falou quando veio para Santa Catarina de que não iria faltar dinheiro. Mas não é possível que se invente uma história em cima da outra para não

liberar o recurso! Porque enquanto aquela sra. Ivone Valente fica lá no seu gabinete, deputado Ismael dos Santos, no ar condicionado, negando a liberação e mandando cartinhas para o nosso estado, a população continua nos abrigos e as obras continuam paradas, como vemos hoje estampado no *Diário Catarinense*.

Isso é um absurdo, srs. parlamentares e sras. parlamentares! A palavra "preventiva" está aqui, na própria lei, na própria medida provisória. E dizer que não pode liberar, somente na base de convênio, se as outras já foram liberadas, é uma coisa inaceitável!

Primeiro inventam uma história dizendo que era preciso licitação. Aí foi questionado, foi batido o pé, foi dito que não, que estava errado, e o governo federal voltou atrás. Agora estão dizendo que é preciso convênio, que é preciso isso, que é preciso aquilo; ficam inventando uma história aqui, uma história ali. Isso tudo é para enrolar, para enganar!

E eu tenho certeza de que se o presidente Lula quisesse mandaria liberar da forma correta, como tem que ser, como foram liberados outros tipos de recursos para a saúde e outros recursos para a nossa região.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Pois não!

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Deputado, com relação à questão dessas informações que são veiculadas aqui e ali, eu quero dizer que estive nesta quinta-feira em Jaraguá do Sul, falando especificamente sobre esse assunto, sobre a questão da enchente, de toda a burocracia que v.exa. citou e da qual tem toda razão de reclamar, pois quando se quer, resolve-se.

Mas eu quero chamar a atenção de v.exa. para o seguinte: lá em Jaraguá do Sul não chegou a informação para a secretaria de Desenvolvimento Regional nem para a prefeitura sobre a lei que aprovamos aqui do auxílio reação! O secretário de Desenvolvimento Regional de Jaraguá do Sul não sabia da existência dessa lei! Ninguém pediu auxílio reação para o município de Jaraguá do Sul e região! E só em Jaraguá do Sul há 152 famílias morando de aluguel e que não sabiam disso.

Então, essas questões que v.exa. traz aqui são pertinentes, porque muitas vezes isso acontece por conta da burocracia, e quem sofre é a população!

Muito obrigado pelo aparte, deputado!

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Eu concordo, deputado Kennedy Nunes, mas quero lhe dizer também que o erro de um secretário Regional de não pesquisar, de não ir atrás buscar informação para a sua população, não pode justificar um erro do governo federal. Se todos eles erram, eles têm de pagar pelo erro!

O Sr. Deputado Marcos Vieira - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Pois não!

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Deputado Jean Kuhlmann, é oportuníssimo o pronunciamento de v.exa.

Na semana passada ainda, quando conversava, e levei isso ao conhecimento de todos os catarinenses, com o deputado Ismael dos Santos, ele me dizia que o prefeito João Paulo Kleinübing tinha voltado de Brasília ontem de pires vazio outra vez. Dos R\$ 250 milhões que o governo federal prometeu a Blumenau só vieram cerca de R\$ 10 milhões.

E na sua região nós abrimos os jornais de hoje e estava o seguinte:

(Passa a ler.)

"Dragagem do Itajaí-açu é prorrogada pela quarta vez."

Blumenau é uma das maiores exportadoras de produtos em Santa Catarina e o prejuízo foi muito grande. Começou tarde a dragagem, vai terminar tarde e os recursos não vêm para o nosso estado.

Mas é muito oportuno o pronunciamento de v. exa., deputado.

Parabéns!

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - O prejuízo é geral, deputado Marcos Vieira; o prejuízo é de todos aqueles que não recebem o recurso para reconstruir a sua casa, para refazer a sua rua, a sua comunidade, e também da empresa que não consegue exportar. O prejuízo é geral e para aquele cidadão que acaba não ganhando o seu emprego para sustentar a sua família.

Por isso que eu o entendo e quero aqui dizer que infelizmente começo a sentir pena do prefeito João Paulo Kleinübing.

Dizem, deputado Kennedy Nunes, que ele não mandou projeto para Brasília, que ele não fez projeto. O prefeito João Paulo fez mais de 20 projetos, num valor total de mais de R\$ 200 milhões, só para buscar recursos em Brasília. Projeto há, o que está faltando é vontade de liberar, o que está faltando é vontade de repassar o recurso para o município!

O que está prevalecendo agora é, infelizmente, a burocracia, srs. deputados, e junto com ela há falta de vontade política e até, quem sabe, a dor de cotovelo daqueles que não querem ver os prefeitos realizando nesses municípios para reconstruir a suas cidades. Infelizmente a questão política está-se sobrepondo às necessidades da comunidade. E a tragédia das enchentes fatalmente está virando uma tragédia da burocracia.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Esta Presidência gostaria de anunciar a presença, neste Parlamento catarinense, do ex-vereador de Gaspar Antônio Zonta e da sua esposa Cleonice, do João Joacir e da sua esposa Silvestina Rose e da presidente da Ação da Mulher Trabalhista de Santa Catarina Eugênia Maria.

Sejam bem-vindos a esta Casa!

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos estão destinados ao PDT.

Como estou presidindo a sessão no momento, farei uso da palavra mais tarde.

Os próximos minutos estão destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Marcos Vieira, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, sra. deputada, srs.

deputados, senhoras e senhores telespectadores da TVAL, deputado Jean Kuhlmann, agora há pouco assomei à tribuna e coloquei a questão da Petrobras, de que o preço do barril do petróleo chegou a um pico de US\$ 140 no ano passado e o combustível no Brasil aumentou; que o preço do barril internacional baixou e a gasolina não. Eu justificava também que o dinheiro da Petrobras estava indo para financiar festas de São João na Bahia, bem como a construção de uma mega sede para a Petrobras.

Mas, deputado Kennedy Nunes, veja comigo a manchete da *Folha de S. Paulo* do dia de hoje.

(Passa a ler.)

"Governo quer usar gasolina para aumentar a arrecadação." Este é um assunto que vou me permitir trazer amanhã a esta tribuna.

Mas o que falta discutir aqui, deputado Padre Baldissera, não são os parcos recursos que estão sendo investidos na BR-282. Nós temos que saber da BR-101 sul; nós temos que saber da duplicação da BR-470; nós temos que saber da duplicação da BR-280. Ou será que quem vai fazer a duplicação são as concessionárias da cobrança de pedágio, como já está acontecendo na BR-116, como vai começar a acontecer na BR-101? Nós temos que discutir isso!

Nós temos que discutir que só 28% de todo o PAC anunciado foi realizado. Nós temos que discutir os benefícios que estão sendo concedidos às empresas, mas acontece a farra do benefício com o chapéu alheio. Os estados não estão sendo chamados para dizer que estão concedendo os benefícios. Os municípios também não estão sendo chamados. O que se tem que reduzir é o PIS, é o Cofins. Esses, sim, é que ficam sozinhos para a União, pois não são divididos entre os estados e os municípios.

Srs. deputados e sras. deputadas, eu tenho vários assuntos a tratar, mas vou voltar a um tema que ainda predomina no noticiário de Santa Catarina e do Brasil.

O ministro Carlos Minc, do Meio Ambiente, continua dizendo besteira por este país afora.

Passa, por favor, assessoria da mesa, a parte da entrevista que o ministro concedeu ao *Globo Rural*, que passou nas televisões, no domingo de manhã. Eu estava na cidade de Lages e a assisti.

Por favor, assessoria, passe o que o ministro disse.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

É mentira deslavada! Quem é que até hoje já provou a relação do desastre que aconteceu em Santa Catarina com as pequenas propriedades? Deputado presidente Dagomar Carneiro, pelo amor de Deus, o ministro dizer isso, é um absurdo! Ele tem que ficar calado.

Segundo, a Assembleia Legislativa, e é de conhecimento de todos, não autorizou, e não está no texto do Código Ambiental, o desmatamento de uma árvore. Nada, zero! É proibido derrubar árvore! Como é que o ministro ainda disse isso?!

Vamos colocar a segunda parte da reportagem, por favor.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

Que barbaridade um ministro dizer isso! Mas ele já está sendo desmentido pelos colegas, deputado Antônio Aguiar. O ministro Reinhold Stephanes já é favorável a mudanças no Código Florestal, como também os ministros Edson Lobão e Roberto Mangabeira Unger, e daqui a pouco até o presidente Lula será.

Todavia, vejamos o que o presidente Lula fez. Ele mandou para o Congresso Nacional uma medida provisória - são dois pesos e duas medidas; é a farra da contradição interna no governo federal -, deputado Ismael dos Santos, dizendo o seguinte:

(Passa a ler.)

"Nas faixas de domínio das rodovias federais, quando da execução de obras de infra-estrutura para duplicação das rodovias, a licença ambiental é praticamente zero, não existe."

Ué, por quê? Por que é que para o governo federal não serve e para Santa Catarina serve?

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Pois não!

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Nobre deputado, eu queria parabenizá-lo pela sua brilhante explanação e dizer que o ministro falou em lei federal, mas não existe lei federal. As leis federais são medidas provisórias. Lei, sim, é a de Santa Catarina, a lei do Código Ambiental.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Deputado Antônio Aguiar, eu acho que deve ser mera coincidência e não rebeldia a uma lei, mas o prefeito Carlito Merss, de Joinville, também do PT, segue o exemplo do ministro dizendo o seguinte: "Para Joinville o Código Ambiental de Santa Catarina não existe."

Deputado Silvio Dreveck, isso é rebeldia ou realmente Joinville conclui... E aí eu não sei se há algum ministro do Supremo Tribunal Federal que faz parte do governo de Joinville para decidir que é inconstitucional. Não pode! Quer dizer, então, que quem é do Partido dos Trabalhadores não vai cumprir o código e o restante sim?!

E o que é que nós queremos? Nós queremos ter efetivamente 30 mil propriedades rurais de Santa Catarina com o seu estado consolidado ou nós queremos fazer com que o agricultor saia do campo e venha para a periferia das grandes cidades ser servente de pedreiro?

Deputado Nilson Gonçalves, diz o agricultor Venturini, da cidade de Agronômica: "Não há condições de sobreviver aqui se tivermos que respeitar essa distância. Serei obrigado a ir para a cidade e trabalhar como servente de pedreiro."

Não sou eu que estou dizendo! Imaginem 30.000 propriedades que vão deixar de existir, com mais de 30.000 famílias, deixando de produzir alimentos de qualidade.

O agricultor de Santa Catarina merece o respeito, principalmente, do ministro Carlos Minc. Por favor, ministro, não diga mais besteira!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Ainda dentro do horário

reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Antônio Aguiar, por até 19 minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - (Passa a ler.)

Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, prezados colegas parlamentares, público que nos prestigia e peemedebistas em especial, o dia de amanhã, 23 de abril, evoca a criação, há 43 anos, do mais longevo partido da atual quadra política brasileira, o MDB, que é a origem do nosso PMDB.

A história do PMDB confunde-se com a história do Brasil. O partido foi o principal responsável pela redemocratização do país. Desde a sua fundação, em 1966, adotou a diretriz da luta contra a ditadura então vigente e jamais abandonou seus ideais democráticos.

Surgiu à época do regime militar, reunindo os que a ele se opunham e lutaram para derrubá-lo. Lançou candidatos no Colégio Eleitoral e liderou a campanha das Diretas-Já. Elegeu o primeiro presidente civil pós-1964 e comandou a tarefa de escrever a nova Constituição.

O 'manda brasa', como se tornou conhecido, também passou a defender importantes bandeiras, tais como a do municipalismo, com a valorização do local em que se vive, e a da descentralização administrativa e desconcentração do poder.

São identidades que fortaleceram o partido e fizeram do PMDB a maior agremiação política brasileira, que tem as principais bancadas no Congresso Nacional, mais de 1.200 prefeitos em todo o país e o maior número de governos estaduais.

Em Santa Catarina comanda o governo, a capital e o maior número de prefeituras e Câmaras de Vereadores, tendo as maiores bancadas na Assembléia Legislativa e no Congresso Nacional.

Nas eleições do ano passado, o PMDB revalidou sua força política, pois foi o único partido em Santa Catarina que ultrapassou a marca de um milhão de votos, somando 37,5% dos votos válidos.

O partido elegeu 110 prefeitos e 844 vereadores. Contando com os nossos vice-prefeitos, estamos presentes em 144 administrações municipais.

Aqui nesta Casa, a bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro pode ser considerada a que tem maior tradição no Parlamento catarinense.

A primeira representação na Assembléia Legislativa foi eleita em 1966, contando com personagens que fizeram história no partido, como os ex-líderes da bancada Evilásio Caon, Carlos Büchele e Pedro Ivo Campos, que depois foi eleito o primeiro governador peemedebista.

A bancada peemedebista já revelou vários governadores, senadores, deputados federais, presidentes da Assembléia Legislativa, conselheiros do Tribunal de Contas do Estado e desembargadores, como João Henrique Blasi, recentemente.

Ao contrário dos que omitem origens, rastros sombrios em quadros da história política, da nação e do estado, que justificam trocas de nomes de siglas, na tentativa de embarçar a memória do eleitor, o PMDB só alterou o seu

nome em 1980, com o fim do bipartidarismo. Quando acrescentamos a letra "P" em nossa sigla, o PMDB já estava consolidado como uma frente das oposições ao regime, tinha uma militância aguerrida e seu crescimento refletia a simpatia da população por suas lutas.

O MDB e o PMDB fizeram e fazem história em Santa Catarina e no Brasil. A sigla nunca abriu mão de suas tradições democráticas e das políticas públicas que visam ao bem-estar da população. Desde o surgimento, o PMDB conquistou um verdadeiro exército de militantes, simpatizantes e lideranças, unidos no combate às injustiças sociais, lutando por uma Santa Catarina melhor e igualitária.

O PMDB catarinense é abraçado, hoje, pela confiança de 150 mil filiados, que erguem suas bandeiras em todos os cantos do estado de Santa Catarina. No governo estadual, o partido faz história com o governador Luiz Henrique da Silveira, transformando, mudando para melhor a qualidade de vida das pessoas, através de uma política justa e igualitária, que se tornou possível devido à descentralização, que é a marca registrada do nosso governador. O governo está em todas as regiões, asphaltando, construindo escolas, garantindo mais segurança, saúde e cuidando do meio ambiente, principalmente com a aprovação da nova lei que instituiu o Código Estadual do Meio Ambiente.

Olhando o momento atual com as expectativas para o futuro, a família peemedebista se orgulha de representar o maior partido político do Brasil e de Santa Catarina. Com a força do PMDB, Santa Catarina cresce para melhor, com índices de desenvolvimento que são modelo para todo o Brasil.

O PMDB, por isso, prepara-se para o pleito do próximo ano, quando serão eleitos senadores, deputados federais, estaduais e o governador do estado. Temos a responsabilidade de dar continuidade às ações implantadas, apresentando aos eleitores os candidatos mais preparados, sem abrir mão da disputa do governo estadual. Liderados pelo nosso presidente estadual, Eduardo Pinho Moreira, o maior partido, o PMDB, aprovado pelo povo, está credenciado para continuar fazendo mais e melhor por toda Santa Catarina.

Para encerrar, lembro que em nossos quadros muitos peemedebistas se empenharam em tantas batalhas, mas devemos reconhecer que o mérito é de todos os cidadãos que acreditaram e acreditam nesse movimento político responsável, consciente e democrático que é o PMDB."

Em nome do deputado Edison Andriano, em nome da primeira deputada mulher do PMDB, Ada De Luca, rendemos a nossa homenagem a todos os deputados federais, estaduais, senadores e ao nosso governador do estado.

As conquistas dos 43 anos do nosso MDB foram construídas por mãos que erguem antigas e novas bandeiras em prol da liberdade.

Temos ainda um tempo disponível para falarmos um pouco de esporte.

O esporte significa vida, e a nossa capital, Florianópolis, tem, sem dúvida nenhuma, a comemoração de uma homenagem justa, relativa à promulgação da

lei estadual que reconheceu de utilidade pública o Figueirense Futebol Clube.

(Passa a ler.)

"A lei foi de iniciativa do deputado Osni Régis, que dá nome a este plenário. Foi publicada no Diário Oficial do Estado, em 23 de abril de 1959, após ser sancionada pelo governador de Santa Catarina, à época, o saudoso Heriberto Hülse, que hoje é nome do estádio do Criciúma Esporte Clube, numa prova de sua ligação intensa com o futebol catarinense.

Faço questão de reverenciar a memória de um ato deste Poder e também do Executivo estadual, que poderia passar despercebido para muitos.

É importante destacarmos que o reconhecimento da utilidade pública de uma entidade, como é o caso do Figueirense, é muito importante, pois permite que a agremiação agraciada com tal galardão possa tornar-se beneficiária de auxílios e incentivos proporcionais pelo poder público.

Esta semana estamos vivendo a antevéspera das finais do campeonato catarinense da temporada, que será decidido entre Avaí e Chapecoense.

O Figueirense é o grande rival do Avaí, clubes que marcaram a história do futebol de Florianópolis e, por que não dizer, de Santa Catarina. O Figueirense não está nesta grande final do Catarinense, o que faz com que os avaianos se coloquem momentaneamente numa condição mais vantajosa. Mas não podemos deixar de reverenciar o alvinegro do Estreito, que é o clube mais vezes campeão catarinense, desde a conquista do estadual do ano passado, quando passou a somar 13 títulos estaduais.

O clube surgiu a partir de muitas conversas e reuniões mantidas na então bucólica Ilha de Santa Catarina, mais precisamente nas imediações das ruas Padre Roma e Conselheiro Mafra, onde havia uma figueira, que acabou por inspirar o nome da nova associação.

Os registros apontam que a idéia partiu de Jorge Albino Ramos e que logo foi endossada por outros conterrâneos, sendo o nome Figueirense defendido pelo descendente grego João Savas Siridakis, conhecido como Janga.

A história mostra que o Figueirense desde o início foi um clube aberto, popular, o que explica a paixão que exerce até hoje entre os catarinenses.

Sr. presidente, eu gostaria de voltar à questão da lei que declarou o Figueirense de utilidade pública, em 1959, e traçar um paralelo de momentos marcantes do clube.

Graças ao reconhecimento da utilidade pública é que o governo estadual pode auxiliar o Figueirense nas obras iniciais de seu estádio Orlando Scarpelli, cujo terreno havia sido doado por aquele que pode ser considerado como um dos grandes beneméritos do clube.

O Orlando Scarpelli foi inaugurado em 1960, e depois teve uma grande ampliação em 1973, quando o Figueirense tornou-se o primeiro clube catarinense a disputar o campeonato nacional.

Naquela ocasião, quando era presidido pelo lendário Major Ortiga, outra vez, para construir as grandes arquibancadas

metálicas, o clube contou com o apoio do poder público.

Naquele ano, num jogo entre o Figueira e o Vasco da Gama, que terminou em zero a zero, o Scarpelli registrou seu recorde de público, com 26.600 pessoas literalmente superlotando suas dependências.

Digo a todos, porque tenho plena convicção de que no íntimo mesmo os avaianos querem o rival forte, já que a rivalidade entre Avaí e Figueirense é a força motriz da energia que move o futebol de Florianópolis e, por que não dizer, que em Santa Catarina é cada vez maior, cada vez mais motivo de orgulho para os todos os catarinenses."

O Sr. Deputado Pedro Uczai - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Pois não!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Deputado Antônio Aguiar, tenho duas considerações a fazer. A primeira é parabenizar o PMDB pelos seus 43 anos, pois faz parte da democracia brasileira. E nós, mesmo de outro partido político, temos que reconhecer e fazer esse registro.

Em segundo lugar, em relação ao futebol, nós, do oeste, reconhecemos a história e a trajetória do Avaí e do Figueirense, grandes clubes que têm participado de vários campeonatos nacionais e que têm mostrado para Santa Catarina o seu futebol. Mas neste momento específico e conjuntural da história do futebol catarinense, não podemos deixar, nós, deputados do oeste, de construir a perspectiva da vitória da Chapecoense no campeonato estadual. A Chapecoense será campeã.

No domingo, ela vai ganhar do Avaí, lá em Chapecó. Depois vai ganhar novamente, na capital do estado, porque a Chapecoense será representada aqui por todos os deputados do oeste de Santa Catarina, que estarão lá, na torcida.

Respeitando o Avaí e o Figueirense, este ano é o ano da Chapecoense!

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Na verdade, deputado Pedro Uczai, Santa Catarina possui grandes clubes, como o Joinville, a Chapecoense, o Avaí, o Figueirense, o Brusque e outros clubes que participaram do campeonato estadual. Nós aqui fazemos uma homenagem a todos os clubes que participaram do campeonato estadual e esperamos que vença o melhor.

Um grande abraço!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - A deputada Professora Odete de Jesus, no horário do PRB, estava concedendo uma entrevista. Então, consulto os senhores líderes se é possível conceder este horário ao PRB.

(Pausa)

Estão, todos, de acordo?

(As lideranças aquiescem.)

Então, com a palavra o PRB, por até cinco minutos.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Muito obrigada, sr. presidente deputado Gelson Merísio, demais integrantes da mesa, sras. deputada Ana Paula Lima, deputada Ada De Luca, demais srs.

deputados e imprensa falada, escrita e televisada.

Sr. presidente, esta é uma Casa onde paira a harmonia, onde todos nós, os 40 parlamentares, estamos comungando de um único objetivo: o catarinense, o cidadão, o assalariado.

Por isso, nós, em todas as bancadas, unimo-nos em prol de um objetivo, deputado Nilson Gonçalves: o cidadão. Queremos o bem-estar da população, fazer o bem àqueles que nos colocaram aqui, que nos elegeram para ser seu representante. E a população fica muito atenta, para saber a atuação dos seus parlamentares. Alguns foram eleitos por algumas regiões, outros receberam apelos em vários municípios, e assim por diante.

Nós temos que fazer o nosso papel muito bem feito, para poder corresponder às expectativas daqueles que querem que possamos fazer boas realizações enquanto estivermos aqui. Devemos abrir portas e poder atuar de uma maneira marcante. E é isso que nós temos feito, com muita dedicação.

Há poucos momentos estivemos reunidos com o presidente da Casa, deputado Jorginho Mello, para alguns encaminhamentos, que no momento oportuno o sr. presidente, deputado Jorginho Mello, executará.

Mas o que venho trazer a v.exas., sras. deputadas, srs. deputados e sr. presidente, é que não devemos esquecer do grande ato público, para o qual esta deputada está tomando providências, o qual será realizado no dia 29 de abril, quando teremos um ano da Lei n. 11.664, de 29 de abril de 2008, sancionada pelo presidente Lula.

Tivemos o apoio do ministro da Saúde, José Gomes Temporão. E também fazemos o convite para que ele esteja conosco neste grande ato público. Também convidamos o autor da lei e diversas outras entidades.

Volto a reforçar o convite para que todas as mulheres possam estar aqui e serem testemunha, porque depois vamos cobrar o exame gratuito, através do Sistema Único de Saúde, SUS, exame de mamografia, para as mulheres acima de 40 anos e para todas as mulheres o exame de colo de útero. Porque nós sabemos que a doença que mais mata as mulheres é o câncer de mama e o câncer de colo de útero.

Então, dia 29, às 14h, no plenarinho da Assembléia Legislativa, eu gostaria que v.exas. também estivessem presentes, para que depois possamos cobrar do SUS, para que todas as mulheres tenham amparo através da lei.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Gostaríamos de registrar e agradecer a presença no Parlamento catarinense do prefeito municipal de Coronel Freitas, sr. Mauri José Zucco e seu irmão Oscar.

Bem-vindo ao Parlamento, à Casa do Povo! Sintam-se bem em nosso nome,

em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores e também do Parlamento.

Sejam bem-vindos, amigos!

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Gostaria de parabenizar o nosso eminente deputado Dagomar Carneiro, que recebeu a medalha de Honra ao Mérito Odontológico Nacional.

Parabéns ao nosso dentista, pelos mais de 20 anos de serviços prestados em Brusque!

Tenha a certeza de que muito nos orgulha essa comenda recebida por v.exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Democratas.

Com a palavra o deputado Cesar Souza Júnior, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Sr. presidente, srs. deputados, neste retorno às atividades parlamentares, nesta quarta-feira, o que me traz à tribuna é um tema de grande importância para a região da Grande Florianópolis.

Nós ainda permanecemos com a situação do pedágio do sul do município de Palhoça absolutamente indefinida.

O prefeito Ronério Heiderscheidt está neste momento em Brasília, buscando ainda uma composição com a Operadora OHL e com a NTT, que vai fazer com que os municípes ao sul de Palhoça não tenham que ter mais esse grande encargo sobre as suas costas. A proposta é de uma via alternativa, que vá desafogar o tráfego e evitar que os moradores de mais de sete bairros do sul de Palhoça tenham que pagar diariamente. Seria uma solução interessante, mas que não se vai estabelecer, pelo menos no prazo de um ano e meio ou dois anos, que é o período que leva uma obra desse porte.

Portanto, a nossa expectativa é que não seja necessário o confronto da população envolvida nem o confronto judicial. É importante conseguirmos ainda uma solução negociada nesse caso.

Nós apresentamos aqui na Assembléia Legislativa um projeto de lei que isenta os moradores, que têm o perímetro urbano no seu município por onde passa uma praça de pedágio, do pagamento da cobrança, já que sabemos também, deputado Jean Kuhlmann, que os moradores do município de Porto Belo também se insurgem contra essa cobrança.

Lembramos: não somos contra a idéia do pedágio como maneira de remunerar a conservação das estradas, pois isso é realidade em todo o mundo. Somos contra, sim, que o morador, para ir da sua casa até o trabalho diariamente, tenha que pagar mais esse pesado encargo.

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Pois não!

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - Deputado Cesar Souza Júnior, eu quero, primeiro, parabenizar v.exa. pela iniciativa, pela clareza do seu pronunciamento,

mostrando a sua posição clara e objetiva, que não é a questão de ser contra o pedágio de forma pura e simples para ser contra, mas colocando a situação daquele cidadão que mora próximo ao pedágio, que tem que se deslocar até o centro da cidade, que tem que vir até a capital. É totalmente injusto que essa pessoa tenha que pagar o pedágio.

Por isso quero parabenizar v.exa. por essa iniciativa e dizer: água mole em pedra dura, tanto bate até que fura! V.Exa., coordenando esse movimento, vai dar um exemplo para Santa Catarina e mostrará que vale a pena, sim, lutar por aquilo que é certo, por aquilo que é justo, por aquilo que é correto.

Parabéns, deputado Cesar Souza Júnior!

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Deputado Jean Kuhlmann, o interessante também é que esse debate que se estabelece agora vai servir de julgamento precedente, vamos dizer assim, da situação que vai acontecer no vale do Itajaí que v.exa. representa nesta Casa. Quando houver, e vai acontecer, a concessão da BR-470, situações parecidas vão acontecer.

O que nós queremos é que haja uma solução negociada, mas que daqui para frente não se cometa mais barbaridades como essa do sul do município de Palhoça, estabelecendo-se a cobrança de uma praça de pedágio, isolando-se seis bairros onde moram predominantemente pessoas carentes que precisam se deslocar até o centro de Palhoça, até São José, até Florianópolis para fazer as suas atividades diárias.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Pois não!

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Deputado Cesar Souza Júnior, parabéns pela sua luta que temos acompanhando nesta Casa sobre a questão do pedágio.

Eu gostaria apenas de contribuir, falando da questão da Cide, este imposto que veio exatamente para se evitar o pedágio. Eu estive fazendo uma pesquisa desde quando foi implantada a Cide, em 2002, até o ano de 2009, este que estamos agora, e vi que foram arrecadados pelo governo federal R\$ 51 bilhões. Infelizmente, foram investidos apenas R\$ 19 bilhões. Quer dizer, se essa diferença fosse aplicada nas nossas estradas, de fato não precisaríamos dos pedágios.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Muito bem colocado, deputado Ismael dos Santos.

E esta é a nossa posição: que se cobre pedágio, mas também que, proporcionalmente, diminua-se os impostos cobrados sobre o combustível. Se o estado brasileiro reconhece, hoje, tanto a atual administração como outras anteriores, que é incompetente na gestão das rodovias, que é um mau gestor do dinheiro público na conservação e ampliação das suas rodovias e, portanto, vá-se cobrar o pedágio, que também o estado, se vai tirar com uma mão do pedágio, conceda com a outra, diminuindo os tributos cobrados de maneira

proporcional sobre o combustível, sobre a compra de automóveis, que deveriam ser aplicados na conservação e ampliação de rodovias.

O que não pode é esta situação atual: os impostos elevadíssimos, representando mais de 50% do custo do combustível; os impostos sobre a propriedade de veículo automotor elevadíssimos; e, ao mesmo tempo, a cobrança de pedágio!

Então, se o estado reconhece que não consegue conservar e ampliar estradas, que precisa da iniciativa privada e que vai cobrar o pedágio, também que, com a outra mão, tire e desonere os tributos enormes que a população brasileira paga. O que não pode é conviver com dois sistemas: a cobrança elevadíssima de IPVA, a cobrança elevadíssima dos impostos, como a Cide sobre o combustível, e, ao mesmo tempo, o pedágio.

E o pedágio em área urbana, cortando bairros, dividindo municípios, não pode ser admitido pela sociedade catarinense. Que o governo federal, através da ANTT, daqui por diante evite esse tipo de conflito, pesquisando melhor e evitando colocar praça de pedágio cortando o bairro e inviabilizando o direito de ir e vir das pessoas. Esse tipo de conflito pode, sim, ser evitado, desde que haja um pouco mais de sensibilidade e um pouco mais de espírito democrático no momento de se estabelecer novos pontos de cobrança de pedágio.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra, por até oito minutos, a sra. deputada Ana Paula Lima, que falará em nome do PT.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito boa-tarde ao sr. presidente, deputado Gelson Merísio, que conduz os trabalhos na tarde de hoje na Assembleia Legislativa, à sra. deputada Professora Odete de Jesus, aos srs. parlamentares, ao público que nos dá a honra da presença nesta Casa de Leis, a Casa do Povo de Santa Catarina, e também àqueles que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Alesco Digital.

Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, quero informar que na semana passada estive em Brasília representando a comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher no Encontro Nacional das Comissões de Direitos Humanos, e lá debatemos vários temas, inclusive a questão das conferências em nível nacional e também estadual: as conferências da Comunicação, da Assistência Social, da Saúde, da Segurança Pública. E diversas datas já foram marcadas e depois irei informá-las a cada parlamentar desta Casa.

Também aproveitamos a oportunidade para buscar, srs. deputados e público catarinense, informações concretas sobre os repasses dos recursos federais para Santa Catarina, relativos ainda à catástrofe de 2008. Estávamos juntos eu, a senadora Ideli Salvatti, os deputados federais Cláudio Vignatti e Décio Lima, o

deputado Dirceu Dresch, e participamos de uma reunião na Defesa Civil Nacional, com a secretária Ivone Valente.

Fizemos isso, srs. parlamentares, até para dar à população catarinense informações concretas sobre o que está acontecendo com o dinheiro encaminhado pelo governo federal para o estado de Santa Catarina.

Quero dizer também que o presidente Lula foi ágil na liberação desses recursos, encaminhando uma medida provisória para o Congresso Nacional, e o Congresso Nacional votou a liberação desses recursos.

E, pasmem, já foram liberados R\$ 100 milhões para a área da saúde, R\$ 70 milhões para a área de custeio e R\$ 30 milhões para a área de investimentos. Inclusive, vários deputados estiveram presentes na liberação desses recursos, apareceram na fotografia, deputado Ismael dos Santos, quando os recursos foram liberados - mas antes disso não aparecem para fazer o debate.

Também ficamos pasmos que R\$ 280 milhões foram reservados para a reconstrução das rodovias federais, e recursos liberados para reconstrução de rodovias estaduais.

O que está emperrado ainda em Brasília? Estão emperrados R\$ 120 milhões, deputado Pedro Uczai, e esses recursos eram destinados aos 108 municípios que foram atingidos pela catástrofe. A minha pergunta é a seguinte, deputado Pedro Uczai, por que esse recurso não foi liberado? Erro no projeto, descobri!

Não adianta vir deputado aqui falar que é erro do governo federal! Primeiro, é um erro, srs. parlamentares e sra. deputada, dizer que para a catástrofe no estado de Santa Catarina só não se está recebendo dinheiro do governo federal. Do governo estadual não há investimento nenhum! Fiz um pedido de informação para o governo do estado, e nenhum centavo do governo do estado! E dos governos municipais também não tenho esclarecimentos.

Cento e vinte milhões não foram liberados por erro do projeto. E, pasmem - e devo informar à população: há mais de 30 dias houve uma reunião do Fórum Catarinense em Brasília, onde estavam presentes o gestor do Grupo Reação, ex-senador Geraldo Althoff, juntamente com o sr. Humberto, prefeitos de várias cidades, a exemplo do prefeito em exercício da cidade de Blumenau - porque o prefeito estava nos Estados Unidos -, o sr. Rufinus Seibt. Naquela reunião do fórum foi orientado ao estado de Santa Catarina rever esse projeto. E, pasmem, na reunião de quinta-feira o estado de Santa Catarina não havia se manifestado ainda sobre a revisão desses projetos.

Aí me pergunto o seguinte, srs. deputados: se foi liberado o dinheiro da saúde - e para todos os municípios que fizeram o convênio está sendo liberado; se foi liberado, deputado Jean Kuhlmann - e v.exa. passa na rodovia -, à SC-470 e à BR-470 - a SC é conhecida como a Jorge Lacerda -, e as obras estão sendo executadas; se foi liberado também dinheiro para os municípios, para os abrigos provisórios - Blumenau, Gaspar e Ilhota

receberam esse dinheiro -, por que os R\$ 120 milhões não foram liberados?

Estava, juntamente com o prefeito da cidade de Blumenau, ao meio-dia de hoje, no gabinete da senadora Ideli Salvatti, o sr. Ricardo Stodiek, e o prefeito reconheceu, em entrevista na imprensa, que o erro do projeto é do governo do estado! O município de Blumenau encaminhou todos os trabalhos para o governo do estado, assim como aos outros 107 municípios! V.Exas. querem me dizer onde está o erro? O erro está no projeto! Enquanto não se rever esse erro, não vai ser liberado.

Quero dizer também que isso me levou ao gabinete da Casa Civil, onde informei ao presidente Lula que o estado de Santa Catarina está-se manifestando, está falando mal do governo federal por causa da liberação desses recursos.

Vejam, senhores, foi quase R\$ 1 bilhão para o estado de Santa Catarina! Cento e vinte milhões, que seriam destinados aos municípios, não chegaram ainda lá onde moram as pessoas, onde precisa haver a reconstrução de ruas, de pontes e a abertura de estradas! E esse dinheiro ainda não chegou!

O governo federal quer liberar o dinheiro, tanto é que está empenhado, mas até o momento, senhores, o governo do estado não se levantou dos gabinetes com ar-condicionado e foi lá pedir, a exemplo do que fez o prefeito de Blumenau aqui em Florianópolis, com a senadora Ideli Salvatti: ele veio pedir dinheiro, porque na nossa porta, senhores, não nos dão nada se nós não formos pedir!

E quero fazer aqui um manifesto, deputado Jean Kuhlmann, de desaprovação ao presidente da Fiesc. Usar a prefeitura municipal de Blumenau, o salão nobre, para falar mal do presidente Lula?! O que é isso? Isso é politicagem! Isso é politicagem, sim! Usar a prefeitura de Blumenau para dizer que não veio recurso?! Não veio o recurso por falta de competência do Grupo Reação!

Quero falar só mais uma coisa, porque o meu tempo, infelizmente, é curto: passem! Houve, na semana passada, uma audiência pública em Jaraguá do Sul e aquela cidade e os municípios circunvizinhos não sabiam do dinheiro do Auxílio Reação! A prefeita não sabia! O secretário não sabia! Os senhores querem me dizer onde está o erro? O erro está na gestão do Grupo Reação do governador Luiz Henrique e dos seus secretários, que não sabem o que estão informando.

Mas pedi, sr. presidente, para o governo federal, através do ministério da Integração, passar uma minuta e esclarecer de uma vez por todas à imprensa catarinense, que às vezes não entende o que nós falamos, e também ao povo catarinense que não recebemos os recursos, infelizmente ainda, pela incompetência na elaboração dos projetos.

Por isso, sr. presidente, eu não posso ficar calada, não posso ficar sem defender o governo do presidente...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Deputado, só pela ordem v.exa. pode usar a palavra.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sr. presidente, só gostaria de comunicar aos srs. deputados que tenho uma cópia da Lei n. 11.893, que é a antiga medida provisória, que diz, na última página, que os R\$ 120 milhões são destinados a "apoio a obras preventivas de desastres".

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Sr. presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Por uma questão de equidade, eu vou conceder a palavra à deputada Ana Paula Lima, até porque na palavra pela ordem não se responde assunto da tribuna.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, nós estamos numa guerra aqui, e não é guerra entre parlamentares, mas para resolver o problema.

Eu estive em Brasília, participei de debate na rádio em Blumenau, conversei com as pessoas e estou aberta para sanar esse erro. O erro já foi dito, é do governo do estado! Vamos reaver os projetos. Os municípios fizeram o dever de casa, quem não fez foi o governo do estado.

Por isso, sr. presidente, esta Casa tem que parar os trabalhos e trabalhar para as pessoas que ainda estão prejudicadas nos 108 municípios do estado de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Devo dizer que esta Casa tem no seu Regimento que a questão de ordem, em tese, deveria ser precedida do argumento e do artigo do Regimento Interno. Esta Presidência, como orientação da Mesa, tem flexibilizado no sentido de permitir aos deputados que usem a palavra sempre que entenderem necessário.

Fazemos um apelo aos deputados para que isso não se torne uma forma ostensiva, a ponto de a Mesa ter que executar o Regimento e apenas conceder a palavra por uma questão de ordem quando citado o artigo que for contrário ou contrariado.

Por isso, faço um apelo aos deputados que vão usar agora o microfone de apartes para que se atenham à questão de ordem para que não tenhamos o encaminhamento diferente daquilo que todos queremos.

O Sr. Deputado Giancarlo Tomelin - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Giancarlo Tomelin.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - V.Exa. tem razão, até porque esse assunto não pode ser objeto de debate político. Ele é muito sério para ser levado desta forma.

Mas eu queria registrar que está aqui presente o presidente do Inmetro, Paulo Roberto Demarchi Mundt. Ele é representante também da nossa região de Blumenau e faz um grande trabalho à frente do Inmetro. Portanto, gostaria de registrar a presença dele aqui nesta Casa, que veio para comemorar os 43 anos do PMDB.

Em nome da bancada do PSDB, quero parabenizar o PMDB que já está pertinho de completar 45. Então, quero cumprimentar o PMDB pelos 43 anos e agradecer a presença nesta Casa do

presidente do Inmetro, Paulo Roberto Demarchi Mundt.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Gostaria de fazer dois registros, sr. presidente.

O primeiro é a presença do colega jornalista e advogado Marco Antônio Schettert, que está aqui juntamente com o advogado dr. Guilherme Domingos, bem como também do pastor Daniel, que é o pastor presidente da Assembléia de Deus de Cunha Porã. Ele está acompanhado do vice-presidente, pastor Wilmar Possenti, e visitam a nossa Casa.

Mas, nesse debate todo aqui, eu estava olhando aquela imagem em cima de v.exa., a de Jesus Cristo pendurado na cruz, deputado, e vi que na mesma posição de Jesus Cristo pendurado na cruz está o povo, que está sofrendo por conta dessa briga do governo federal e o governo estadual. Entre o mar e a pedra, quem sofre é o marisco.

Eu peço que pessoal do governo federal e do governo estadual olhe a presença do Cristo na cruz. É o povo que está sofrendo!

Muito obrigado, sr. presidente!

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, gostaria de também dar as boas-vindas ao dr. Marcello Petrelli, vice-presidente das organizações RIC Record em Santa Catarina e Paraná. Ele já se encontra na Casa, juntamente com parte da sua diretoria, para daqui a pouco receber uma singela homenagem desta Casa pelo prêmio que ele recebeu da ADVB 2009.

Eu gostaria, inclusive, de solicitar aos deputados que se encontram nos gabinetes que venham ao plenário para nos irmarmos nessa singela homenagem que vamos prestar ao sr. Marcello Petrelli daqui a alguns minutos.

Muito obrigado, sr. presidente.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Também gostaria de dar os parabéns ao PMDB por esses 43 anos do partido que comemora hoje, e dizer que foi uma peça fundamental para as liberdades democráticas do nosso país, um partido que sempre discutiu política e não politicagem como muitos aqui fazem.

Parabéns a essas lideranças históricas do antigo MDB, do manda brasa, este, sim, fazia uma política correta, decente. É dessa forma que quero cumprimentar todas as lideranças do nosso PMDB.

Muito obrigada!

O Sr. Deputado Giancarlo Tomelin - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Giancarlo Tomelin.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Eu, que já tive a honra de presidir a ADVB de Santa Catarina e ajudei a criar o prêmio Personalidade de Vendas e a reunião das personalidades de vendas, gostaria de informar a esta Casa da importância desse prêmio, porque todo ano a ADVB identifica o homem ou a mulher símbolo de venda, símbolo do mercado de Santa Catarina.

Então, está aqui o sr. Marcelo Petrelli, assim como já estiveram o Vicente Donini, o Vander Weg, o Manoel Zaroni, o Léo Fausto Zipf, o Hans Dieter Didjurgeit, o Décio Silva, a WEG, o Jorge Freitas, o Acari Menestrina, a Sônia Hess de Souza. Hoje, a Assembléia fará uma justa homenagem àquelas pessoas que produzem e colaboram com Santa Catarina.

Parabéns ao Marcelo Petrelli pelo prêmio!

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Nós gostaríamos de pedir aos srs. deputados da bancada do PMDB, aos funcionários dos seus gabinetes para que se dirigissem ao plenário a fim de comemorar o aniversário do PMDB, bem como comer um bolo aqui na sala da Imprensa.

Muito obrigado, sr. presidente.

O Sr. Deputado Professor Grando - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Professor Grando.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Eu não poderia deixar de me manifestar nesta data do aniversário do PMDB. Nós viemos lá do antigo PCB - Partido Comunista Brasileiro - e, como éramos considerados clandestinos e perseguidos, militávamos no MDB, depois PMDB, lutando pelo pluripartidarismo, lutando pela anistia, lutando pela Constituinte.

Realmente é um partido histórico ao qual pertencemos. Quem não se lembra do senador Nelson Wedekin, do deputado Roberto Motta, que inclusive foi líder do PMDB nesta Casa, e militávamos juntos para engrandecer o PMDB e conseguir a transição democrática. Faço um grande elogio ao PMDB pelo seu papel histórico!

A Sra. Deputada Professora Odete de Jesus - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Professora Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, também quero parabenizar o PMDB pelos seus 43 anos e dizer que não é fácil presidir uma sigla partidária. O PMDB tem sido muito unido, aguerrido e também muito apedrejado algumas vezes. Mas nós sabemos que a árvore que dá bons frutos sempre vai continuar recebendo pedras. O partido recebe críticas, mas são críticas construtivas.

Esta Casa é uma casa de debates, e nós não poderíamos deixar de parabenizar todos os integrantes do PMDB e também o dr. Petrelli que, em poucos momentos,

receberá uma honraria muito justa, bem como os diretores também e sua equipe que faz um trabalho bellissimo através da Ric Record.

Enfim é um meio de comunicação muito rico que traz a informação precisa e com muita responsabilidade.

Parabéns a toda equipe!

O Sr. Deputado Rogério Mendonça - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Rogério Mendonça.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Sr. presidente, quero também saudar o meu partido, o PMDB, pela sua história em prol da democracia, em prol do Brasil, ao longo destes anos em que faz parte da vida política e democrática deste país.

Na verdade é o maior partido brasileiro. Possui 1.8 milhão de filiados; oito governadores; cinco vice-governadores; 95 deputados federais, sendo cinco de Santa Catarina; 172 deputados estaduais, sendo 11 de nosso estado; 1.207 prefeitos e 8.497 vereadores.

Portanto, o nosso orgulho, o orgulho de Santa Catarina e do Brasil pela existência do Partido do PMDB.

Muito obrigado, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Ainda dentro do horário reservado aos partidos políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado Joares Ponticelli, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, catarinenses que participam da nossa sessão e que nos acompanham através da TVAL e da Rádio Alesc Digital.

Deputados Silvio Dreveck e Lício Mauro da Silveira, há muito tempo venho lendo, assistindo e ouvindo entrevistas do secretário Regional aqui da Grande Florianópolis, o dr. Gallina.

Deputado Cezar Souza Júnior, o dr. Gallina vive dizendo que as escolas da Grande Florianópolis são exemplos de escolas para o Brasil.

Gostaria de pedir a nossa assessoria que passe, agora, uma reportagem do Hélio Costa, veiculada na semana passada e que, infelizmente, no sábado também foi ao ar em rede nacional, pela Record, para nós vermos que bom exemplo é esse que o dr. Gallina, conta das escolas da Grande Florianópolis.

(Procede-se à projeção do vídeo.)

Srs. deputados, isso não é discurso da Oposição. É uma matéria jornalística que mostra que o secretário Gallina tem que fazer menos campanha eleitoral e cuidar mais da educação aqui na Grande Florianópolis.

É aqui na Palhoça, logo aqui pertinho! Pode ser romântico, até, ir para a aula à luz de velas...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Antes de passarmos à Ordem do Dia, vamos suspender a sessão por 10 minutos.

Convidamos para que entre neste recinto e sente-se à mesa o sr. Marcelo Petrelli. Para tanto, convido o deputado estadual Nilson Gonçalves para que encaminhe o nosso homenageado até a mesa de honra.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) (Faz soar a campainha) - Estão reabertos os trabalhos desta sessão ordinária.

Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que a comissão de Educação, Cultura e Desporto apresentou parecer favorável às seguintes matérias: Ofício n.s 0389/2008 e 0396/2008, que encaminham relatório de atividades.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0020/2009, de autoria do deputado Jailson Lima, que declara de utilidade pública a Federação Catarinense de Atletismo - FCA, com sede no município de Florianópolis.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0035/2008, de autoria da deputada Ana Paula Lima, que dispõe sobre a adoção de livros didáticos, apostilas e/ou similares nas escolas particulares de educação básica no estado de Santa Catarina.

Ao presente projeto foi apresentada Emenda Supressiva.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Educação, Cultura e Desporto e de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0066/2009, de autoria do deputado Darci de Matos, que declara integrante do patrimônio histórico, artístico e cultural do estado de Santa Catarina a Festa das Flores do município de Joinville.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0324/2008, de

autoria do deputado Padre Pedro Baldissera, que inclui na merenda escolar dos alunos da rede estadual de ensino o suco de uva produzido em Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0357/2008, de autoria do deputado Gelson Merísio, que declara integrante do patrimônio histórico, artístico e cultural do estado de Santa Catarina a banda de música do 2º Batalhão da Polícia Militar de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários as Indicações n.s.: 0255/2009, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 0256/2009, de autoria do deputado Darci de Matos...

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, com relação à indicação de minha autoria, gostaria de dizer que é fruto daquele projeto que discutimos em plenário e, como não passou, entendemos que deveríamos fazer uma indicação dirigida ao governo do estado com o mesmo intuito e com a mesma intenção.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Está entendido, deputado Nilson Gonçalves!

Esta Presidência comunica ainda que serão encaminhadas aos destinatários as Indicações n.s.: 0257/2009, de autoria do deputado Nilson Gonçalves...

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, existe uma preocupação com os assaltos que estão acontecendo em ônibus intermunicipais. Com essa iniciativa, teríamos a identificação das pessoas que estão viajando nesses ônibus. Isso restringiria mais esses assaltos que têm acontecido com bastante frequência nesses ônibus intermunicipais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Esta Presidência comunica ainda que serão encaminhadas aos destinatários as Indicações n.s.: 0258/2009, de autoria do deputado Rogério Mendonça, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Esta Presidência comunica que defere os seguintes requerimentos:

Requerimento de autoria da deputada Ada De Luca, que solicita o envio de

mensagem telegráfica aos prefeitos e aos presidentes das Câmaras de Vereadores de Papanduva, São Francisco do Sul e Itapema, cumprimentando-os pelo aniversário dos respectivos municípios.

Requerimento de autoria da deputada Ada De Luca, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao delegado da Capitania dos Portos de São Francisco do Sul, cumprimentando-o pelo aniversário de instalação daquela delegacia.

Requerimento de autoria do deputado Dagomar Carneiro, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos e aos presidentes de Câmaras de Vereadores de Abdon Batista, Lindóia do Sul, Vitor Meireles, Tunápolis, Timbó Grande, Serra Alta, José Boiteux, Itapoá, Iraceminha, Forquilha e Celso Ramos, cumprimentando-os pelo aniversário dos respectivos municípios.

Requerimento de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos e aos presidentes das Câmaras de Vereadores de Rio Negrinho e Itapoá, cumprimentando-os pelo aniversário dos respectivos municípios.

Requerimento de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito de Joinville, cumprimentando-o pela comemoração do primeiro aniversário de funcionamento do restaurante popular daquele município.

Requerimento de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente do Instituto de Diabetes de Joinville, cumprimentando-o pelo lançamento daquele Instituto.

Requerimento de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente do Centro de Prevenção de Acidentes de Moto, cumprimentando-o pelo projeto desenvolvido com o Programa de Redução da Violência do Trânsito.

Requerimento de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao procurador-geral de Justiça, cumprimentando-o pela posse no cargo.

Requerimento de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao desembargador Cláudio Valdyr Helfenstein, cumprimentando-o pela posse no cargo.

Requerimento de autoria do deputado Herneus de Nadal, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos e aos presidentes das Câmaras de Vereadores de Iraceminha, Serra Alta e Tunápolis, cumprimentando-os pelo aniversário dos respectivos municípios.

Requerimento de autoria do deputado Kennedy Nunes, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao pastor Jair da Silva Machado da Igreja Assembléia de Deus de Lontras, cumprimentando-o pela passagem do seu aniversário.

Requerimento de autoria do deputado Kennedy Nunes, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao pastor José Otávio Marques da Igreja Assembléia de Deus de Sangão, cumprimentando-o pela passagem do seu aniversário.

Requerimento de autoria do deputado Kennedy Nunes, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao pastor Agisse Berto da Silveira, da Igreja Assembléia de Deus de Rio do Sul, cumprimentando-o pela passagem do seu aniversário.

Requerimento de autoria do deputado Kennedy Nunes, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao pastor Alessio

Marques, da Igreja Assembléia de Deus de Araranguá, cumprimentando-o pela passagem do seu aniversário.

Requerimento de autoria do deputado Jean Kuhlmann, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Empresa Nacional de Energia Elétrica pedindo providências quanto à manutenção do Programa de Energia Especial no Vale do Itajaí.

Requerimento de autoria do deputado Jean Kuhlmann, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao superintendente regional do DNIT pedindo providências quanto à limpeza das margens da rodovia BR-470, Km-54, próximo à Polícia Rodoviária Federal, no município de Blumenau.

Requerimento de autoria do deputado Antônio Aguiar, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos srs. Casildo Maldaner, Neuto De Conto e Mauro Mariani, cumprimentando-os pelo recebimento do título de Cidadão Catarinense.

Requerimento de autoria do deputado Antônio Aguiar, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos e aos presidentes das Câmaras de Vereadores de Rio Negrinho, Itapoá, Serra Alta, Timbó Grande e Matos Costa, cumprimentando-os pelo aniversário dos respectivos municípios.

Requerimento de autoria do deputado Lício Mauro da Silveira, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos e aos presidentes das Câmaras de Vereadores de Palhoça, Tunápolis, Itapoá e Itapema, cumprimentando-os pelo aniversário dos respectivos municípios.

Requerimento de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao estudante Marcei Fernandes, de Joinville, cumprimentando-o pela conquista da medalha de prata no concurso Olimpíada Brasileira de Física.

Requerimento de autoria do deputado José Natal, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente do DNIT, pedindo providências urgentes na manutenção da sinalização da BR-470, região do alto vale do Itajaí.

O Sr. Deputado José Natal - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado José Natal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Eu queria comunicar que transitei na BR-470, na última segunda-feira à noite quando começou a chover. Não se enxergava completamente nada, porque a sinalização vertical daquela rodovia não existe.

Ontem à noite, da mesma forma, em menos de um quilômetro, houve dois acidentes, devido à falta de sinalização vertical e horizontal naquela via, pois não existe praticamente nada.

Solicito providência urgente do DNIT no sentido de fazer principalmente a sinalização horizontal, porque muitas vidas serão ceifadas se continuar do jeito que está aquilo ali.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Requerimento de autoria do deputado Joares Ponticelli, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente do Conselho Regional de Contabilidade, cumprimentando-o pelo Dia do Contabilista.

Requerimento de autoria do deputado Joares Ponticelli, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente do Sindicato dos Contabilistas de Tubarão, cumprimentando-o pelo Dia do Contabilista.

Requerimento de autoria do deputado Pedro Uczai, que solicita o envio de

mensagem telegráfica ao prefeito e ao presidente da Câmara de Vereadores de Vargeão, cumprimentando-os pelo aniversário do município.

Requerimento de autoria do deputado Dirceu Dresch, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Cooperativa Regional Itaipu, cumprimentando-o pelo aniversário de fundação daquela cooperativa.

Requerimento de autoria do deputado Dirceu Dresch, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Federação dos Trabalhadores no Comércio do Estado, cumprimentando-o pela realização do 11º Congresso Estadual dos Trabalhadores.

Requerimento de autoria da deputada Ada De Luca, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao procurador-geral de Justiça, dr. Gercino Gerson Gomes Neto, cumprimentando-o pela recondução ao cargo de procurador.

Requerimento de autoria da deputada Ada De Luca, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente do Diretório Estadual do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, cumprimentando-o pelos 43 anos de luta pela democracia do povo catarinense.

Requerimento de autoria do deputado Silvio Dreveck, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito e ao presidente da Câmara de Vereadores de Rio Negrinho, cumprimentando-os pelo aniversário do município.

Requerimento de autoria do deputado Silvio Dreveck, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito e ao presidente da Câmara de Vereadores de Matos Costa, cumprimentando-os pelo aniversário do município.

Requerimento de autoria do deputado Silvio Dreveck, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito e ao presidente da Câmara de Vereadores de Timbó Grande, cumprimentando-os pelo aniversário do município.

Requerimento de autoria do deputado Silvio Dreveck, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito e ao presidente da Câmara de Vereadores de Itapoá, cumprimentando-os pelo aniversário do município.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, assim que v.exa. terminar os requerimentos, gostaria de reportar-me ao Requerimento n. 0430/2009, em que cumprimento o prefeito de Joinville pela comemoração do 1º aniversário do funcionamento do restaurante popular daquele município.

Mas, ao mesmo tempo, faço a restrição pública, e quero que fique gravada, de que esse restaurante foi criado em Joinville para atender as pessoas carentes e cobrar, subsidiado, apenas R\$ 1,00 por refeição.

Eu não concordo, e vou continuar brigando, porque não entendo e não aceito que pessoas que têm condições de pagar uma refeição, que se dirigem àquele restaurante inclusive em bons veículos, possam almoçar e pagar R\$ 1,00 pela refeição naquele restaurante de Joinville.

Eu não concordo. Acho que ele foi criado para atender a população carente e vou fazer um pedido expresso ao prefeito para que restrinja a entrada naquele estabelecimento apenas para pessoas carentes, que não têm condições de pagar o almoço, e não para os abastados que vão lá pagar R\$ 1,00 para

almoçar em detrimento daqueles que precisam.

Muito obrigado.

O Sr. Deputado Pedro Uczi - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Pedro Uczi.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Agora deliberaremos as moções, mas como há algumas extremamente polêmicas e como é visível o número insuficiente de deputados, gostaria de solicitar a verificação de quórum ou que elas sejam deliberadas no dia de amanhã, se for esse o entendimento de v.exa. É visível a falta de quórum e acho que não há necessidade de fazermos a verificação de quórum aqui neste plenário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Não há necessidade de fazer verificação de quórum. Esta Presidência vai apenas despachar os encaminhamentos dos srs. deputados e logo em seguida passará à Explicação Pessoal.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Não vão ser lidos os pedidos de informação de hoje?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Como estamos sem quórum, vamos deixar para amanhã, deputado.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Está bem. Obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o sr. deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, nos últimos dias tenho tomado conta do assunto do Código Ambiental catarinense. A imprensa nacional tem noticiado bastante esse assunto e se instalou uma guerra entre governo de Santa Catarina e membros do governo federal.

Não quero adentrar com profundidade no tema, apenas quero registrar que a guerra não tem vencedores. Portanto, é de bom alvitre sentar, conversar e evidentemente entrar num entendimento.

A preocupação ambiental é muito maior do que apenas o Código Ambiental. Não só temos a preocupação como devemos fazer ações na preservação do meio ambiente e, ao mesmo tempo, ter a responsabilidade e o bom senso, mais do que nunca, nos dias de hoje, de prover o desenvolvimento sustentável.

E, além do Código Ambiental, Santa Catarina precisa urgentemente de uma política de saneamento básico, uma política de investimentos, de saneamento básico direcionado e focado para o esgoto sanitário.

Nós estamos falando todos os dias que devemos preservar as nossas matas, os nossos rios, os nossos riachos, as nossas nascentes, deputado José Natal, mas não podemos esquecer de que nada adianta deixarmos 50m ou 100m dos nossos rios, dos nossos mananciais se não fizermos, antes disso, uma política pública, verdadeira e de ação contínua para resolver um problema que é muito sério, que é o esgoto sanitário, que todos os dias vai para os nossos rios, riachos e praias. E não vemos, com exceção de alguns municípios que hoje têm autonomia através de suas empresas, de suas autarquias, água e esgoto municipalizado.

O que o estado, através da Casan, tem realizado de investimentos e de política continua? E aqui não vamos nem entrar na questão partidária, porque a política de saneamento básico deve ser como a política de educação, não pode ter partido. Ela tem que ter seqüência de um governo para outro, mas não pode parar os investimentos.

Volto a repetir: de nada adianta fazermos leis para deixar distâncias e mais distâncias. Não que isso seja desnecessário, é necessário, sim!

Mas ao mesmo tempo é preciso, como eu disse, que sejam aplicados investimentos em esgoto sanitário. Tanto é verdade que Santa Catarina tem aproximadamente apenas 12% da sua população atendida com esgoto sanitário e tratamento do seu próprio esgoto.

Isso é insignificante para um estado que é maravilhoso não somente por ser bonito, mas que é pujante, que tem na sua população, no cidadão catarinense pessoas responsáveis, comprometidas e empreendedoras.

Estamos, entre os 27 estados federados, na quinta ou na sexta colocação, economicamente e culturalmente falando; o nosso estado é um estado destaque no cenário nacional e internacional pelas suas exportações nos mais diversos produtos.

Isso, para nós catarinenses, é motivo de orgulho, mas não podemos, ao mesmo tempo, ficar omissos quando se fala em esgoto sanitário, pois estamos apenas à frente do estado do Piauí.

Deputado Professor Grando, v.exa. tem sido um defensor da questão ambiental, em especial do saneamento básico. V.Exa. foi prefeito e sabe do que estou falando com muito mais propriedade do que eu, pelo seu conhecimento.

Se Santa Catarina não tomar uma decisão de fazer essa ação conjunta e de investir em esgoto sanitário, os nossos mananciais e os nossos rios ficarão, infelizmente, poluídos e comprometeremos a nossa capacidade de termos água limpa, pura. E cada dia que passa nós estamos vendo em todo o planeta manifestações das alterações climáticas, mas a maioria delas são pela derrubada das matas ou pelas queimadas. Pouco se fala em esgoto sanitário.

Além disso, deputada presidente, v.exa. tem acompanhado o que está acontecendo no Brasil e no planeta, e volto a repetir: não é apenas de um governo a responsabilidade, mas este governo poderia e deveria dar o exemplo, até porque o governo federal tem destinado recursos. Podemos criticá-lo em muitas ações, mas temos que considerá-lo no que diz respeito à liberação de recursos para saneamento básico, para esgoto. E isso tem sido uma política importante do governo federal.

No entanto, por que razão o estado de Santa Catarina não acessa a esses recursos? Não há explicação para isso. Ou essa empresa está inadimplente com o governo federal ou algo está acontecendo, porque todos os estados estão preocupados e estão fazendo ações. E Santa Catarina está omissa quanto a adotar uma política pública de saneamento básico, específico, no que diz respeito ao esgoto sanitário.

Além da preservação, além da recuperação, é importante ressaltar que à medida que sejam feitos investimentos em esgoto sanitário nós estaremos economizando em saúde pública, estaremos economizando o dinheiro do povo em remédios, em consultas, em exames e em internamentos.

A Organização Mundial da Saúde já comprovou que para cada real que nós investi-

mos em saneamento básico, estaremos economizando R\$ 4,00 em tratamento à saúde pública ou em saúde de um modo geral.

Deputado Reno Caramori, v.exa. que já foi prefeito, sabe da importância do saneamento básico no município. E eu volto a repetir que é preciso implantar definitivamente no nosso estado uma política de saneamento, até para corresponder aos anseios da população catarinense que tem colaborado muito para o desenvolvimento de Santa Catarina e do Brasil.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Elizeu Mattos, por até dez minutos.

(Pausa)

Na ausência do deputado Elizeu Mattos, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Jailson Lima.

(Pausa)

Na ausência do deputado Jailson Lima, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Antônio Aguiar.

(Pausa)

Na ausência do deputado Antônio Aguiar, com a palavra o próximo orador inscrito, Joares Ponticelli, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sra. presidente, srs. deputados, deputado Reno Caramori, vou voltar ao assunto que estamos debatendo há alguns dias nesta Casa, pois agora, com a proximidade do dia 30 de abril, que é o prazo final para a entrega da declaração do Imposto de Renda, esse assunto, deputado Silvio Dreveck, não pode cair no esquecimento.

Esta Casa não pode deixar de manifestar o seu desejo de ver a justiça tributária ser feita com o trabalhador catarinense brasileiro, com o assalariado que, na realidade, é o grande pagador de impostos neste país.

Deputado Manoel Mota, não há nenhum pagador de impostos tão severamente tributado quanto o assalariado, porque este não tem como escapar. Desse, deputado Professor Grandó, a tributação é feita na própria fonte pagadora. Não há nenhum jeitinho que possa aliviar a poderosa e altíssima carga tributária imputada também ao trabalhador brasileiro.

Não dá para conceber, deputado Silvio Dreveck, que um trabalhador possa deduzir no ajuste do Imposto de Renda, deputado José Natal, apenas R\$ 2.520,00 de despesas por ano com a educação. Isso é menos que o custo da mensalidade, deputada Ada De Luca, somente de um filho. Qualquer pai de família que tenha um filho só no colegial, não é nem na faculdade, investe mais que R\$ 2.520,00 por ano. Isso se ele tiver somente um filho na faculdade!

Nós temos recebido diversas manifestações de pais que tiveram despesas de R\$ 12 mil, R\$ 15 mil, R\$ 18 mil, R\$ 20 mil em educação com os filhos ao ano! Se um filho cursar uma graduação na área da saúde isso corresponderá mais que o custo somente de uma mensalidade! Imagine, deputado Reno Caramori, isso multiplicado por 13 e ainda não podendo descontar os investimentos com o material didático pedagógico.

Investimentos com a educação têm que ser deduzidos à integralidade, não pode haver limites! O trabalhador, o assalariado tem que ter o direito de deduzir integralmente o que investe em educação dos seus filhos. Essa é uma questão, deputado Manoel Mota, de justiça tributária, porque ele já está fazendo um gasto naquilo que é obrigação do estado.

Segundo a nossa Constituição, é obrigação do estado dar uma educação pública e de qualidade. Como o estado não oferece isso, o cidadão, o trabalhador tem que buscar

no ensino particular aquilo que o estado se omite, não oferta. E ainda é duramente penalizado por não poder deduzir os investimentos em educação.

A mesma injustiça ocorre com as despesas na área da saúde. Não há limites, por exemplo, para dedução de despesas médicas, odontológicas, hospitalares, em exames, em internação, em consultas, deputados Reno Caramori e Antônio Aguiar! Mas não é possível, por exemplo, a dedução nos custos de medicamentos que são, na maioria das vezes, muito mais caros e duradouros do que a própria consulta médica, do que o próprio exame. A consulta médica e o exame você paga uma vez só. O remédio tem que ser administrado às vezes por um longo período. Outras vezes, em doenças crônicas, em doenças permanentes, em doenças definitivas, esses remédios têm que ser administrados ao longo da vida e essas despesas não podem ser deduzidas do Imposto de Renda. Isso é uma injustiça tributária!

Também se pratica uma grande injustiça contra aquele trabalhador ou trabalhadora aposentada ou pensionista, que precisa continuar trabalhando ou tem outra renda, deputado Serafim Venzon, pois as duas tributadas isoladamente não atingem o limite. Mas quando se junta as fontes no ajuste de contas do leão, muitas vezes essa aposentada, essa pensionista, esse trabalhador que precisa continuar trabalhando para garantir renda, tem que pagar praticamente a renda de um salário anual para o fisco.

Qual o princípio da concepção do Imposto de Renda? Ele é um imposto, deputada Ada De Luca, que tem que tributar, que tem que tirar parte do lucro. Despesas com educação e com medicamentos não representam lucro, porque esse dinheiro o trabalhador não pode dispor para outra atividade, para outra aquisição, para o lazer ou para aquisição de qualquer bem de consumo. Nem para guardar para a sua poupança.

Despesas com medicamentos não representam lucro. Esse dinheiro passa pela conta do trabalhador e sai automaticamente dela para lhe assegurar o tratamento, para lhe garantir a vida. Portanto, essa despesa tem que ser deduzida. Não é justo que essa despesa não seja deduzida para fins de apuração do lucro da pessoa física.

Então, nós temos que manter este assunto em pauta.

O Congresso Nacional, especialmente a representação de Santa Catarina, tem que debater à exaustão essa questão. Nós sabemos que isso para o erário, para o poder público, para o governo federal, para os governos como um todo pouco representa. Basta observar as diversas concessões e benefícios que são feitos para outras finalidades, mas o trabalhador é sempre o grande penalizado.

Portanto, nós precisamos manter essa discussão, esse debate, esse questionamento permanentemente, até que haja uma manifestação, deputado Serafim Venzon. Isso é questão de justiça tributária.

Esse período de ajustes de contas com o leão é um período que revolta o trabalhador, que vê às vezes 27,5% da sua renda sendo tragada pelo leão e não podendo deduzir sequer o investimento que fez na educação dos filhos ou no medicamento para curar a doença.

Por isso nós temos que manter este debate, temos que cobrar permanentemente dos nossos representantes, para que a justiça tributária seja praticada ao trabalhador catarinense e brasileiro.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não!

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Deputado Joares Ponticelli, é bom que v.exa. levante este assunto. E aquilo que v.exa. tem dito nesta Casa eu repito aqui: há necessidade de que se vote urgentemente neste país uma nova lei tributária, há necessidade que seja feita uma reforma tributária.

Existe uma injustiça muito grande, principalmente contra os pequenos. Sejam os municípios, sejam os estados, mas os menores são mais prejudicados. E quando falamos em população, também, as pessoas que menos ganham, o assalariado, aquele que não possui nenhuma renda a esconder, é altamente tributado, pois além de pagar o imposto, o que gasta, por exemplo, para comprar remédios, não pode ser abatido. Quer dizer, ele paga o imposto duas vezes, porque já pagou na farmácia quando adquiriu o produto.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Obrigado, deputado Serafim Venzon.

Eu espero que possamos continuar com esse debate, continuar esse questionamento. E espero que a nossa representação no Congresso Nacional possa pautar esse assunto, porque essa tabela reajustada para o próximo ano que se anuncia não representa ganho nenhum para o trabalhador, mal cobre a inflação do período.

Por isso, a nossa constância nessa luta.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Manoel Mota, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sra. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, é uma honra muito grande ver uma mulher conduzindo o destino do Parlamento. É importante para mostrar o espaço que a mulher conquistou com muita competência.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Pois não!

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Deputado, é importante trazer isto para o plenário.

Eu participei, agora, há pouco, da reunião a respeito do Código Ambiental. Um absurdo estava por acontecer, quando a senadora Ideli Salvatti propôs um acordo de todas as partes ali, para que deixássemos para mais tarde a aplicação de alguns artigos do Código Ambiental.

Eu alertei que nenhuma daquelas pessoas que lá estavam tinha competência legal para assinar qualquer documento para postergar. Segundo, a presunção da constitucionalidade tem que existir, ela existe e tem que ser aplicada, e só quem tem condições de declarar, em parte ou no todo, qualquer lei inconstitucional são os Tribunais de Justiça dos estados e o Supremo Tribunal Federal.

O que se quis fazer hoje lá foi desconstituir aquilo que legitimamente e constitucionalmente a Assembléia Legislativa fez aqui em Santa Catarina, que foi deliberar sobre a matéria, votar a matéria, aprovar a matéria.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Quero dizer que v.exa. está coberto de razão. Não podemos permitir que aquilo que cuidamos com muito carinho seja jogado no ralo. Não podemos aceitar.

Eu, com muita honra, queria, eu que tenho 39 anos de MDB, falar dessa

agremiação. Eu só tive um partido na minha vida: são 39 anos dentro do MDB e depois do PMDB. Vi uma comemoração do meu partido extraordinária: 43 anos do maior partido de Santa Catarina e do Brasil.

Então, quero cumprimentar toda a nossa bancada, através do nosso líder, deputado Antônio Aguiar, que fez uma festa bonita para marcar espaço. A festa foi estupenda, para marcar o coração dos emedebistas e dos peemedebistas!

Foi lindo, e temos que cumprimentar e parabenizar a iniciativa de comemorar os 43 anos do maior partido da história deste país, ou seja, o antigo MDB, hoje PMDB.

Mas eu estou aqui para fazer também outro registro: sexta-feira, com mais de 50 representantes políticos dos estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, visitamos as obras de duplicação da BR-101, trecho sul, entre Osório e Palhoça, fazendo um diagnóstico real de toda a situação, para podermos fazer um documento e ir até Brasília, falar com o ministro, levar o sentimento da classe empresarial, das entidades, com relação à questão da BR-101.

Nós temos dois túneis no Rio Grande do Sul, e o engenheiro nos disse que só será concluído no final do ano que vem. Isso quer dizer que estão atrasados com a obra. Da divisa de Santa Catarina até Terra de Areia não existe nada praticamente pavimentado em termos de duplicação, ou seja, a obra também está atrasada.

Ai fomos para o lote em Araranguá, que também está atrasado; fomos para Tubarão, que até Laguna a obra está atrasada demais; fomos para o trecho de Paulo Lopes até Palhoça, que também está muito atrasado. E não estou falando dos gargalos, que sequer têm a conclusão do projeto de engenharia.

Existem três gargalos, deputado Antônio Aguiar, que irão duplicar a BR-101, e quando chegarmos a eles, vamos ficar de uma hora a uma hora e trinta parados, porque vai haver uma fila de uns 20 quilômetros, ou seja, a obra duplicada, quando chegar aos gargalos, vai afunilar, vai entupir, e nos carros ficaremos parados, com as pessoas se estressando.

Então, baseado nisso, dia 17 de abril, foi feita essa fiscalização, e dia 18 nos reunimos na Câmara de Vereadores de Araranguá, para montarmos um documento e ir com uma representação até o ministro dos Transportes, com todo esse diagnóstico, para ele ficar sabendo quais as empresas que estão a passo de tartaruga e as que estão tocando bem, para conhecer de fato e de direito a situação das obras da BR-101 em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul.

Eu não poderia deixar de agradecer à equipe da TVAL, que esteve em Osório, dando-nos uma cobertura extraordinária. Também não posso me esquecer da Rádio Alesc Digital, da Assembléia Legislativa, que nos deu cobertura, através da Marisa, em todos os lugares que visitamos.

Quero cumprimentar o Jornal da Assembléia Legislativa, agradecendo a participação efetiva que nos deu, assim como toda a imprensa, nessa andança pela BR-101. Cumprimento também a RBS, enfim, foram muitas empresas. E se eu começar a enumerá-las, acabarei por esquecer algumas. Mas havia representantes de toda a imprensa de Santa Catarina.

Por isso, quero agradecer a todos, inclusive, em toda a minha vida não havia visto tanta ligação telefônica para darmos entrevistas.

O importante é que constatamos muitos problemas. E em Paulo Lopes existe um deles, até quero uma audiência pública para discutir, por que não vai haver viaduto,

elevado, na entrada da cidade, na área industrial, nas praias.

Então, eu vou mandar um encaminhamento ao presidente da comissão de Transportes, para aprovarmos uma ida a Paulo Lopes, pois é pertinho. Vamos levar uma lona e fazer uma audiência pública ao lado da BR-101, para mostrarmos que o Parlamento catarinense está alerta para ajudar toda a nossa sociedade.

Eu quero agradecer a toda a família Caramori, que não viu dificuldade em colocar um ônibus extraordinário, leito, da melhor qualidade. Foi a Osório, veio aqui, voltou, para nos levar em Araranguá.

Agradeço, do fundo do meu coração, a toda a família Caramori.

Quero que v.exa. leve esse reconhecimento, porque fizemos um pedido e não teve demora; imediatamente se colocaram à disposição.

O Sr. Deputado Reno Caramori - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Pois não!

Deputado, queremos agradecer. E acho que será fundamental fazermos uma audiência pública em Paulo Lopes.

O Sr. Deputado Reno Caramori - Deputado Manoel Mota, estávamos em Imbituba no mesmo tempo em que v.exa. fazia a vistoria na rodovia.

Estávamos reunidos com o Conselho Político Empresarial da Amurel, na Câmara de Vereadores, com todos os presidentes das associações comerciais, com o prefeito da região, discutindo justamente toda essa parte problemática, de pendência, quer do governo do estado, quer do governo federal, onde tratamos desse assunto.

Inclusive, deputado Manoel Mota, nós teremos na próxima semana a apreciação de um requerimento do deputado Valmir Comin, para que possamos realizar uma audiência pública, tratando da problemática, com a convocação de todos os responsáveis, quer estaduais, quer federais, na mesma área, para que possamos deliberar e discutir o problema juridicamente, até se for necessário, além de administrativa e tecnicamente, para que possamos entender o que está acontecendo.

Poderemos até incluir o pessoal de Paulo Lopes que esteve em meu gabinete tratando do assunto, dos acessos ao município, eis que é o momento exato para que eles participem, porque estarão presentes os responsáveis das empreiteiras e dos órgãos competentes. Acho que é viável.

Então, na próxima quarta-feira, vamos apreciar o requerimento do deputado Valmir Comin e poderemos também apreciar o seu requerimento.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - Com a palavra o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sra. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, quero registrar uma viagem que fiz para Brasília, na última quinta-feira.

Não estive presente nesta Casa nesta quinta-feira pela manhã por estar assumindo vários compromissos em Brasília.

Quero falar rapidamente sobre os três compromissos que tivemos em Brasília, junto a lideranças nacionais, por vários temas que Santa Catarina está tratando, que nós estamos acompanhando. O primeiro deles é a questão da enchente, da estiagem do oeste catarinense e do litoral. O segundo é o

programa da aquisição de alimentos do governo federal para Santa Catarina. E o terceiro é que estivemos com o secretário nacional da Agricultura Familiar, do ministério do Desenvolvimento Agrário, tratando sobre a problemática da nossa agricultura, que está perdendo a sua safra.

Primeiramente, sobre a questão do ministério do Desenvolvimento Agrário, o objetivo de fato era levar ao secretário do ministério a preocupação com a situação dos agricultores do nosso estado sobre a perda da safra, o problema do transporte de água e consequentemente o endividamento agrícola.

Estamos com um processo de organização com as entidades dos agricultores, deputado Reno Caramori, que estão levantando reivindicações. Inclusive, a Fetrafusl deve estar hoje aqui, no máximo amanhã, entregando para o presidente a pauta de reivindicações, para justamente encaminhar toda essa preocupação da nossa agricultura familiar, eis que com a perda da safra e a redução da produção de leite, por exemplo, veio o endividamento dos agricultores.

Então, levamos essa preocupação ao secretário, para justamente o governo preparar toda uma política para socorrer esses agricultores.

Na audiência com a Conab, em Brasília, estivemos debatendo essa questão do programa de aquisição de alimentos, aqui, em Santa Catarina.

Temos um estado que se tem destacado e com uma demanda de mais de R\$ 20 milhões, para este ano, de recursos, para a compra dos produtos direto dos agricultores, seja para doação simultânea, para estoques reguladores do governo, da Conab, ou para merenda escolar.

Tivemos a garantia de que o recurso do ministério do Desenvolvimento Social vai ser liberado nas próximas duas semanas, cerca de R\$ 12 milhões, para essa primeira parte dos projetos, que só está esperando a liberação, para a nossa agricultura familiar de Santa Catarina, que aposta muito forte nesse programa, como um programa que contribui com o desenvolvimento e com o aumento de renda da agricultura familiar pelo estado afora.

Então, essa é uma luta muito importante das entidades, dos conselhos de segurança alimentar, dos Consads, seja de São Miguel d'Oeste, de Xanxerê, de Lages, dos diversos municípios onde o Consad funciona. Essa é uma luta muito grande, e a notícia é muito importante para a nossa agricultura familiar.

Segundo a equipe do PAA na Conab, a perspectiva é que Santa Catarina ultrapasse os R\$ 20 milhões esse ano, em termos de recursos, e que possa chegar próximo a R\$ 24 milhões investidos no nosso estado.

Por último, com relação à nossa audiência na Defesa Civil com o coronel José Wilson Pereira, que está saindo da coordenação nacional da Defesa Civil, existe a preocupação da questão do fornecimento de água, porque nesse momento não há muito que fazer. Existem, sim, projetos a longo prazo; então, o importante agora é garantir a perspectiva do fornecimento de água para as famílias e também para os animais das propriedades. E essa é uma das nossas grandes demandas no grande oeste, na região do planalto serrano, onde a situação está começando a ficar cada vez mais crítica.

Fizemos um pedido à nossa senadora Ideli Salvatti, ao deputado Cláudio Vignatti, que participaram da audiência, assim como o deputado Décio Góes e a deputada Ana Paula Lima, quando discutimos também a situação das enchentes em Santa Catarina.

Pedimos uma antecipação de R\$ 100 mil, no mínimo, por município, para poder fazer o transporte de água por parte do ministério da Integração Nacional, que é uma das grandes demandas que temos hoje, para ajudar a socorrer os nossos municípios que decretaram estado de emergência ou de calamidade pública e que precisam de um auxílio do governo federal.

Nessa perspectiva, inclusive temos uma moção que será discutida amanhã, que pede esses recursos para esses municípios.

A nossa viagem foi importante, rendeu vários encaminhamentos, que com certeza irão contribuir com o nosso estado e com a população catarinense.

Há poucos minutos tivemos uma reunião importante com vários deputados, inclusive com os deputados Serafim Venzon e Romildo Titon, pois continua a repercussão, a discussão do nosso tão falado Código Ambiental Estadual.

Durante esse final de semana, andando pelos municípios, sentimos que as pessoas têm muitas dúvidas, muitos questionamentos. Muitos agricultores perguntam: "E agora eu posso construir meu aviário a cinco ou dez metros da sangra? Isso é permitido?"

São grandes questionamentos que nos preocupam. E temos que ter muita clareza sobre a orientação. Até ouvi comentários, por exemplo, do presidente da Associação dos Suinocultores de Santa Catarina - ASSC, de que as pessoas agora cumprem o Código Ambiental Estadual.

Agora nós temos questionamentos jurídicos a esse Código, e a preocupação é a seguinte: se o agricultor investir, se ele de fato cumprir essa nova regra do Código Estadual e o Supremo cassar alguns elementos do Código, alguns artigos, nós temos que ver quem pagará esse prejuízo dos agricultores, quem pagará o prejuízo desses investimentos.

Estamos hoje com uma situação consolidada. E temos que resolver como é que...

A nossa orientação vai ser agora, nesse momento, de fazer os investimentos fora das regras federais que hoje, na tese do próprio Judiciário, seriam as regras legais.

Como é que faremos investimentos, se depois essa regra de cinco ou dez metros pode passar a não valer?

Não é uma questão nossa, da nossa bancada, que questionava anteriormente, mas vários deputados de outras bancadas também questionavam isso. Como é que ficará depois, já que a Assembleia Legislativa aprovou vários itens, vários artigos da legislação, que entram em confronto com a legislação federal?

Então, estamos numa situação de fato bastante complicada, e que precisa ser resolvida o mais rápido possível também pelo próprio Supremo, porque ao menos essa é a discussão aqui desde o início. Quando questionava-se sobre os artigos que são inconstitucionais, dizia-se: "Vamos para o Supremo discutir isso." Agora vai para o Supremo de fato e cumpram-se, então, essas decisões.

Nessa perspectiva, quero, terminando a minha fala, deixar muito clara uma questão. O deputado Nilson Gonçalves foi à tribuna na semana passada levantar questionamentos sobre a nossa conduta durante o processo da votação, e quero dizer, com muita tranquilidade, que todos os deputados tinham acesso às nossas emendas, sabiam do que tratavam as nossas emendas, o próprio presidente tinha as emendas na mão. E acho que se o deputado não votou nas nossas emendas, ele não pode justificar aqui que nós não deixamos claro o que eram as emendas. Esse não é o papel da bancada do

Partido dos Trabalhadores, mas é o papel do Regimento, da forma aqui da Casa conduzir.

Então, com muita tranquilidade, queremos dialogar com o nosso colega parlamentar deputado Nilson Gonçalves, dizendo que nós estamos cumprindo com a nossa função, com o nosso trabalho. Fizemos as nossas emendas que estavam à disposição de todos os parlamentares para, justamente, posicionarem-se no momento da votação.

Queremos dizer que o nosso compromisso continua. Estivemos ontem no planalto norte debatendo o território da cidadania, que é um grande investimento de R\$ 116 milhões que o governo federal vai fazer naquela importante região do estado de Santa Catarina. Estivemos acompanhando as nossas lideranças no sentido de apresentarmos bons projetos. E esperamos que esses recursos possam vir, de fato, para a região para beneficiar a nossa agricultura familiar, os municípios em termos de infra-estrutura, de saneamento básico e de alternativas para a nossa agricultura familiar.

Essa é a nossa luta, esse é o nosso trabalho! E sempre tivemos esse grande compromisso com os nossos agricultores, com os nossos municípios, com as nossas lideranças das regiões do estado de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra o próximo orador inscrito em Explicação Pessoal, o deputado da região de Brusque, Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, quero cumprimentar o vice-prefeito de Morro da Fumaça, sr. Agenir, bem como o presidente da Câmara de Trombudo Central, sr. Aldo Corrêa, e em nome deles saúdo todos os catarinenses que acompanham através da TVAL e da Rádio AleSC Digital as nossas atividades.

Mas hoje acompanhava nos meios de comunicação, jornais e televisão, o anúncio de que o governo federal estará distribuindo R\$ 1 bilhão para os municípios. A primeira mão isso parece, e é parcialmente, uma boa ação do governo federal. Por outro lado, eu a vejo como um *mea-culpa*, como um réu confesso. Esse mesmo presidente, que agora distribui esse R\$ 1 bilhão, e que por isso recebe os louvores de toda a população brasileira, certamente a recebeu quando isentou ou diminuiu a cobrança do IPI, o imposto federal. O IPI que, juntamente com o Imposto de Renda e os principais impostos, compõe um bolo que, ao dividi-lo vai fazer a renda dos municípios.

Na hora em que o presidente diminuiu a cobrança do IPI ou isentou a cobrança do IPI, na verdade o que estava fazendo era tomando o dinheiro dos municípios e dos estados, porque os 63% do bolo tributário arrecadado pelo governo federal acabam sendo redistribuídos, ao menos grande parte dele, aos municípios em forma de dinheiro, como é o Fundo de Participação dos Municípios - FPM -, ou em ações do governo federal, seja na saúde, na educação, no saneamento ou em verbas que são distribuídas e encaminhadas às prefeituras.

Agora, o FPM é um valor que cai mensalmente na conta da prefeitura, sem o prefeito estar de joelhos, sem o prefeito estar de pires, olhando para cima, com os olhos arregalados, pedindo pelo amor de Deus! O FPM cai na conta da prefeitura automaticamente.

No momento em que o presidente diminuiu a arrecadação do IPI e feriu

diretamente a arrecadação das prefeituras - e, diga-se de passagem, as prefeituras menores, as prefeituras que têm menor arrecadação própria, as prefeituras cujos municípios têm a atividade agrícola como a atividade principal -, na verdade ele feriu de morte grande parte das prefeituras pequenas, das prefeituras de atividade agrícola. Ou seja, está espantando o agricultor que mora no campo, lá onde há pequenas ações de governo municipal, pelo baixo orçamento da prefeitura.

Devemos concordar que, se de um lado é bom morar lá no campo, há também que se discutir a questão do posto de saúde da cidadezinha do interior, que não vai bem. O doutor vai lá e prescreve ao fulano de tal, e o doente pega uma fila enorme, muitas vezes com 3 mil, 4 mil pacientes na sua frente, uma fila que demora dois anos para chegar ao final, para chegar a ser atendido, se for!

Ora! No momento em que a Presidência da República toma uma atitude que vai diminuir a arrecadação da prefeitura, ela está diminuindo as ações, que já eram ruins, na educação, na saúde, nas estradas, no telefone, na energia elétrica. Se isso tudo funcionasse lá no interior, deputado Dirceu Dresch, certamente seria o melhor lugar. V.Exa. nasceu no interior como eu; eu nasci na cabeceira do rio!

Infelizmente, essas ações que diminuíram o orçamento das prefeituras, repito, principalmente das prefeituras pequenas, vieram a agravar ainda mais aquela situação que já era ruim.

Agora o presidente faz um *mea-culpa*: "Vamos dar R\$ 1 bilhão para as prefeituras". Só que só irão ganhar depois de uma longa demonstração burocrática.

Imaginem que em outubro, novembro, o presidente sobrevoou o porto de Itajaí, o vale do rio Itajaí, todas as cidades atingidas e decretou lá de cima: "Mandem R\$ 700 milhões, R\$ 800 milhões para Santa Catarina para acudir os atingidos pelas cheias". Dizem os prefeitos, e aqueles do PT também... Inclusive o prefeito de Brusque, o nosso amigo e ex-deputado Paulo Eccel, que é do PT, ele mesmo disse: "Ainda não chegou dinheiro aqui"! Mas o presidente já decretou do helicóptero, sobrevoando a região, que viriam para cá mais de R\$ 700 milhões, R\$ 800 milhões para acudir os municípios atingidos.

Será que esse R\$ 1 bilhão distribuído, e que parece muito... Vejam, R\$ 1 bilhão dividido para 5.600 prefeituras, o que significa? É um valor pequeno. Mas quanto tempo vai demorar? Quanto não terá que se ajoelhar para fazer muitas demonstrações de que está em dia com o FGTS, com o INSS, com os tributos estaduais, municipais, etc.?!

Só, então, a prefeitura poderá receber, com um agravante, deputado Décio Góes: na semana passada ou retrasada, a Presidência da República anunciou que, se for para diminuir a crise mundial, o Brasil também emprestará dinheiro para o FMI. E isso parece bonito, é claro. Mas será que não é o velho discurso de tirar dinheiro dos pobres para dar aos ricos?

Quem é que pega dinheiro emprestado do FMI? O que vamos dizer aos doentes que estão na fila do SUS há dois, três anos para serem atendidos, se é que vão chegar a ser atendidos? Vamos dizer que eles não vão ser operados, que eles não vão fazer a ressonância que o médico pediu, que não vão fazer o tratamento, que não vão ganhar aquele remédio que é caro, que eles não podem comprar - e que a prefeitura não compra e ele entra com processo administrativo no estado, mas não vai ganhar. Nós vamos explicar-lhes

que nós não vamos dar o remédio porque emprestamos o dinheiro para o FMI.

O que diria o presidente Lula, o que vamos explicar a essa gente? Que no ano passado havíamos colocado a proposição de fazer 600 mil casas e que foram feitas só 200 mil. Agora há uma proposta de fazer um milhão de casas, mas quantas serão feitas de fato, ainda mais que o Brasil vai emprestar dinheiro para o FMI?

Quer dizer, nós vamos nos transformar nos clientes perfeitos, deputado Décio Góes. Nós vamos emprestar o dinheiro para o FMI, e certamente ele nos vai pagar meio por cento de juros ao ano. E os empresários brasileiros, os investidores brasileiros vão pagar 20 ou 30% de juros ao ano, porque para eles o dinheiro é caro, e nós acabamos emprestando dinheiro para outros a juros menores.

Por isso que certamente o presidente americano falou: "Este é o cara!"

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Décio Góes - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Gostaria de registrar a presença do prefeito de Içara, Gentil da Luz.

Também quero dizer, com todo respeito, ao deputado Serafim Venzon que ele precisa se informar melhor quando vai à tribuna, para saber que os recursos que são disponibilizados ao FMI são da reserva cambial do Brasil. São recursos que não podem ser investidos dessa forma.

Então, precisa estar melhor informado que as habitações serão feitas tantas quantas for a capacidade do brasileiro de construir.

Essas são algumas questões que ele precisa saber para poder ir à tribuna informar à população.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Sr. presidente, peço a palavra, pelo ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Gostaria de registrar a presença do prefeito do meu município de Saudades, sr. Antônio Ulsenheimer, que nos está visitando. Seja bem-vindo!

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra o próximo orador inscrito em Explicação Pessoal, deputado Professor Grando, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Sr. presidente, companheiros deputados e companheiras deputadas, este final de semana, aproveitando o feriado, percorremos a região serrana, começando por São Joaquim, e participamos da abertura oficial da Festa da Maçã, conhecendo aquela potencialidade.

Nós sabemos de toda a história de como começou o cultivo, e lá foi mostrado que os nipônicos, no seu trabalho, na sua preocupação com uma agricultura saudável, introduziram essa fruta. E hoje, com o seu microclima, com as transformações, aquela região é a maior produtora de maçã do Brasil e, junto com Fraiburgo, Vacaria, no Rio Grande do Sul, e outras cidades, como Urubici, está despontando no cultivo de frutas, principalmente da maçã.

Mas gostaria de dizer, com toda tranquilidade, que hoje Santa Catarina exporta essa fruta. E o interessante é que exporta mais do que o próprio Japão da onde esse tipo de fruta veio.

Então, imaginem como realmente em 20 anos a produção cresceu, com tecnologia

da Epagri, dos engenheiros agrônomos, dos empresários. A maçã de São Joaquim é cultivada pelos agricultores, pelas famílias. Já a maçã de Fraiburgo é cultivada por empresas. Mas, enfim, a atividade da fruticultura relacionada à questão da maçã mostra a potencialidade e a organização para, em 20 anos, já estar sendo exportada - e com a qualidade admirável que todos os senhores conhecem.

E lá também há uma fruta simples, que é conhecida como a goiaba serrana e foi desenvolvida em pesquisas, mas, principalmente, em experimentos com as melhores qualidades, que é denominada feijoa.

Tivemos as mudas dessa fruta levadas, em pleno século XX, recentemente, para outro país, a Nova Zelândia. E este país passou a ser exportador de feijoa, essa goiaba serrana melhorada que nós temos sempre na Festa da Maçã. Vemos os japoneses e outras famílias também expondo essa fruta que é uma iguaria. Falo isso porque a conheço, já experimentei e sei, através da história, o quanto é importante a alternativa no cultivo daquela região.

Os senhores ainda vão ouvir falar dessa fruta chamada feijoa, que praticamente se trata da goiaba serrana e tem um gosto agridoce - nós dizemos que tem o gosto de kiwi com abacaxi, pelas modificações genéticas, sem ser clonada. Mas pelas melhores espécies desenvolveu-se um fruto que em outros países é a fruta mais exportada. Como já falei, em Nova Zelândia a fruta que eles mais exportam é o kiwi, sendo que levaram as mudas lá de São Joaquim e Lages. E aqui a feijoa não é muito conhecida, essa fruta que foi levada para Nova Zelândia e que tem gosto de kiwi e abacaxi, algo exótico muito bom.

O prefeito de São Joaquim, do PPS - e aqui nós queremos parabenizá-lo pelas suas atividades, pelo seu trabalho -, José Nérito de Souza, está unindo todos os partidos com um projeto muito amplo para São Joaquim transformar-se num centro turístico maior, inclusive, do que Gramado. Ele está lutando lá para que possamos ter aquela famosa estrada da neve passando por São Joaquim, investindo em obras enterradas, sim.

E já começou na prefeitura anterior, que nós conhecemos muito bem, do PP. Inclusive, o PP é vice do Nérito, atualmente, e o nosso prefeito, o Téio, que foi nosso aluno... E desejamos-lhe uma boa recuperação da sua saúde, e temos certeza, como médico que é, e pelo bem que ele tanto fez nesta vida, de que irá se recuperar.

Mas com a grande qualidade da atual administração, falando politicamente, que é a nossa função, do prefeito do PPS e do vice do PP, é que conseguiram unir todos os partidos num objetivo realmente de fazer com que aquela região possa, através das suas potencialidades, que são o turismo, a fruta, o inverno, a cultura, a tradição, desenvolver-se com os seus valores, com o seu tradicionalismo.

Então, realmente, São Joaquim, Bom Jardim, Urubici, Bom Retiro, Alfredo Wagner, Bocaina do Sul, enfim, todos esses municípios têm potencialidades e são ligados economicamente por essa gente que trabalha na agropecuária e desenvolve essas atividades. O vinho de altitude, deputado Reno Caramori, é um exemplo, bem como o da sua região de Água Doce, Caçador. Naquelas regiões temos as melhores empresas produzindo um vinho do tipo exportação.

Nós prestamos contas aqui, como sempre fizemos, do nosso trabalho, mas me chamou a atenção essa festa da maçã, essa forma de se trabalhar politicamente, apesar da

região estar extremamente seca, bem como as regiões do extremo oeste e do oeste. Como começou a chover nesta segunda-feira, esperamos realmente que seja possível recuperar toda a agricultura, as frutas, tirando as preocupações daquela boa gente. Era isso o que tínhamos para colocar.

Como eu estava falando, começou-se um grande trabalho lá, na época do Téio, mas há muita pedra e fica muito difícil fazer o esgoto. E, agora, está-se continuando.

Então, se uma cidade quer ter realmente a qualidade de vida de Gramado - e há condições para isso, até melhores - tem que começar primeiro pelo saneamento. E é o que já se fez na administração anterior, na atual. As obras enterradas estão sendo terminadas, e com certeza depois virão vias, pousadas, hotéis, centros de cultura, eventos. Temos plena certeza de que São Joaquim vai ocupar o destaque que merece em Santa Catarina e a sua região como um todo irá se beneficiar.

O governo estadual está apoiando, as secretarias estão apoiando. A secretária Regional Solange Pagani é uma mulher que trabalha e está dando o exemplo realmente de como é possível, através da criatividade, envolvendo os setores desenvolvimentistas daquela região, as empresas, solucionar os principais problemas.

Portanto, sr. presidente, era isso o que tínhamos para colocar.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - Com a palavra o próximo orador inscrito, sr. deputado Reno Caramori.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Queria registrar aqui - como não foi possível aprovar as moções no dia de hoje - o aniversário da Cooperativa Regional de Itaipu, neste final de semana, de Pinhalzinho e região, cumprimentando-os pelos 40 anos de atividade, e também o 11º congresso da Fecesc - Federação dos Trabalhadores no Comércio de Santa Catarina, que acontece hoje e amanhã, e depois aqui em Florianópolis, no bairro Cacupé, serão comemorados os 50 anos dessa entidade de importante trabalho para os comerciários do estado de Santa Catarina, que vai realizar-se no mês de setembro.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - Com a palavra o sr. deputado Reno Caramori, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sra. presidente e srs. deputados, nós que não fomos a São Joaquim, mas fomos a Água Doce, vimos as mesmas tradições, mesmas culturas ou semelhantes.

Mas, lá em Água Doce, sra. presidente e srs. deputados, nós participamos da 31ª Expofeira, onde houve a feira de terneiros, a exposição de gado a galpão, de máquinas agrícolas, exposição e vendas de ovinos e uma exposição também da indústria e comércio, patrocinada pela prefeita Nelci Fátima Trento Bortolini; pelo seu vice Clair Antônio Gemelli; pelo secretário de Agricultura do município, Verona; pelo presidente do Sindicato Rural João Brassanini, grande entendedor da agropecuária, do agronegócio e um grande tradicionalista também das diversões de rodeios.

Mas, deputado Professor Grando, a exposição foi um sucesso pelo plantel que foi apresentado de bezerras, quer fêmeas, quer

machos, e bezerros apresentados aos compradores, aos engordadores de gado.

Surpreendeu inclusive os próprios compradores, tanto é, srs. deputados e sras. deputadas, que o preço do quilo em pé também surpreendeu. Os carneiros saíram na média por R\$ 3,37. É um preço extraordinário. E as fêmeas saíram por R\$ 2,27. Esse é um preço extraordinário!

Foram comercializadas 850 cabeças. Se houvesse mil cabeças à venda, eu tenho certeza de que todas teriam sido vendidas, pela qualidade que foi apresentada aos compradores, que não hesitaram em pagar um preço além do mercado de Santa Catarina.

Foi uma beleza, porque o Banco do Brasil também financiou o evento. O Sicoob, o maior sistema de crédito cooperativo do Brasil, também estava lá presente. Foi uma festa muito bonita. Acompanhou-nos nesta feira tão importante o secretário de Transportes e Infra-Estrutura, sr. Rudimar Bergossa, que já foi secretário da Agricultura e promotor por várias vezes.

A feira teve patrocínio da secretaria do governo do estado. Participamos do almoço, da abertura da feira, das exposições, onde apreciamos o entusiasmo dos pecuaristas na aquisição daquela terneirada, como se chama comumente.

Depois visitamos e cumprimos um compromisso no município de Ibicaré. Passamos por Treze Tilias, acompanhados do nosso amigo Ivo Paulo Hartmann, onde visitamos a comunidade de São José, conversando rapidamente com os membros da diretoria daquela comunidade; além de uma visita com o sr. Vicente Sartori, ex-vereador e com o nosso suplente de vereador Marcos Roden e seu pai, com quem trocamos algumas idéias.

Deputado Professor Grando, lá nós vimos o quanto é importante a pequena propriedade. Treze Tilias e Ibicaré são municípios formados por pequenos agricultores e pecuaristas, grandes produtores de leite, mas ouvimos as suas preocupações.

Durante os festejos, no fim da tarde, houve uma matinê dançante - o que é muito comum no interior -, embalada por um conjunto tradicionalista e lá conversei com um grupo de jovens. Surpreendeu-me, deputado Professor Grando, a primeira coisa que eles me abordaram: "Deputado Reno Caramori, v.exa. que sempre frequenta a nossa região, que é um assíduo representante daqui, o que nos diz sobre o projeto ambiental que tramitou e foi aprovado, nós não sabemos o que está acontecendo?"

Ficamos até as 22h conversando com o Marcos, o Vicente e o sr. Roden. Depois, na troca de idéias, mostramos a eles que ainda não existe uma definição, até porque eu entendo que está *sub judice*. Não propriamente *sub judice*, mas, pelo respeito que nós temos às autoridades, é um assunto que está em discussão e acho importante aguardarmos para tomar qualquer atitude.

Agora, estranhou-me, deputado Professor Grando e deputado Sargento Amauri Soares, que a reunião de hoje foi convocada na mitra diocesana. Eu não entendi isso, porque o local para discussão de assuntos políticos e administrativos é o Parlamento ou o paço estadual.

Parece-me que os convites foram restritos. Eu faço parte da comissão de Agricultura como vice-presidente. Fui presidente por dois anos e como tal iniciei esse projeto. Faço parte da comissão de Turismo e Meio ambiente. Sou vice-presidente da Frente Parlamentar do Cooperativismo, mas não fui sequer convidado ou comunicado da reunião. Fiquei sabendo pela imprensa, mas já

estavam previamente nominados os deputados que se fariam presentes.

Eu quero fazer este registro, porque não admito que isso ocorra. Nada contra a mitra, muito pelo contrário. Assuntos religiosos têm que ser tratados lá, não aqui no Parlamento, agora assuntos dessa natureza têm que ser tratados no Parlamento, com os 40 deputados, com o Poder Executivo, que participou e sancionou a lei.

Eu quero entender isso. A não ser que esteja muito errado, mas por que lá na mitra diocesana, lá no paço religioso? Com todo respeito que tenho pelo nosso bispo e arcebispo, eu não entendi. Talvez com uma bênção do bispo nós cheguemos a um denominador comum. Só pude entender isso.

Agora, deixo aqui o meu registro. Não é um protesto, mas é uma constatação de que o local não foi adequado. Acho que os 40 deputados deveriam estar presentes. Se for para retomar as negociações, esse problema partiu daqui, através do Executivo e do Parlamento catarinense e é nesses locais que temos que discutir esse tipo de problema.

Deputado Professor Grando, como falou de São Joaquim, também lá no município de Água Doce estivemos visitando áreas lindas utilizadas para o plantio de uvas viníferas de altitude.

Em Campos Novos, o nosso grande amigo dr. Ubaldo, que hoje é desembargador, teve a iniciativa alguns anos atrás de iniciar esse processo de fabricação de vinho de altitude. Água Doce hoje é um exemplo, a exemplo de São Joaquim. Nós participamos de seminários lá em São Joaquim, visitamos o paço produtivo, do sr. Maurício Grando, em Água Doce, e pudemos analisar, ver de perto o quanto é importante o processo produtivo de um bom produto.

Por isso, essa minha briga no sentido de que possamos oferecer um produto mais barato na mesa do catarinense, do brasileiro. Assim, faço uma solicitação cada vez mais veemente ao governo do estado para que encontre uma solução, mas que não venha com a desculpa do Confaz, porque o Paraná isentou os vinhos de vinífera de altitude, o Rio Grande do Sul reduziu para 12% e para nós, aqui, no consumo final, fica em 25% o imposto sobre nossos vinhos.

Temos que diminuir essa taxaço para que possamos competir com esses dois estados vizinhos.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - Inscrito para falar o sr. deputado Valmir Comin, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente e srs. deputados, acessei uma matéria que fala das cerâmicas no estado de Santa Catarina, segmento que vem atravessando grandes dificuldades, principalmente no que tange à questão das exportações, principalmente agora com a crise mundial que assola todo o planeta.

(Passa a ler.)

"O setor cerâmico recebeu uma boa notícia nessa sexta-feira próxima passada. O governo federal reduziu o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) que incide sobre os revestimentos cerâmicos de 5% para zero.

A medida, válida por três meses, tem como principal objetivo incentivar a construção civil - setor que emprega números consideráveis em todo o país - e, aliado à redução do imposto sobre outros materiais de construção, reduzir os custos para os consumidores e assim colaborar com a redução do déficit habitacional brasileiro.

A medida que saiu no *Diário Oficial* da União na sexta-feira é mais uma de uma série de reduções do IPI realizadas pelo

governo. A primeira foi sobre os veículos que, em março, foi prorrogada por mais três meses.

Para Otmar Müller, presidente do Sindicato das Indústrias Cerâmicas de Criciúma e região, a isenção do IPI que incide sobre o valor do produto contribuirá para o aumento do consumo. 'A isenção é para todos os tipos de revestimentos, mas talvez as empresas que produzem peças mais populares tenham mais vendas, mesmo assim toda a indústria se beneficiará com isso', afirma ele, fazendo um paralelo com os programas governamentais de moradias com custos reduzidos.

Momento delicado.

O setor tem atravessado um momento delicado, com queda nas vendas e produção. Segundo Müller, o nível de produção no primeiro trimestre das cerâmicas da região foi 5% menor que no mesmo período de 2008. Já as vendas no mercado doméstico caíram 10%, enquanto as vendas para o mercado externo caíram 33%. Para tentar amenizar os prejuízos, um dos pleitos das empresas é a redução no valor do gás natural. Mesmo com a redução de 5% no valor do combustível a partir de 1º de abril, os empresários pedem uma queda maior, pois julgam que a SC Gás tem condições de baixar mais os preços."

Sra. presidente, o gás veio como uma grande alternativa de queima limpa, ambientalmente correta. O gás-bol Bolívia/Brasil veio com uma expectativa muito grande de esperança não só para o setor cerâmico, mas para o setor plástico, metal mecânico, enfim para todos os segmentos que exigem como matéria-prima de queima o gás. Era na ocasião o terceiro item na planilha de custos dessas empresas. Então, no custo dos produtos como pisos e azulejos era o terceiro item, e hoje, com toda essa modernidade, está no topo do *ranking*, ou seja, na produção da cerâmica o gás é o item de maior custo hoje. O gás é o primeiro item.

O questionamento que nós fizemos é o seguinte: por que ficamos na dependência do gás boliviano se temos reservas de carvão mineral no subsolo catarinense, gaúcho e até mesmo paranaense que poderiam suprir tranquilamente a demanda dessas empresas?

Estudo da própria Petrobras realizado pelo químico Ricardo Falabella demonstra que é possível produzir 1/3 da demanda que a Petrobras produz hoje de combustível a partir do carvão, substituindo inclusive o óleo de primeira qualidade que é para utilização do *bland* nacional, que importamos da Nigéria. Mas é evidente que para isso entrar em prática há necessidade de um projeto, de uma política específica para a geração de energia térmica a partir do carvão.

E aí eu me questiono, o governo tem que ser o motivador, o incentivador da sociedade. Aliás, aqui precisamos parabenizar inclusive o governo catarinense, porque, quando estivemos nos Estados Unidos, alcançamos um convênio com o Inatel para o estudo e a tecnologia dos subprodutos que estão agregados à cadeia produtiva do carvão, e que já está em prática com a SATC.

Conseguimos aprovar nesta Casa, em tempo recorde, um projeto de lei destinando recurso ao Cefen. Assim 2% sobre a extração mineral é para a pesquisa e tecnologia, sendo que dos 100%, 80% é para PID, pesquisa e desenvolvimento e 20% para bolsas de estudos.

Por isso, deputado Reno Caramori, que nós ficamos à mercê, de repente, de uma crise internacional, de uma variação cambial e, conseqüentemente, do disparado do dólar, inviabilizando, sinceramente, o setor produtivo! Isso é muito preocupante, deputado Professor Grando.

V.Exa., que é um conhecedor profundo dos temas de geração de energia, de saneamento, das questões ambientais, sabe que hoje nós temos tecnologias dominadas em nível de planeta que poderiam ser exercidas e exercitadas no nosso estado como prova de garantir a segurança e a autonomia dessa reserva e desse combustível tão necessários para o desenvolvimento da economia do estado e também do Brasil.

O Sr. Deputado Professor Grandó - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Pois não!

O Sr. Deputado Professor Grandó - Não resta dúvida, com a ciência e a tecnologia, de que a automação produz um produto melhor e mais barato.

Havia - eu não sei como esses empresários agüentam - toda uma tecnologia própria de produção. Aí o gás veio com uma queima muito melhor, o resultado final desses pisos é de melhor qualidade, tanto que é um destaque mundial, mas as regras mudaram no meio do caminho alterando o preço do gás! E hoje não se torna economicamente viável num mundo globalizado de competição.

E agora o que é que o empresário vai fazer? Ele poderá readaptar, mas gastará mais. E aí não há o financiamento como havia para introduzir o gás, através do BNDES e de outras empresas.

Então v.exa., que conhece bem essa realidade, sabe o que passa aquela região.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - E o desafio eu lanço aqui e lanço ao governo como o incentivador, o motivador da sociedade capitaneando esse processo, junto também com o governo federal, com a SC Gás, com as cerâmicas do estado de Santa Catarina, com o setor produtivo do carvão, o setor carbonífero, para buscar o encaminhamento de um pool dessas empresas, para viabilizar um investimento que possa trazer a garantia do suprimento de energia e, conseqüentemente, a geração de gás a partir do carvão mineral, que é um minério precioso em grande quantidade que temos no subsolo catarinense, gaúcho e paranaense. Aliás, dos 100% das jazidas que a natureza e a providência divina nos conceberam tão-somente 14%, 15% foram extraídos.

Então, toda a reserva está praticamente intacta, principalmente a camada do Rio Bonito, que é uma camada de espessura de carvão idêntico ao Rio Grande do Sul, que chega a aproximadamente 4m, 4,10m de camada.

Assim sendo, sra. presidente Ada De Luca, que está presidindo esta sessão, este é um tema importante que precisava ser debatido e registrado na tribuna desta Casa.

O Sr. Deputado Reno Caramori - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Pois não!

O Sr. Deputado Reno Caramori - Deputado Valmir Comin, v.exa. encaminhou o requerimento para a comissão de Transportes e nós vamos deliberar sobre a sua solicitação na próxima terça-feira. Nós vamos fazer isso ontem, mas por causa do feriado não tivemos condições.

Eu já adiantei, srs. deputados, na reunião de sexta-feira, que nós participamos, em Ibituba, do Conselho Político Empresarial da Amurel, que é comandado pelo Eduardo Nunes. Nessa solenidade estavam presentes presidentes de associações comerciais, prefeitos, vereadores, líderes dos municípios, ficando já pré-consignado nessa ocasião que eles virão em massa para essa audiência pública, para a qual deveremos convocar todas as autoridades competentes e aqueles que

têm ligação com aquela obra, desde a fiscalização, projetos, andamentos, etc.

Mas eu já quero adiantar, deputado Valmir Comin, aos parlamentares desta Casa que essa reunião será muito importante e estaremos tratando o assunto justamente com as pessoas responsáveis e ligadas às obras, ou seja, as empreiteiras e as autoridades competentes federais e estaduais, porque será uma reunião derradeira. A partir disso, nós iremos partir para um ato mais avante com Brasília, com quem quer que seja, para que nós possamos solucionar de vez este problema.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Dagomar Carneiro, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO - Sra. presidente, srs. deputados, telespectadores que nos assistem pela TVAL, ouvintes da Rádio AleSC Digital, ocupo hoje a tribuna por dois motivos: primeiro, para manifestar a minha alegria, a minha honra por ter sido homenageado pelo Conselho Federal de Odontologia, o CFO, na última sexta-feira, no Rio de Janeiro, juntamente com mais cinco cirurgiões dentistas do Brasil, pela minha atividade desde o primeiro mandato que tive como secretário municipal da Saúde, depois como vereador, vice-prefeito e agora pelos projetos que apresentei nesta Assembléia Legislativa em benefício da saúde bucal da população catarinense.

Srs. deputados, as maiores lideranças da Odontologia brasileira estiveram presentes naquela solenidade, sendo que o nosso presidente do Conselho Federal de Odontologia outorgou a medalha de Honra ao Mérito da Odontologia Nacional a seis cirurgiões dentistas, prêmio esse muito concorrido e que nos orgulha muito. Foram homenageados o dr. Roberto Braga Vianna, primeiro brasileiro eleito para a Federação Internacional de Odontologia e primeiro brasileiro a ocupar esse cargo em nível internacional; o dr. Rui Oppermann, conceituado cirurgião-dentista e professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; o professor Waldemar Cantisano; a dra. Wilma Simões, como também mais de 500 cirurgiões-dentistas do Brasil inteiro.

Estiveram presentes naquela solenidade prestigiando o homenageado de Santa Catarina o nosso presidente do Conselho Regional de Odontologia, dr. Sidney Garcia; a nossa presidente da Associação Brasileira de Odontologia, dra. Nádia Maria Fava, e o presidente da ACD de Santa Catarina, dr. Cláudio Barbosa Fontes.

Quero ressaltar que a minha indicação para essa tão honrosa distinção da classe odontológica do Brasil deu-se pelo Conselho Regional de Santa Catarina, após analisar vários currículos, indicando, assim, o meu nome.

Então, quero fazer um agradecimento à classe dos cirurgiões-dentistas de Santa Catarina e dizer que com muita honra nós os representamos e recebemos esta homenagem por todo um trabalho que temos feito pela classe dos cirurgiões-dentistas, mais especificamente pela saúde bucal do povo catarinense.

Assim sendo, ficamos muito satisfeitos e contentes por receber esse reconhecimento do nosso órgão de classe em nível nacional, na sexta-feira, no Rio de Janeiro.

O segundo assunto, sra. presidente e srs. deputados, que me traz à tribuna na

tarde de hoje diz respeito à visita de vários comerciantes do centro histórico de Florianópolis ao meu gabinete. A preocupação desses comerciantes é que essa área antiga do centro de Florianópolis seja esquecida. Porque o outro lado já foi reurbanizado e revitalizado e essa área ainda não sofreu melhorias. Melhorias essas que a rua Hercílio Luz vem recebendo há muito tempo, mas que não têm chegado nas imediações da rua João Pinto.

Os comerciantes, srs. deputados, estão muito preocupados também porque várias lojas estão fechando devido à diminuição de pedestres naquela região. O trânsito tumultuado, congestionado, sem local para estacionamento, dificulta as pessoas no sentido de se locomoverem àquele comércio.

E a preocupação ainda maior, deputado Sargento Amauri Soares, é com o possível fechamento do terminal urbano Cidade de Florianópolis, porque um número grande de usuários passa por aquelas ruas. Por isso essa comissão que esteve no nosso gabinete nos pediu para que intercedêssemos junto ao prefeito Dário Berger, no sentido de fazer primeiro uma reavaliação da retirada desse terminal daquele local. Pediram eles que, se possível, a prefeitura reavaliasse essa decisão e o terminal fosse mantido no local.

Primeiro, pelo grande número de usuários que utilizam esse terminal e que transitam por essas ruas, que fazem parte do centro histórico de Florianópolis, e que acabam incentivando o comércio.

Segundo, pela facilidade de as pessoas, ao saírem dos seus locais de trabalho, não terem que ser direcionados para um único terminal, o que vem gerando grandes transtornos, grandes congestionamentos, não só de pedestres, como também de veículos no outro terminal, pela unificação de todo o transporte coletivo naquela área.

A terceira solicitação diz respeito às datas históricas de Florianópolis, ou seja, na Páscoa, no Carnaval, no Natal, quando o calçamento das ruas Felipe Schmidt, Conselheiro Mafra e Tenente Silveira é enfeitado, embelezado para essas datas simbólicas, comemorativas, e o lado de cá não é enfeitado, como se não fizesse parte do centro histórico de Florianópolis.

Então, a reivindicação deles é que o poder público municipal destine uma atenção especial para a revitalização não só da parte física, como também do comércio daquela região, porque se as lojas fecharem num momento de crise como essa que estamos passando, nós teremos perda de empregos, sendo que algumas lojas já fecharam. É o entendimento desse grupo, dessa comissão é que se houver a revitalização desse centro histórico, com certeza as lojas voltarão a abrir e outras não fecharão.

Outra grande preocupação, que eu acho que é a de todos nós, deputados, é que quando recebemos visitas de pessoas do interior do estado não temos estacionamento próximo à Assembléia Legislativa.

Então, a nossa solicitação ao prefeito Dário Berger é que seja feito um estudo profundo, principalmente nas imediações da Assembléia Legislativa, no Centro Cívico Tancredo Neves, no sentido de que seja feita a revitalização desse centro, que antes era a Praça dos Três Poderes, e hoje está uma praça praticamente abandonada. Isso é necessário, até pela importância do centro cívico que aqui se encontra, como o Tribunal de Justiça, a Assembléia Legislativa, o Tribunal de Contas, órgãos esses que demandam a vinda de muitas pessoas para o seu interior e que não têm onde estacionar.

Por isso é urgente e necessário que seja feito um reestudo de todo o projeto de reurbanização do Centro Cívico Tancredo Neves, com a possibilidade de se fazer um estacionamento subterrâneo, embaixo e em cima do centro, para que se valorize todo esse projeto arquitetônico ligando os três órgãos públicos.

E que esse centro, srs. deputados, seja realmente revitalizado, reformado e seja, além da beleza externa, contemplado com um estacionamento de veículos. Porque, primeiro, a cada dia que passa está mais preocupante o trânsito da capital, que está um caos. Segundo, é necessário um estacionamento próximo à Assembléia Legislativa ou ao Tribunal de Contas, para que essas pessoas que venham do oeste, do interior de Santa Catarina até a nossa capital possam estacionar com os seus carros. Porque como elas não têm cartão de estacionamento, ficam correndo atrás daquelas pessoas que fazem esse monitoramento do trânsito, criando uma dificuldade muito grande.

Eu sei, deputado Valmir Comin, v.exa. que é do sul, que também recebe comitivas, da preocupação da pessoa que está no gabinete, que diz: "Olha, vai vencer o meu cartão e eu tenho que sair". Às vezes está no meio de uma audiência com um deputado ou com uma autoridade e tem que sair para revalidar o cartão do estacionamento.

Por isso o nosso pedido urgente ao prefeito municipal Dário Elias Berger para que seja feita a revitalização de todo o centro histórico e, segundo, a revitalização do Centro Cívico Tancredo Neves.

Era isso que eu tinha a dizer, sr. presidente.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, pessoas que nos acompanham pela TVAL e público presente neste Parlamento, de fato, deputado Dagomar

Carneiro, eu prestei atenção em sua manifestação e também concordo que é preciso revitalizar toda essa parte do lado de cá da capital.

O Centro Cívico Tancredo Neves, em especial, pode-se dizer que é um imenso vazio, sem nenhuma atração, enquanto que os jovens e os adolescentes das comunidades próximas do centro da capital se divertem e jogam futebol na rótula, atravessando as avenidas mais movimentadas da cidade. E aqui não há nenhum espaço de entretenimento para a nossa juventude, além dos problemas de trânsito, como v.exa. bem colocou, do transporte na Grande Florianópolis, que está de fato um caos. O problema está principalmente na inexistência de um transporte público, coletivo, eficiente, racional e que atenda de fato as necessidades da população, para que ela possa sair desses infernos de engarrafamentos e da inviabilidade de continuar crescendo a cidade e a própria região.

Mas, srs. deputados, eu quero falar aqui sobre o assassinato de uma pessoa que estava trabalhando como monitor do sistema do menor infrator em Santa Catarina.

Luciano Carlos de Oliveira, de 43 anos, estava trabalhando há três meses no Centro de Internação Provisória de Joinville, o CIP, para cuidar de adolescentes infratores, e no último final de semana foi assassinado justamente por um adolescente, um menor de 17 anos de idade, quando trabalhava.

Temos aqui a matéria do jornal A *Notícia* da cidade de Joinville, que fala sobre essa situação. E trago este assunto pela preocupação permanente que temos com o serviço público do nosso estado, porque essa pessoa que foi assassinada, de 43 anos de idade, estava trabalhando há três meses no Centro de Internação Provisória de Joinville. Ele foi contratado pela ONG Opção de Vida, que recebe R\$ 1.800,00 do estado para cada menor internado, e toma conta da casa, é responsável pela redução desses jovens e adolescentes e pela segurança.

Agora, srs. deputados, a ONG presta serviço de segurança pública no estado de

Santa Catarina, em contratos feitos com o governo do estado! E aqui está a manchete do jornal dizendo que o estado se exime de qualquer falha. Ora, essas falhas foram cometidas pela ONG, mas é preciso pensar antes nas falhas cometidas pelo estado, porque é sua obrigação fazer segurança pública através da contratação de servidores públicos e do treinamento dos mesmos!

Srs. deputados, tem sido elogiado, nesta tribuna e nesta Casa, o sistema prisional de Joinville como racional porque é privado, porque contratam as empresas e é eficiente e nós temos falado sobre essas calamidades.

No segundo semestre do ano passado foi assassinado um soldado em Joinville durante uma escolta porque estava sozinho nessa escolta! O motorista que estava com ele era apenas um motorista contratado por uma empresa privada e não tinha nenhuma responsabilidade com a segurança, e nem deveria e nem poderia ter, quando a legislação diz que são necessários dois policiais para realizar uma escolta. Agora o estado passa o recurso de R\$ 1.800,00 por mês por cada interno para uma ONG, para que ela faça segurança e reeduque os menores infratores de Santa Catarina.

E esses episódios vão continuar acontecendo, porque a lógica dominante tem sido a lógica de entregar o estado, de entregar as responsabilidades constitucionais que o estado tem para grupos privados.

Inclusive a diretora desse CIP é esposa do dono, do presidente da ONG. Então, essas calamidades têm acontecido no nosso estado e os órgãos têm que tomar providência...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Não havendo mais tempo regimental, esta Presidência antes de encerrar a presente sessão convoca outra, ordinária, para amanhã, no horário regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 031ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 23 DE ABRIL DE 2009 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JORGINHO MELLO

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Adherbal Deba Cabral - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Souza Júnior - Décio Góes - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Herneus de Nadal - Jailson Lima - Joares Ponticelli - José Natal - Lício Mauro da Silveira - Manoel Mota - Narcizo Parisotto - Padre Pedro Baldissera - Professora Odete de Jesus - Professor Grando - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Silvío Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Manifesta satisfação com o funcionamento dos cursinhos pré-vestibular gratuitos; expressa preocupação com o problema da pedofilia.

DEPUTADO JAILSON LIMA - Informa a tentativa de aproximação do ministro do Meio Ambiente com o governador Luiz Henrique para tentar

sobrepor os conflitos pertinentes ao Código Ambiental; defende a política de redução do IPI do governo federal.

DEPUTADO ADHERBAL DEBA CABRAL - Demonstra preocupação com o atraso das ações nas cidades atingidas pelas enchentes; sugere a realização de convênio entre a União e os municípios para agilizar os repasses; parabeniza o município de Itapema pelo aniversário.

DEPUTADO JAILSON LIMA (aparte) - Coloca sua posição quanto ao repasse dos recursos federais destinados à recuperação dos municípios atingidos pelas enchentes.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Posiciona-se sobre as alegadas inconstitucionalidades do Código Ambiental; critica a decisão da PM de excluir o segundo-sargento Luciano Souza.

DEPUTADO RENO CARAMORI - Tece comentários sobre audiência pública a ser

realizada em Cunha Porã para tratar dos problemas dos agricultores familiares.

Partidos Políticos

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Manifesta-se acerca da possibilidade de alguma mudança do Código Ambiental.

DEPUTADO RENO CARAMORI (aparte) - Afirma que o empresário catarinense é um defensor da ecologia.

DEPUTADO ADHERBAL DEBA CABRAL - Enfatiza os 43 anos do PMDB; reforça os cumprimentos ao município de Itapema.

DEPUTADO PEDRO BALDISSERA (pela ordem) - Registra a presença dos prefeitos de Descanso, São Miguel d'Oeste e Guaraciaba, do PT.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Aborda a liberação do restante dos recursos para os municípios atingidos pela catástrofe climática em Santa Catarina, definidos através da MP 448/2008, do governo federal.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Alerta para o perigo que envolve as mudanças que o governo federal pretende fazer na poupança.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior. (É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Inscrita a sra. deputada Professora Odete de Jesus, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, deputado Gelson Merisio, demais integrantes da mesa, sras. deputadas, srs. deputados, amigos que nos acompanham, imprensa falada, escrita e televisada, venho à tribuna com muita alegria falar dos cursinhos pré-vestibular gratuitos, criados em função de projeto de lei de nossa autoria e que hoje são uma realidade no estado de Santa Catarina.

Ontem recebi um convite do secretário da Educação, deputado Paulo Bauer, para participar de mais uma aula inaugural no Instituto Estadual de Educação, mas tive que cancelar, com muita dor no coração, porque tinha outro compromisso que já havia agendado.

Estou sendo convidada também para hoje, dia 23, às 19h, na cidade de Tubarão, no Cedup localizado à rua Aníbal Torres Costa, no bairro Santo Antônio de Pádua, participar da aula inaugural. Já no dia 24, às 19h, será aqui na Universidade Federal de Santa Catarina; no dia 27, às 19h, em Balneário Camboriú, na Escola de Educação Básica Presidente João Goulart, no centro; e no dia 30, em Curitibanos, onde estarei, é claro, abrindo os trabalhos na Escola de Educação Básica Casemiro de Abreu.

Muitos diretores, segundo a minha assessora, professora Neusa Cella, que cuida da área da educação no meu gabinete, deputado Reno Caramori, estão-me ligando querendo saber como proceder para instalar em seus municípios os cursinhos pré-vestibular gratuitos.

Essa lei foi uma grande conquista na qual v.exas. têm participação, pois nesta Casa o deputado não faz nada sozinho. Quando as nossas leis saem da gaveta e são executadas, nós temos que comemorar: cursinho pré-vestibular gratuito para a rede pública é uma realidade, graças a Deus!

Então, estou convidando as pessoas desses municípios para se fazerem presentes, deputado Sargento Amauri Soares.

Mas hoje eu venho com um tema muito preocupante para a sociedade catarinense, tema que tem assustado todos nós, pais, famílias: a pedofilia, essa prática maléfica. Nós estamos, atualmente, enfrentando este problema assustador que é a pedofilia, perversão sexual na qual os pedófilos procuram crianças inocentes. Atualmente a pedofilia supera o tráfico de entorpecente no Brasil.

A lei brasileira não tipifica penalmente o crime de pedofilia. Assim, ele se enquadra juridicamente nos crimes de estupro, art.313 do Código Penal, e de atentado violento ao pudor, art. 214 do mesmo diploma legal. A pena varia de seis a dez anos de reclusão e é considerado crime hediondo. O Estatuto da Criança e do Adolescente prevê também que pornografia infantil é crime. Sabemos que o maior meio de divulgação é a internet.

Eu chamo a atenção de todos os pais e mães para que observem atentamente seus filhos quando estão na internet, monitorando-os, observando-os, para não ter problemas amargos no futuro.

A pedofilia atualmente é definida pela Organização Mundial da Saúde, simultaneamente, como doença - transtorno mental, psicológico - e como desvio sexual e é praticada por - sinto muito, mas tenho que falar - empresários, jovens, idosos de todas as classes sociais, independentemente grau de cultura. Então, a pedofilia atinge todas as classes e precisamos urgentemente dar um basta a esse crime que vêm causando danos irreparáveis às crianças e suas famílias. São cicatrizes amargas, doidas, que fazem a família gemer, chorar.

Cerca de 90% das denúncias de pedofilia registradas no Brasil, no ano passado, tinham relação com a internet. Em 25 de novembro de 2008, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a lei criada pela Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia para punir a pornografia infantil na internet. Na referida CPI foram identificados mais de 500 pedófilos que atuam através da internet. O relatório apontou para o papel da família na educação sexual da criança, e os pais devem estar atentos, como já falei, muito atentos, com olhos bem abertos, para orientar seus filhos sobre possíveis propostas indecentes feitas por adultos.

No domingo, no GNT, canal da NET, no programa da Marília Gabriela, foi mostrado que a pedofilia está no centro da discussão do país. A entrevistadora conversou com um psiquiatra e com um promotor de Justiça de São Paulo, que afirmaram que a pedofilia é um caso sério que só será combatido com a mudança do Código de Processo Penal e com o tratamento psiquiátrico dos indiciados. Segundo o psiquiatra, os indivíduos pedófilos têm problemas mentais e devem ser tratados, srs. deputados, sras. deputadas, sr. presidente. Segundo o promotor, os casos de pedofilia são mais frequentemente punidos nas classes pobre e média, nas quais os criminosos muitas vezes não têm defensor que acompanhe o processo até o fim.

Como denunciar os casos de pedofilia? Disque gratuitamente 100 ou 2013 em todo o território nacional. Os conselhos tutelares fazem um belíssimo trabalho e cito o presidente da ACCT, Paulinho Kons - eu o chamo de Paulinho porque é um amigo de família -, que conduz a entidade de maneira ímpar.

Então, nós temos os conselhos tutelares, que são anjos da guarda cuidando das nossas crianças; temos o Centro de Defesa da Criança e do Adolescente também; temos ainda a Campanha Nacional de Combate à Pedofilia e o Departamento de Polícia Federal.

Gostaria de chamar a atenção de v.exas. que esta deputada também aprovou uma lei que implantou um disque-denúncia nas escolas. Então, há uma plaquinha em todas as escolas da rede pública estadual dizendo para discar o número 100.

Mas voltarei a esse tema em outra oportunidade e conto com o apoio de v.exas.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra o próximo orador inscrito, o sr. deputado Jailson Lima.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Quero cumprimentar os deputados presentes, os telespectadores da TVAL, o presidente desta sessão, deputado Gelson Merisio, o deputado Professor Grando, que esteve conosco também na abertura da Festa da Maçã, em São Joaquim.

Na semana passada, fizemos uma peregrinação por diversos municípios do estado de Santa Catarina onde o Partido dos Trabalhadores participa de governos com secretários de administrações públicas, fomentando o desenvolvimento de cada localidade. Na cidade de Bom Jardim da Serra, onde está o prefeito Rivaldo Macário, do PMDB, temos o brilhante vereador João Cristiano Pereira Rodrigues e a secretária de Assistência Social.

Estamos numa programação de trabalho com o intuito de captar recursos em Brasília para esses municípios, diante da necessidade e da demanda que existe.

Ao mesmo tempo, participamos também da abertura da Ecofest, em Atalanta e o que observei nos eventos, nos quais houve o uso da palavra, deputado Reno Caramori, por parte de representantes do governo do estado? Em todas eles o governo federal foi pautado em cima da questão do Código Ambiental.

Por isso, a nossa senadora Ideli Salvatti está fazendo um esforço supremo para aparar as arestas. Ontem, ainda, tivemos uma reunião na Mitra Diocesana com membros do estado, do Ministério Público e com representante do ministro Carlos Minc, do Meio Ambiente, tentando consensuar alguns pontos até que o Supremo Tribunal Federal decida o que efetivamente vale no Código Ambiental, tendo em vista algumas características que v.exa. mesmo colocou, deputado Reno Caramori, e que sabemos que são inconstitucionais. Quando se fala de preservação no meio rural, há tópicos que não podem deixar de ser observados, como as fontes d'água, que geram os riachos, que geram os córregos, que geram os rios, que chegam às cidades e que alimentam o estado, o país e dão sustentabilidade ambiental.

Mas o que queremos aqui é parabenizar a senadora Ideli Salvatti pela sua iniciativa, sempre muito ponderada, de tentar achar um denominador comum que permita sairmos desse processo sem acirramento entre o governo federal e o governo do estado, sem acirramento entre o Parlamento e o Ministério Público.

O próprio ministro Carlos Minc já manteve contato com o governador, confirmado ontem pelo secretário de estado de Coordenação e Articulação, Valdir Cobalchini, que já externou o fato de que as coisas já mudaram um pouco em relação à situação que havia.

Portanto, com ponderação, como gente grande, nós vamos construir a caminhada que será melhor para o estado de Santa Catarina, principalmente para os agricultores catarinenses. Temos reafirmado, desta tribuna, que se há alguém que não polui e que hoje trabalha pela preservação é o agricultor familiar, porque tira o seu sustento do seu pedaço de terra.

Mas uma coisa em comum encontramos nas manifestações públicas nesses eventos. Eu diria que, em São Joaquim, o governador foi relativamente contundente ao questionar a isenção do IPI da linha branca que o governo Lula concedeu. Nesse mesmo contexto temos observado uma série de prefeitos questionando a isenção de IPI para os veículos automotores. Se formos observar a linha de montadoras no Brasil, veremos que representam, hoje, mais de 15% do PIB. É renúncia fiscal, sim, mas é renúncia fiscal para geração de emprego.

A diminuição do IPI da linha branca, geladeiras, fogões, máquinas de lavar etc., ficará da seguinte maneira: com relação às geladeiras, vai passar de 15% para 5%; com

relação aos fogões, de 5% para zero; com relação às máquinas de lavar, de 20% para 10%; e com relação aos tanques de lavar roupa de 10% para zero.

Então, a esse respeito nós temos que ter claro que a queda do IPI vai fomentar a economia brasileira. Se antes vendiam uma geladeira, agora vão vender três, quatro, porque mesmo antes de baixar o IPI, deputado Décio Góes, já havia um incremento de 20% na compra da linha branca nas lojas em Santa Catarina.

Então, o que temos que ter claro é que a redução de IPI vai manter o nível de emprego no Brasil, vai girar a economia brasileira e vai melhorar a auto-estima, porque fará com que aumente a confiabilidade num país que hoje tem uma das melhores condições para enfrentar essa crise internacional que também o afeta.

Sabemos que o mundo vive um dos piores momentos em relação ao desemprego - os Estados Unidos, a Europa e o México estão com altas taxas -, no entanto, não podemos esquecer que o nível de desemprego brasileiro é muito menor do que aquele que tivemos no período que antecedeu o governo Lula. Só em renúncia fiscal na linha branca, o Brasil vai deixar de arrecadar, aproximadamente, R\$ 160 milhões, deputado Sílvio Dreveck, recursos que ficarão na economia, no mercado interno. E esses recursos, nós temos que ter claro, vão fomentar a economia.

Quero fazer uma correção: trata-se de R\$ 1,67 bilhão de desoneração fiscal em nível nacional. Se parte disso não vai para os municípios em FPM, temos que ressaltar que no ano passado houve um incremento de 12% no Fundo de Participação dos Municípios por parte do governo federal e que neste momento o governo Lula também irá repassar para os municípios mais de R\$ 1 bilhão para compensar a perda do FPM.

Então, é equivocada essa visão apregoada nos palanques de Santa Catarina de que renúncia fiscal, neste momento, desonerando produtos para aquecer o mercado interno, representa um equívoco do governo federal. Não! Representa a manutenção de empregos, representa o aumento da auto-estima, muito diferente da desoneração fiscal feita no estado, destinada principalmente às grandes empresas que, ao mesmo em tempo em que têm esse incentivo fiscal, não apresentam no contexto catarinense uma contrapartida social.

Isto nós também defendemos em relação ao governo federal, com relação ao BNDES, que coloca recursos em empresas de grande porte para que elas se desenvolvam. Na medida em que elas têm taxas de juros menores, têm também que dar uma retribuição social do ponto de vista do incremento e da inclusão de quem realmente necessita neste país.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra o sr. deputado Adherbal Deba Cabral, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ADHERBAL DEBA CABRAL - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, catarinenses que nos assistem pela TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, neste momento em que estamos iniciando mais uma temporada de chuvas que está assolando o vale do Itajaí, lemos notícias nos jornais de todo o estado dizendo que os valores que deveriam ser repassados via governo do estado, através de convênio do governo federal com o governo estadual, estão presos pela burocracia. A burocracia está emperrando-os há mais de cinco meses, as pessoas ainda estão esperando para ter de

volta as suas casas e os municípios, para terem recuperados os seus sistemas viários.

Hoje os dois governos, tanto estadual como federal, estão brigando por duas palavras: "prevenção" e "reconstrução". Nós, deputados estaduais, principalmente os deputados que representam o vale do Itajaí na Assembléia Legislativa, estamos há cinco meses reivindicando que esses recursos sejam liberados o mais rapidamente possível.

Hoje, na nossa região, além de termos problemas nos portos de Itajaí e de Navegantes com o assoreamento do rio Itajaí-Açu - sendo que até a data de hoje ainda não foi entregue o canal de entrada dos navios, com um prejuízo de mais de R\$ 20 milhões nesses últimos meses -, temos ainda toda essa discussão. E tanto Blumenau, como Ilhota, Luis Alves e Itajaí, ou seja, toda aquela região que foi afetada pelas enchentes de novembro de 2008, ainda não tiveram a sua recuperação.

Então, eu faço o pedido - e inclusive já tive a oportunidade de fazê-lo nesta Casa - ao Fórum Parlamentar Catarinense, em Brasília, ao nosso ministro da Integração e ao governo federal, no sentido de liberarem esses recursos que ainda estão faltando para a reconstrução das casas, para a recuperação dos sistemas viários, para a reconstrução de pontes, principalmente nos municípios de Blumenau, Ilhota e Luis Alves. Então, que possam ser liberados com a maior brevidade possível!

Eu acho que estamos nessa discussão praticamente todos os dias na imprensa, e quem perde com isso somos nós, que moramos no vale do Itajaí, os empresários, a população em geral, aqueles que tiveram perdas incalculáveis.

O Sr. Deputado Jailson Lima - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ADHERBAL DEBA CABRAL - Pois não!

O Sr. Deputado Jailson Lima - V.Exa., que já foi prefeito, assim como eu, sabe que na máquina pública certo tipo de burocracia é injustificável. De qualquer maneira, ao ser escrita a palavra "prevenção" no encaminhamento ao invés de "reconstrução", logicamente que gera dificuldades. Dinheiro alocado em prevenção pode ser colocado em qualquer lugar, mas em reconstrução tem que aplicado onde, efetivamente, as famílias atingidas necessitam.

É por isso que nós, do PT, defendíamos que os recursos federais deveriam ser repassados diretamente para os municípios e não para o estado, porque agora fica aquele jogo de empurra-empurra.

Sabemos que parte dos recursos no estado atrasou e criou-se um mecanismo que não existia. Cito o exemplo da secretaria da Saúde em novembro do ano passado e só há 15 dias começaram a ser repassados aos hospitais. E o dinheiro estava depositado.

No entanto, estou de pleno acordo com v.exa. Precisamos urgentemente esquecer prevenção ou reconstrução e os municípios precisam desse recurso para se restabelecer.

V.Exa. citou a questão do porto de Itajaí. Temos que deixar claro que lá há um problema de gerenciamento de uma empresa privada, porque o dinheiro está depositado, a empresa atrasou a obra e agora atrasou de novo, por incrível que pareça, apesar de todo o compromisso que havia assinado de, num prazo de no máximo 30 ou 45 dias, ter o rio Itajaí desassoreado.

Mas o seu papel aqui é exatamente este: trazer esse tema para a sociedade

catarinense para que, juntos, possamos esclarecer os fatos e, principalmente, dar agilidade àquelas atividades que são de fundamental importância para a solução do sofrimento do povo catarinense, em consequência das calamidades do ano passado.

O SR. DEPUTADO ADHERBAL DEBA CABRAL - Nobre deputado, agradeço o seu aparte.

Como municipalista que sou, acho que realmente os convênios, tanto do porto de Itajaí como também para a recuperação das enchentes que tivemos em novembro de 2008, deveriam ser assinados pelo governo federal, via Fundos da Defesa Civil dos municípios que foram atingidos.

Este é o nosso posicionamento também: já que foi assinado com o governo do estado, temos que trabalhar para que os recursos sejam liberados o mais rapidamente possível.

Aproveito esta oportunidade para prestar uma homenagem à cidade de Itapema, um dos municípios turísticos mais importantes do Brasil e de Santa Catarina, que no dia 21 de abril fez aniversário. Trata-se de um município que hoje tem mais de 33 mil habitantes e é uma das cidades mais importantes da nossa região.

Homenageio, então, neste momento, o nosso município, que tem como prefeito o professor Sabino Bussanello, que está fazendo uma boa administração para que possa realmente desenvolver a nossa região.

Obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, a voz da Aprasc neste Parlamento, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores da TVAL, demais pessoas que nos acompanham nesta sessão, estivemos participando, na tarde de ontem, da reunião realizada na Mitra Diocesana de Florianópolis, numa iniciativa da senadora Ideli Salvatti, com o objetivo de acalmar os ânimos com relação à polêmica em torno do Código Ambiental, aprovado nesta Casa no dia 31 de março.

O resultado da reunião, embora seja um começo de conversa e uma perspectiva de que o Poder Executivo estadual estabeleça um diálogo institucional com o ministério do Meio Ambiente para continuar a discussão e evitar maiores conflitos, parece, em nossa avaliação, que poderia ter ido mais além. Permaneceu como ponto nevrálgico da questão a posição do Poder Executivo de Santa Catarina, acompanhado pela maioria deste Parlamento, de aplicar imediatamente a lei estadual no que tange às questões ambientais em nosso estado.

Enquanto isso, o ministério do Meio Ambiente, o Ministério Público Federal e o Ministério Público Estadual estão orientando os órgãos públicos de gestão ambiental, inclusive a Fatma e a Polícia Militar Ambiental, ao cumprimento da legislação federal. Dessa forma, está estabelecido claramente um conflito de legislações, o que pode levar ao conflito de instituições, coisa que não é desejável para nenhum catarinense, especialmente para os agricultores. E a nossa preocupação com os pequenos agricultores é que cumpram a legislação estadual aprovada nesta Casa e daqui a uma semana, um mês, um ano o Supremo Tribunal Federal considere alguns artigos da lei estadual inconstitucionais.

Temos um impasse, portanto, que não foi superado e não pôde ser superado. Creio que para acalmar os ânimos é preciso que todos os envolvidos deixem de falar ou pelo menos de usar expressões mais pesadas nesse confronto e aguardem que o Supremo Tribunal Federal, que já acionado para decidir sobre a constitucionalidade ou não de alguns artigos do Código Ambiental aprovado nesta Casa, manifeste-se através de liminar, o que seria mais rápido, ou por decisão do mérito.

No entanto, existe um debate que é problemático, político, que agora está mais claro do que antes e que tem âmbito nacional, pois se pretende que as questões aprovadas aqui - e não só no sul do país, mas no Brasil inteiro - sejam levadas ao Congresso Nacional e sejam tornadas lei também lá. Evidentemente que é motivo para preocupação do conjunto da sociedade.

A aprovação do Código Ambiental nesta Casa se deu por 31 votos a favor e sete abstenções, dentre as quais, a abstenção deste parlamentar que ora fala desta tribuna.

Na verdade, estou convencido de uma coisa, o meu voto deveria ter sido contra. Estou aqui reconhecendo e fazendo uma autocritica sobre a minha abstenção, pois ela não está sendo apresentada como uma recusa e sim como uma aceitação. Então, estou convencido, depois disso principalmente, de que deveria ter votado contra para ficar claro que existia uma recusa com relação a alguns aspectos daquela legislação. Mas o voto já foi dado, não há como retornar. Portanto, estou aqui fazendo essa autocritica diante da sociedade catarinense, por ter-me absterido ao invés de votar contra.

Há outro assunto que nós precisamos falar. Gostaríamos de poder mudar de pauta, nesta tribuna, mas não há como o fazer. A decisão do comandante-geral da Polícia Militar, na última semana, pela exclusão dos quadros da Polícia Militar do segundo-sargento Luciano Souza, do 7º Batalhão de São José.

Nós já tínhamos falado da decisão pela exclusão do soldado Quint, no âmbito do 4º Batalhão, porque ele tem menos de dez anos de serviço. Quanto a ele parece que há uma situação de discussão ainda, pois a decisão na apelação foi pela reabertura do processo disciplinar.

Mas se na semana passada tivemos essa notícia que pode ser animadora, na semana seguinte, há alguns dias, o comandante-geral decidiu excluir o segundo-sargento Luciano Souza, um grande amigo e companheiro, um grande profissional da Segurança Pública, uma pessoa sensível, que tem trabalhado no 7º Batalhão há décadas e que sempre teve uma excelente relação com todos os policiais daquela unidade. Trabalhou na Corregedoria do 7º Batalhão e teve uma excelente relação, inclusive, com todos os oficiais que comandaram aquele batalhão. Apesar disso, está sendo, segundo a decisão até agora do comandante-geral, excluído, expulso das fileiras da Polícia Militar.

O incrível, srs. deputados, o curioso é que o Conselho de Disciplina, formado por três oficiais que fizeram o processo disciplinar, deu parecer pela não-exclusão. O médico que avaliou a participação dele nas manifestações disse que houve transgressão disciplinar, sim, mas que não era caso de exclusão. Entretanto, como a nossa legislação, repito, arcaica permite, o comandante-geral avocou para si a decisão e disse: "Não, a minha decisão é pela exclusão".

O comandante não quer que diga que há prejulgamento. Ele diz que não prejulgou ninguém. Mas nesse caso, já que o Conselho

Disciplinar disse que não era caso de exclusão, a decisão óbvia, a decisão racional e sensata seria que o comandante, que não participou do processo, acompanhasse o parecer dos três oficiais que compuseram o Conselho de Disciplina.

Evidentemente, nunca ninguém vai admitir que existe um prejulgamento, uma pré-intenção, uma predisposição de excluir e ferrar alguém. Assim como ninguém nunca vai admitir que talvez essa orientação venha do palácio. Ninguém nunca vai admitir isso, até porque quem tem cargo comissionado tem que abraçar a bronca para si e levar para o resto da vida essa carga. Mas nós achamos estranho que mesmo quando o Conselho Disciplinar decide que não é caso de exclusão, o comandante avoca pra si a decisão e exclui.

Então, a nossa preocupação é com todos os outros companheiros, e não há como fugir disso, que estão no Conselho de Disciplina e até com aqueles que têm menos de dez anos de trabalho e que estão em processo administrativo. Há uma grande preocupação, todos estão angustiados e é uma angústia justificada.

Os tempos continuam de ranger os dentes. Estamos há quatro meses nessa luta aberta, uma hora mais calma, outra hora mais intensa, com relação ao governo do estado e às definições que vêm a partir das estruturas de comando da Polícia Militar e dos órgãos estaduais da Segurança Pública. Porque, em nossa avaliação, ninguém sai incólume desse processo, nenhum dos poderes estaduais. O Poder Executivo e os partidos que comandam o palácio do governo não sairão incólumes desse processo; o Poder Legislativo também tem a sua participação na composição do poder estadual; e queremos aqui clamar e pedir a atenção também do Ministério Público e do Poder Judiciário de Santa Catarina, porque três anos de salários congelados - desde outubro de 2005 não houve proposta alguma de incremento salarial - fizeram com que famílias de policiais e de bombeiros estejam passando necessidade alimentar...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - O próximo inscrito é o deputado Reno Caramori, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, sra. deputada, srs. deputados, havíamos preparado um assunto político para esta manhã, mas em consequência de um fato mais importante, acreditamos nós, mudamos o nosso discurso e queremos fazer referência ao requerimento de autoria do deputado Moacir Sopelsa, que solicitou a realização de uma audiência pública em Cunha Porá, na manhã de sexta-feira, ou seja, amanhã, para tratarmos dos problemas que assolam os agricultores familiares, já que 99% da agricultura daquela região é desenvolvida pelos pequenos agricultores.

Na oportunidade, juntamente com as autoridades competentes convocadas, vamos analisar a situação em que se encontram aqueles agricultores: o problema da estiagem, o problema do aumento do preço dos insumos, o problema do endividamento que se vem prolongando de ano para ano, que se vem acumulando. Assim, tendo em vista a disparidade entre o custo de produção e o preço de venda, eles estão enfrentando um problema muito sério.

Entendemos perfeitamente que o comércio gira em torno da lei da oferta e da procura, todo o setor produtivo, aliás, não foge disso, mas precisamos encontrar um

denominador comum para que o pequeno produtor rural e até mesmo para que os grandes produtores - e são poucos em Santa Catarina, pela topografia, pelas condições climáticas até - possam continuar produzindo alimentos para as cidades.

O governo federal, o governo estadual e até mesmo os governos municipais, juntamente com as classes representativas dos agricultores, juntamente com os fornecedores, juntamente com as agroindústrias, juntamente com aqueles que colocam o produto no mercado, os tais atravessadores, têm que encontrar uma maneira de fazer com que o homem permaneça produzindo lá no campo.

Eu tenho aqui, deputado Décio Góes, repetido várias vezes: se você já se alimentou hoje pela manhã, agradeça ao produtor rural. A grande verdade é que é ele quem nós dá de comer.

Assistia, pela manhã, a um colega deputado que, ao fazer aqui o seu pronunciamento, enalteceu o governo federal por ter isentado do IPI alguns produtos das grandes montadoras de automóveis. Deputado Silvio Dreveck, tudo bem, mas o nosso pequeno agricultor troca de carro de dez em dez anos, ele compra a sua caminhonete e vai mantendo, conservando em oficina porque não pode comprar carro novo. Ele precisa, sim, é comprar equipamentos agrícolas, é ter condições de operacionalizar a sua produção lá na roça, no campo, na leiteria, na pocilga, no aviário. É para isso que nós precisamos do governo.

Eu entendo perfeitamente que a economia nacional até mesmo a economia estadual passam por dificuldades. A verdade, deputado Silvio Dreveck, é que sempre houve dificuldades, mas agora o cerco apertou. Essa estiagem atingiu grande parte do celeiro de Santa Catarina, que fica no oeste e no extremo oeste, e já está atingindo também o planalto serrano e o planalto norte. Assim, os nossos produtores estão cada vez mais defasados.

Portanto, tenho aqui a lista das autoridades convidadas para a audiência pública - e não são poucas. Constam da lista os srs. deputados, as associações, as cooperativas, as federações, as instituições de crédito, os conselhos, a secretaria da Agricultura de Santa Catarina e assim por diante. Rogamos que lá realmente se façam presentes esses que têm responsabilidade para com o nosso produtor. Eu tenho certeza de que dos convidados, e são mais de 20, a grande maioria deverá fazer-se presente pela importância da audiência pública. Eu, como vice-presidente da comissão de Agricultura, deverei coordenar a audiência. Como o deputado Peninha não terá condições de lá permanecer, assumimos essa responsabilidade.

Faço aqui um apelo aos srs. deputados que puderem para se deslocarem para lá, a fim de que possamos discutir com os parlamentares também, a fim de que não ocorra aquilo que aconteceu no dia de ontem, deputado Silvio Dreveck, quando escolheram a Mitra Diocesana para sediar a discussão de um problema da sociedade catarinense, que diz respeito a decisões do Parlamento e do Executivo.

Eu, em momento algum, critico a Mitra pela acolhida, mas critico, sim, os organizadores do evento, que desconhecaram a presença deste Parlamento, porque os convidados - e a imprensa divulgou - foram somente o presidente e mais alguns deputados. Eu entendo que o local ideal para a discussão desse problema que está afligindo todo o nosso interior é este Parlamento! Não é

a Mitra, não é o Ministério Público ou qualquer outro lugar. É o Poder Legislativo catarinense ou o Poder Executivo ou o Tribunal de Justiça.

Por isso a reunião de ontem não surtiu efeito algum. Não há acerto de compadre e nós temos que ser conscientes e enfrentar a situação como ela se apresenta! E se temos que mudar alguma coisa, vamos mudá-la: ou lá no Congresso Nacional ou aqui no Parlamento catarinense.

Nós não podemos é deixar como está. Não podemos dizer que o barco está à deriva e que não há problema, que devemos deixar o vento levar para uma das margens, para onde soprar mais forte. Não é isso que queremos. Nós queremos uma solução definitiva, para que o nosso homem do campo continue produzindo. E que as autoridades daqui, deputado Sílvio Dreveck, como v.exa. muito bem afirmou ontem, assumam a responsabilidade sobre os nossos mananciais de água, pois os grandes conglomerados urbanos são os grandes poluidores, são os grandes responsáveis pela contaminação das águas.

Eu, esses dias, srs. deputados, escutava um produtor orgânico dizendo-me sobre a temeridade de não protegermos os nossos rios em função da atividade agrícola, porque a água a ser captada para a irrigação poderá estar contaminada.

Será que ele esqueceu que a grande contaminação ocorre no perímetro urbano, em função dos dejetos humanos, dos inseticidas usados em qualquer situação nas cidades? Não são apenas os agrotóxicos que poluem, há poluentes muito maiores que são lançados nos rios no perímetro urbano, além do lixo doméstico.

Então, nós queremos uma solução para isso! Nós precisamos acertar a situação do homem do campo, para que ele produza irmanado com o meio ambiente, com a natureza e tenha condições de produzir aplicando as técnicas que já existem na modernidade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Sílvio Dreveck, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SÍLVIO DREVECK - Sr. presidente e srs. deputados, deputado Reno Caramori, v.exa. falou com muita propriedade a respeito do tema sobre o qual foi tentado um debate, ontem, fora deste plenário, lá na Mitra Diocesana. E v.exa colocou esse assunto com propriedade porque há necessidade de fazer ajustes, de fazer adaptações, até porque o Código Florestal do Brasil é de 1965. Em 1988 foram feitas algumas adaptações pequenas, mas de lá para cá tudo foi feito na base da resolução.

Nós entendemos, deputado Reno Caramori, que o nosso país é um território imenso, tem regiões, macrorregiões e topografias diferentes, que merecem um estudo muito mais profundo. Mas nós não podemos esperar 30 anos sem fazer nada e nós fizemos neste Parlamento. Pode ser que tenhamos ultrapassado alguns limites, mas tivemos a coragem de fazer. E esses ajustes devem ser feitos no Congresso Nacional, que tem que dar uma resposta para a sociedade brasileira.

E mais, se tivermos, srs. deputados, que fazer um aprimoramento, em momento algum vamos omitir, pois o dever do Parlamento é aperfeiçoar permanentemente as

leis para melhorar as condições de vida de cada cidadão e também do nosso próprio ambiente, para a nossa sobrevivência.

O Sr. Deputado Reno Caramori - V.Exa. me concede um aparte?

O Sr. DEPUTADO SÍLVIO DREVECK - Pois não!

O Sr. Deputado Reno Caramori - Deputado Sílvio Dreveck, na mesma esteira da sua fala, quero dizer que ontem eu conversava com um pequeno empresário, que me cobrou dizendo que temos criticado os poluidores, mas muitas vezes temos generalizado.

Eu aqui quero fazer justiça. A grande maioria do empresariado catarinense é muito consciente e adaptou as suas empresas com um processo de despoluição. Vou dar aqui o exemplo de Caçador, onde há empresas que já foram poluidoras e que agora, com a modernidade e a tecnologia avançada, adquiriram equipamentos e hoje as águas captadas para a produção saem mais limpas, mais purificadas do que quando captadas em nossos rios. É o caso da Adami, da Tedesco, da Frame, da Viposa, que são empresas que antigamente poluíam, sim. Entretanto, conscientemente lutaram para alcançar um estágio de despoluição das impurezas produzidas.

Hoje o empresário catarinense, podem ter certeza as sras. deputadas e os srs. deputados, é um grande ecologista. Raramente encontramos um poluidor, raramente a imprensa tem divulgado algum empresário que não cumpre com o seu dever, com a sua obrigação na conservação do meio ambiente. Raramente! Quando não ocorre algum acidente de percurso, o nosso empresariado cumpre com o seu dever, porque ele está consciente de que é um dos grandes responsáveis pela manutenção dos mananciais d'água que alimentam e matam a sede não apenas dos animais, como de todo o povo catarinense.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO SÍLVIO DREVECK - Muito obrigado, deputado Reno Caramori. V.Exa. deu uma grande contribuição ao nosso pronunciamento e lembrou muito bem que a grande maioria, com pequenas exceções, do empresariado catarinense, nos últimos anos, tem dado de fato um bom exemplo. V.Exa. citou o exemplo de empresas na sua região e eu também posso citar, até para colaborar, que há empresas em São Bento do Sul que hoje, como v.exa. citou, devolvem a água que utilizam mais pura do que a recolheram dos rios. A própria lei tem determinado que seja assim e as análises que são feitas por essas empresas também demonstram isso.

O que nós não podemos, por conta de desentendimentos, é não prosseguir, não avançar, não modernizar a nossa lei. O Congresso Nacional e o governo federal haverão de entender - como eu disse, nesse grande território que nós temos que é o Brasil - e fazer ajustes também nas regiões norte, nordeste, centro-oeste, sul e sudeste, que têm topografias diferentes.

Eu, deputado Reno Caramori, penso que esse é o momento de Santa Catarina fazer, em primeiro lugar, o levantamento, o inventário das suas bacias hidrográficas. O governo do estado está fazendo o inventário florestal e está de parabéns por fazer esse levantamento, pois vamos ter condições de dizer na prática como é que está a floresta catarinense. É um trabalho que está sendo feito em convênio com as universidades. Eu conheço o trabalho que é feito com a Universidade de Blumenau, a Furb, juntamente com a Fapesc, e certamente teremos em breve um relatório acerca da floresta catarinense.

Por que não se faz um relatório, um inventário do sistema hidrográfico catarinense, até porque vamos ter muito mais condições de

definir parâmetros técnicos, por conta dessa grande discussão sobre o afastamento maior ou menor, que é uma confusão tremenda?

Muitas vezes, como eu disse, quando há poluição nas áreas urbanas provocada não pelas empresas, mas pela própria sociedade, porque não há investimento em saneamento básico, em esgoto sanitário - e isso vem ao longo dos anos -, isso é muito mais grave do que a questão da metragem da mata ciliar, pois esse tipo de contaminação da água dos rios e riachos depende de um afastamento maior ou menor, já que o esgoto pluvial é utilizado para canalização do esgoto sanitário, lamentavelmente! Nós fomos prefeito e sabemos que na grande maioria dos municípios isso tem acontecido.

Então, eu penso, deputado, que demos a nossa contribuição neste Parlamento, mas certamente todos os parlamentares aqui têm o compromisso, a responsabilidade de fazer os ajustes necessários. E seria oportuno que o governo do estado desencadeasse esse inventário em Santa Catarina, pois certamente poderíamos aperfeiçoar o Código Ambiental catarinense.

A nossa ação poderá ser útil para o Congresso Nacional aperfeiçoar a legislação brasileira, coisa que há anos vem-se arrastando.

Outra coisa que v.exas. sabem muito bem é que ninguém autorizou o desmatamento, mas temos um grave problema de derrubada de alguns tipos de árvores, como a araucária. E o que está acontecendo? A árvore pode estar madura, pode estar em condição de ser colhida, mas não se autoriza a derrubada. Por conta disso, estão cortando as que estão nascendo! Não é por aí, nós temos que trabalhar de forma diferente, preservando, mas também...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao DEM.

(Pausa)

Não havendo deputados do DEM que queiram fazer uso da palavra, passaremos ao horário destinado ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Adherbal Deba Cabral, por até 17 minutos.

O SR. ADHERBAL DEBA CABRAL - Sr. presidente, nobres deputados e deputadas, catarinenses que nos ouvem pela Rádio AleSC Digital e nos assistem pela TVAL, eu gostaria de, neste espaço que é destinado ao nosso partido, o qual represento com muito orgulho na Assembléia Legislativa, parabenizar o PMDB que ontem completou 43 anos de existência. Foram 43 anos de luta pela democratização do nosso país, pela implementação da democracia plena que hoje estamos vivendo.

Eu, durante todo esse período em que participei do MDB e agora do PMDB, em todos os mandatos que tive como vereador, prefeito municipal e hoje como deputado estadual, elegi-me pela legenda do PMDB.

Então, neste momento importante, no qual o país está passando por diversas crises de identidade e quando deveremos, nos próximos meses, aprovar a reforma política, que é tão importante para a consolidação dos nossos partidos, da nossa democracia, gostaria de parabenizar aqueles que começaram o PMDB em nosso estado, como o governador Pedro Ivo Campos, como o atual presidente do partido e ex-governador, Eduardo Pinho Moreira, e como todos aqueles que se abrigaram no partido na época da ditadura.

Temos aqui o deputado estadual Professor Grando, que naquela oportunidade

teve que se abrigar dentro do PMDB. Posteriormente, com a democratização do país, houve a criação de diversos partidos que também lutaram pela democracia no Brasil e em nosso estado. Hoje estamos em plena democracia e todos os cidadãos têm condições de exercer a sua atividade política, a sua atividade estudantil e empresarial.

Eu, que na época da ditadura exercia um cargo na União Itajaiense de Estudantes, sei como foi difícil, naquela oportunidade, exercer a cidadania, exercer uma atividade estudantil. Então, é muito importante que no momento em que nós mostramos a Assembléia Legislativa para todo o estado de Santa Catarina, que você, catarinense, que nos está assistindo em todos os rincões do nosso estado, tenha a oportunidade de saber que muitos políticos perderam os seus mandatos, foram cassados por defender das tribunas da Câmara dos Deputados ou mesmo deste Parlamento a democracia e a liberdade que todos desfrutam.

Eu gostaria de continuar falando, sr. presidente, sobre a homenagem que estamos fazendo ao município de Itapema, município promissor, turístico, que no dia 21 de abril completou mais um aniversário de emancipação política.

Quero aproveitar a oportunidade para parabenizar o nosso prefeito, o vice-prefeito, os nossos vereadores, os ex-prefeitos, todos aqueles que trabalham pelo progresso, pelo engrandecimento de Itapema, um município que se desmembrou de Porto Belo e que hoje está completando aniversário de emancipação, criado que foi através da Lei n. 814, de 28 de fevereiro de 1962.

Mas quero que seja passado o vídeo da homenagem que nós, deputados e Assembléia, estamos fazendo ao progressista município de Itapema.

(Procede-se à execução do vídeo.)

Gostaria de aproveitar para parabenizar o município de Itapema, pelos seus 47 anos de emancipação. Antes ele pertencia a Porto Belo e hoje pertence à região da Foz do Itajaí, à Amfri, e tem à frente do Executivo o prefeito Sabino Bussanello, um homem dinâmico, que tem trabalhado pelo progresso e pelo desenvolvimento do município, juntamente com os novos vereadores que compõem a Câmara Municipal.

Também agradecemos à associação empresarial, ao CDL, do município de Itapema, que tem divulgado o município e que tem trabalhado pelo seu engrandecimento e progresso.

Gostaria ainda de pedir aos nossos governantes - e está presente aqui a presidente do Fórum Permanente de Solidariedade e pela Reconstrução das Cidades Atingidas pelas Enchentes e Enxurradas em 2008, deputada Ana Paula Lima - mais urgência na liberação dos recursos, pois estamos com problemas muito sérios, mas o governo do estado e o governo federal não estão-se acertando. Acredito que com a intervenção da deputada e dos deputados federais, que têm trabalhado em Brasília, esses recursos sejam liberados com a maior brevidade possível e tenhamos o fim desse impasse, uma vez que a população do vale do Itajaí, principalmente os municípios que foram duramente atingidos, como Itajaí, Luis Alves, Ilhota e Blumenau, teve muitos prejuízos, muitas perdas.

Srs. deputados e deputadas, mais de 60% do sistema viário desses municípios foi atingido, com pontes destruídas, com a via expressa de Blumenau seriamente danificada. Então, temos que continuar esse trabalho, que conta com a deputada Ana Paula Lima como presidente e que tem tido um desempenho

excelente, até porque é sensível aos apelos da nossa região. E é muito importante que a Defesa Civil de Santa Catarina e o Deinfra continuem fazendo a recuperação das vias públicas, das pontes, do sistema viário desses municípios atingidos. E é preciso também que tenhamos a consciência de que precisamos fazer alguma coisa.

Quanto às duas palavrinhas que hoje estão emperrando o sistema, deputada Ana Paula Lima, "prevenção" e "reconstrução", que as procuremos introduzir nessa medida provisória que foi aprovada no Congresso Nacional, para que tenhamos esses recursos em Santa Catarina com a maior brevidade possível.

Quanto ao futuro, já tive a oportunidade de fazer uma indicação, um pedido, nesta Casa, por solicitação da Associação dos Municípios da Foz do Itajaí, para a liberação de R\$ 50 milhões, através de uma emenda da Frente Parlamentar Catarinense, para que esses valores sejam aplicados na prevenção. Queremos a reconstrução daquilo que foi destruído pelas enchentes de novembro de 2008, mas queremos também que o governo federal, junto com o governo estadual, através de uma parceria, procure liberar esses valores, para que possamos fazer uma prevenção, já que estamos sendo atingidos por fortes chuvas na região da foz e do vale do Itajaí. Inclusive, estamos muito preocupados porque aquilo que foi destruído ainda não foi recuperado. Ainda estamos tendo problemas com pontes, com o sistema viário. Tanto é que levei quase três horas de Navegantes até Florianópolis.

Então, é muito importante que tenhamos consciência de que a população não pode mais esperar a vinda desses recursos para Santa Catarina, que foram duramente conseguidos através dos nossos deputados federais, dos nossos deputados estaduais, do próprio presidente Lula e do governador Luiz Henrique. Temos que nos unir, e advogo que os futuros recursos para Santa Catarina venham através de convênios com os municípios, porque eles são mais competentes para a sua aplicação.

Então, quero, neste momento, pedir veementemente da tribuna da Assembléia Legislativa que os recursos que foram concedidos a Santa Catarina, através dessa medida provisória que foi apoiada por todos os deputados da Frente Parlamentar Catarinense, pelos nossos senadores, pela senadora Ideli Salvatti, que tem acompanhado, pelo senador Raimundo Colombo e também pelo senador Neuto De Conto, apertem aqui o mais rapidamente possível.

Também estamos pedindo recursos para a recuperação dos berços do porto de Itajaí, que está começando a ter um problema sério de desemprego. Os trabalhadores portuários estão no fim dos valores que receberam do Fundo de Garantia. Inclusive, esse porto está com a sua atividade comprometida em praticamente 60%.

Portanto, é muito importante termos consciência de que o porto de Itajaí e o porto de Navegantes são muito importantes para a atividade econômica do estado de Santa Catarina, pois geram o recolhimento de impostos municipais, estaduais e federais e representam a geração de trabalho e renda para os trabalhadores portuários da região.

Agradeço a todos aqueles que têm contribuído, à deputada Ana Paula Lima, que é presidente do fórum, e que possamos nos unir neste momento muito importante. Precisamos também fazer a substituição da palavra "prevenção" por "reconstrução" e fazer com que esse recurso seja enviado a Santa Catarina hoje e não deixar para amanhã.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Pedro Baldissera - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Padre Pedro Baldissera.

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSEIRA - Gostaria apenas de fazer o registro nesta Casa da presença dos prefeitos Sadi Inácio Bonamigo, de Descanso; Nelson Foss da Silva, de São Miguel d'Oeste, e Ademir Zimmermann, de Guaraciaba. São três prefeitos do Partido dos Trabalhadores que vêm fazendo várias interlocações em diferentes setores do governo do estado.

Quero destacar aqui, de maneira muito especial, a problemática questão da estiagem no extremo oeste de nosso estado, um pouco amenizada pelas chuvas que ocorreram, mas a falta de abastecimento d'água para a população urbana e de algumas localidades do interior ainda persistem.

Desejo-lhes uma boa estada na capital. Sejam bem-vindos a este Parlamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra a sra. deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha pelos nossos meios de comunicação, Rádio Alesc Digital e TVAL, gostaria de cumprimentar os prefeitos que se fazem presentes nesta Casa, buscando soluções principalmente para o oeste de Santa Catarina, que está sofrendo muito com a estiagem.

Temos que atendê-los, porque eles são os responsáveis pelos municípios e têm que dar retorno para a sua população.

Sejam todos bem-vindos.

Sr. presidente, nesses momentos, deputado Adherbal Deba Cabral, de intensa chuva, nós, que viemos do vale do Itajaí, estamos preocupados. Tudo isso me remeteu ao mês de novembro, quando aconteceu aquela catástrofe principalmente na nossa região, atingindo também mais 108 municípios do estado de Santa Catarina.

Srs. parlamentares, quero dizer que, nesses cinco meses, obtivemos algumas vitórias no processo de reconstrução. Tivemos a vitória de sensibilizar o povo brasileiro, que com a sua solidariedade não se furtou em nos ajudar com mantimentos, roupas, calçados, dinheiro, inclusive com depósitos na conta da Defesa Civil estadual. Também obtivemos a vitória de uma ação rápida de socorro do presidente Lula, que em três oportunidades visitou o estado de Santa Catarina, as cidades atingidas, e de uma forma ágil encaminhou para o Congresso Nacional a Medida Provisória n. 448, que destina recursos para a reconstrução do estado e dos municípios.

Recebemos muito dinheiro; recebemos dinheiro para a reconstrução de rodovias estaduais - e espero que a imprensa esteja acompanhando este pronunciamento -, que está em execução, como, por exemplo, a SC-470, conhecida como Jorge Lacerda. Nos municípios de São João Batista e de Nova Trento as rodovias estaduais estão em reconstrução. E quanto às federais, com a chegada do dinheiro já estão em processo de reconstrução.

Recebemos também dinheiro do ministério da Saúde, na ordem de R\$ 100 milhões. Inclusive, R\$ 70 milhões já foram depositados. Até o governador do estado e vários parlamentares estiveram presentes junto conosco, quando da liberação para o custeio dos hospitais e postos de saúde dos municípios atingidos. Quanto aos restantes R\$

30 milhões, já estão destinados para investimentos no estado de Santa Catarina.

Recebemos dinheiro para o porto de Itajaí, dinheiro para a Defesa Civil estadual fazer as obras emergenciais.

O que está faltando, srs. parlamentares, e é isso que está emperrado, deputado Padre Pedro Baldissera, são os R\$ 120 milhões para os municípios. E aí fica um ponto de interrogação para nós, parlamentares. Por que somente esse projeto está emperrado, se esse dinheiro estava destinado para fazer a reconstrução dos municípios? O dinheiro para a saúde veio, para a reconstrução das rodovias estaduais veio, para a reconstrução das rodovias federais veio. Somente esse está emperrado. Por quê?

Deputado Adherbal Deba Cabral, v.exa. fez uma colocação do porquê de o convênio não vir direto para os municípios. Eu vou explicar a v.exa., nobre deputado. Acontece que o deputado João Matos fez uma emenda, a pedido do governador do estado, para que esse dinheiro viesse diretamente para o estado. Diante disso, os nossos municípios estão sofrendo, ou seja, pelo fato de o dinheiro não ter vindo diretamente para eles. Por isso, esses R\$ 120 milhões estão enterrados.

Não é culpa, deputado Adherbal Deba Cabral, do governo federal; não é culpa do Fórum Parlamentar Catarinense; não é culpa do Grupo Reação; não é culpa do governo do estado. Mas o povo de Santa Catarina, principalmente as pessoas que moram nos municípios, estão sofrendo, os prefeitos estão sofrendo, os vereadores estão sofrendo.

Eu acho, deputado Adherbal Deba Cabral, já que o governador formou esse grupo de trabalho, que ele tem que estar de plantão no governo federal para resolver o problema do projeto e não ficar aqui em Santa Catarina. São obras preventivas, e v.exa., que já foi feito, sabe que é preciso elaborar um bom projeto. Inclusive, ouvi na semana passada, em Brasília, deputado Adherbal Deba Cabral, que não existe plano de trabalho e que não foram assinados os convênios. Foi mandado o projeto para lá, mas não sabem quanto custa uma ponte, uma rodovia. V.Exa. foi prefeito e sabe que é necessário fazer isso.

Então, qual foi a nossa atuação? Foi telefonar para o gabinete do presidente Lula, pedir que o governo federal aja e que o ministério da Integração Nacional venha aqui dizer qual é o erro, qual é o problema que precisa ser sanado. Mas as pessoas têm que reconhecer que erraram e erraram feio! A falta de informação é um problema, e nós fomos atrás desses problemas, porque queremos que de uma vez por todas essas soluções sejam dadas.

É inconcebível que durante cinco meses esses problemas ainda não tenham sido resolvidos. Isso era para estar na agenda principal do governador; deveria ser o primeiro ponto a ser resolvido, porque 108 municípios no estado de Santa Catarina estão querendo os recursos. Então, é a primeira coisa que tem que ser resolvida. Essa deveria ser a prioridade número um, a primeira coisa.

Em Blumenau ainda temos gente em abrigo; em Blumenau existem ruas que ainda não foram liberadas, pontes que não foram construídas. Gaspar, Ilhota, Navegantes, Itajaí, Luis Alves, Timbó e vários outros municípios não tiveram os seus problemas resolvidos. Deveria ser prioridade!

Deputado Adherbal Deba Cabral, estive com o governador na cidade de Timbó liberando os recursos do ministério da Saúde. Na oportunidade, falei para o governador que o dinheiro para a compra dos terrenos, que a Assembléia aprovou aqui, não foi liberado. Ele ficou perplexo: "Mas como? Ligue-me com a

Casa Civil, ligue-me com o major Márcio!" E foi liberado somente na semana passada - dinheiro do povo brasileiro!

Falei também para sua excelência, o sr. governador, que o dinheiro para os proprietários de animais que foram abatidos na região do vale do Itajaí - nós aprovamos nesta Casa uma lei para indenizar os produtores pelo Fundo da Defesa Animal - não chegou até agora. "Mas como? Fale com o secretário da Agricultura".

O secretário da Agricultura é o nosso colega, ex-deputado Antônio Ceron. Eu tenho telefonado diariamente: liguei hoje de manhã, ontem à noite, mas ele não me atende mais. E os agricultores não receberam o recurso ainda.

Isso é problema do presidente Lula? Não é problema do presidente, srs. deputados. É problema no estado de Santa Catarina; é um desgoverno; é uma incompetência. Nem o dinheiro que foi depositado pelo povo brasileiro foi repassado para os municípios.

Outro exemplo, deputados Professor Grando e Adherbal Deba Cabral. Na cidade de Jaraguá do Sul, onde tivemos uma audiência pública na semana passada, a secretaria de Desenvolvimento Regional e a prefeita não sabiam que era preciso fazer o cadastramento para a população receber o auxílio reação. É culpa do presidente Lula? Não! A culpa é do governo do estado. Os R\$ 120 milhões do governo federal não vieram ainda por erro e por não assinarem convênios. Não me digam que não é, porque é, a exemplo de outros erros.

Dizer que o presidente Lula não fez coisas... Olhem o exemplo do Fundo de Garantia que foi liberado e que aqueceu a nossa economia! Foi uma atitude ágil do presidente da República! Vejam o dinheiro que veio para Santa Catarina na área da saúde e para obras de infra-estrutura!

Mas não vou descansar enquanto não forem liberados os últimos R\$ 120 milhões destinados aos municípios que estiveram em calamidade pública, para a reconstrução das cidades. E faço um alerta ainda: se esses recursos não forem liberados até o final de maio, vamos perdê-los!

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PPS.

Com a palavra o deputado Professor Grando, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Sr, presidente, companheiros deputados, companheiras deputadas, nós, quando fomos prefeito da capital de todos os catarinenses, queríamos, com todo o nosso ideal e a nossa força de vontade, resolver todos os problemas de Florianópolis. Queríamos empregos para todos; queríamos asfaltar todas as ruas; queríamos disponibilizar creches para todas as crianças. Enfim, um poder público transparente.

Trabalhamos diuturnamente, pois havia milhares de problemas - isso faz parte de um governo -, e pouco a pouco fomos percebendo que se um prefeito ou um governante fizer tudo, não precisará mais haver prefeito ou governante. Nunca se vai fazer tudo. Governar é estabelecer prioridades e dentro disso vamos ter problemas, sim. Faz parte da arte de administrar.

Eu sempre digo que as piores doenças são aquelas em que o paciente não tem febre, porque contradições dentro do governo, reivindicações, greves sempre haverá. E desencontros como esse que vemos, se é "reconstrução" ou "prevenção", haverá também, mas também temos a capacidade de encontrar a solução.

Falando em nome do meu partido, eu queria também alertar para uma das prioridades deste país neste momento de crise da qual tanto se fala. E com muito cuidado, coloco a posição do meu partido. Segundo o secretário-geral do PPS, o nosso companheiro Rubens Bueno, o governo vem anunciando há várias semanas que vai mexer na caderneta de poupança, mas a população ainda não havia dado a devida importância para a gravidade do fato. Mexerá na nossa famosa caderneta de poupança que, não muito recentemente, inclusive, chegou a ser bloqueada e seqüestrados esses valores que são do povo.

Como partido de oposição que o PPS é, estamos denunciando que isso poderá vir contra os interesses do pequeno poupador, em benefício de bancos e de grandes especuladores do sistema financeiro como um todo. Por isso a necessidade de o partido avisar desde já que não aceitará mudanças na poupança. Muito cuidado! Que mudanças são essas? Não pagar mais juros para o poupador? Nós não sabemos; só sabemos que neste país, mesmo com a crise mundial, os banqueiros continuam ganhando, sejam eles nacionais ou estrangeiros. Nunca os bancos da avenida Paulista ganharam tanto recurso explorando o juro, a agiotagem!

A alegação do governo para mexer na poupança é que, com a crise e a queda dos juros, a caderneta se tornou mais atrativa do que os fundos de investimento, o que poderia causar uma migração em massa de investidores para a poupança. O que o governo não diz é que ele teme perder impostos, já que a caderneta de poupança é isenta e os bancos não abrem mão das taxas e dos altos lucros que obtiveram durante a fase da bonança da economia mundial.

O governo está fazendo de tudo com essa crise, utilizando até o combustível para arrecadar mais, porque os gastos do governo federal são muito grandes, já que não conteve os seus gastos. Então, todas as medidas que estão sendo tomadas são para arrecadar mais, inclusive a redução do próprio IPI, que prejudica o município. Por que não reduz a alíquota apenas dos impostos que somente o governo federal arrecada?

Para encerrar, devo dizer que nessa época ninguém do governo levantou a bandeira de aumentar a remuneração da poupança. Contentaram-se em assistir aos megaspeculadores ganhando rios de dinheiro, enquanto o pequeno poupador ganhava uma mixaria com o seu dinheiro aplicado na poupança.

Isso é verdade, todos os poupadores, todos os que têm uma pequena caderneta de poupança, geralmente trabalhadores, sabem que ela é a que menos rende. E realmente os fundos bancários pagam impostos para o governo federal que ele tem medo de perder.

Então, temos que ter cuidado. Esse é apenas um alerta em nível nacional, no horário do meu partido, o PPS, que nós estamos fazendo, sr. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Passaremos à Ordem do Dia.

Não há matérias há serem deliberadas.

Passaremos à Explicação Pessoal. Não havendo oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, está Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para terça-feira, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATOS DA MESA

ATOS DA MESA

ATO DA MESA Nº 159, de 28/04/2009

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

DISPENSAR a servidora **LEILA MARY PALUDO GOMES**, matrícula nº 1276, da função de Chefe da Secao de Psicologia, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 1º de abril de 2009 (DRH - Coordenadoria de Saude e Assistencia).

Deputado Jorginho Mello - Presidente
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário
Deputada Ada Faraco De Luca - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 160, de 28/04/2009

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,*

DESIGNAR a servidora **ROSANI VIEIRA DE SOUZA**, matrícula nº 1103, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa para exercer a função de chefe da Seção de Psicologia, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 1º de abril de 2009 (DRH - Coordenadoria de Saude e Assistencia).

Deputado Jorginho Mello - Presidente
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário
Deputada Ada Faraco De Luca - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 161, de 28/04/2009

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

DISPENSAR a servidora **DORLI FELIPPI MANTOVANI**, matrícula nº 1365, da função de Chefe da Secao de Enfermagem, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 1º de abril de 2009 (DRH - Coordenadoria de Saude e Assistencia).

Deputado Jorginho Mello - Presidente
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário
Deputada Ada Faraco De Luca - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 162, de 28/04/2009

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,*

DESIGNAR o servidor **CARLOS CESAR DE OLIVEIRA**, matrícula nº 1087, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa para exercer a função de Chefe da Seção de Enfermagem, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 1º de abril de 2009 (DRH - Coordenadoria de Saude e Assistencia).

Deputado Jorginho Mello - Presidente
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário
Deputada Ada Faraco De Luca - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 163, de 28/04/2009

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

DISPENSAR a servidora **VERA LUCIA CARDOSO**, matrícula nº 1600, da função de Assessoria da Secretaria Geral e Controle de Materiais-Assessoria Técnica Administrativa, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 1º de abril de 2009 (DRH - Coordenadoria de Saude e Assistencia).

Deputado Jorginho Mello - Presidente
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário
Deputada Ada Faraco De Luca - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 164, de 28/04/2009

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,*

DESIGNAR a servidora **HELOISA HELENA DA S. LAFUENTE**, matrícula nº 2034, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa para exercer a função de Assessoria da Secretaria Geral e Controle de Materiais - Assessoria Técnica-Administrativa, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 1º de abril de 2009 (DRH - Coordenadoria de Saude e Assistencia).

Deputado Jorginho Mello - Presidente
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário
Deputada Ada Faraco De Luca - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 165, de 28/04/2009

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,*

DESIGNAR a servidora **ANA MARIA ALVES**, matrícula nº 1555, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa para exercer a função de Controle e Supervisão do Acervo - Assessoria Técnica-Administrativa, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 1º de abril de 2009 (CGP/CE - Gerencia Cultural).

Deputado Jorginho Mello - Presidente
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário
Deputada Ada Faraco De Luca - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 166, de 28/04/2009

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,*

DESIGNAR o servidor **EDER DE QUADRA SALGADO**, matrícula nº 1265, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa para exercer a função de Assessoria Técnica-Patrimônio, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 1º de abril de 2009 (DAT/CRM - Gerência de Patrimônio).

Deputado Jorginho Mello - Presidente
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário
Deputada Ada Faraco De Luca - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 167, de 28/04/2009

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,*

DESIGNAR a servidora **VERA MATTOS**, matrícula nº 1584, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa para exercer a função de Suporte Técnico - Assessoria Técnica Administrativa, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 23 de abril de 2009 (DAT - Coordenadoria de Informações).

Deputado Jorginho Mello - Presidente
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário
Deputada Ada Faraco De Luca - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 168, de 28/04/2009

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,*

DESIGNAR o servidor **JOSE DAS NEVES FILHO**, matrícula nº 2170, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa para exercer a Chefia da Seção de Planejamento de Eventos Internos, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 1º de abril de 2009 (CGP - Coordenadoria de Eventos).

Deputado Jorginho Mello - Presidente
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário
Deputada Ada Faraco De Luca - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 169, de 28/04/2009

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,*

DESIGNAR o servidor **CARLOS HENRIQUE MONGUILHOTT**, matrícula nº 2016, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa para exercer a função de Chefia da Seção de Processamentos Licitatórios, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 1º de abril de 2009 (DAT - Coordenadoria de Licitações).

Deputado Jorginho Mello - Presidente
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário
Deputada Ada Faraco De Luca - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 170, de 28/04/2009

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e nos termos do artigo 17 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006, alterada pela Resolução nº 04, de 31 de janeiro de 2006 e c/c o artigo 2º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007.

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores pertencentes ao Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa para as funções de confiança de Comissão Legal, estabelecidas no anexo III-C, da Resolução nº 002/2006, conforme os anexos I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII, integrantes deste Ato.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar em 1º de abril de 2009.

Deputado Jorginho Mello - Presidente
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário
Deputada Ada Faraco De Luca - Secretário

ANEXO I

Permanente de Licitações

MATRÍCULA	NOME DO SERVIDOR		
2169	1. SINARA LÚCIA VALAR DAL GRANDE	PRESIDENTE	
2170	2. JOSÉ DAS NEVES FILHO		
1998	3. BERNADETE ALBANI LEIRIA		
1332	4. HÉLIO ESTEFANO BECKER FILHO		
0947	5. VALTER EUCLIDES DAMASCO		
0775	6. ADRIANA LAUTH GUALBERTO		
2543	7. JUÇARA HELENA REBELATO		

ANEXO II

Elaboração de Editais, Contratos e Cadastros

MATRÍCULA	NOME DO SERVIDOR		
1363	1. MIRIAN DE ÁTHAYDE F. KRIEGER	PRESIDENTE	
2016	2. CARLOS HENRIQUE MONGUILHOTT		
2187	3. NADIESDA GHIZZO SCHMIDT		
1877	4. ANTONIO HENRIQUE C. BULCÃO VIANNA		
1842	5. BEATRIZ CAMPOS ELIAS ACORSI		

ANEXO III

Recebimento de Materiais

MATRÍCULA	NOME DO SERVIDOR		
1429	1. CARLOS HENRIQUE MACHADO	PRESIDENTE	
2138	2. CLERSON LARROYD		
1395	3. JOSÉ CARLOS BRESCIANI		
1598	4. SANIA BARRETO PERFEITO		
1228	5. RICARDO VALÉRIO ORIANO		

ANEXO IV

Permanente de Avaliação de Bens Inservíveis

MATRÍCULA	NOME DO SERVIDOR		
2091	1. IZAURO LUIZ PEREIRA	PRESIDENTE	
2162	2. LUIZ CARLOS PAIVA JUNIOR		
2160	3. JULIO BARBOSA MATIAUDA		
1912	4. LUIZ ALBERTO METZGER JACOBUS		

ANEXO V Sistema de Controle Interno

MATRÍCULA	NOME DO SERVIDOR		
1010	1. FÁBIO MATIAS POLLI	PRESIDENTE	
0937	2. REINHARD RICHTER		
1092	3. DEJANE LUÍZA BORTOLI		
1001	4. NELSON HENRIQUE MOREIRA		
1459	5. GILBERTO SIMÕES DE BONA		
0843	6. MANOEL RENATO BACK		

ANEXO VI Avaliação de Desempenho Funcional

MATRÍCULA	NOME DO SERVIDOR		
1290	1. HELOISA MARA LISBOA VIEIRA	PRESIDENTE	
1500	2. CIRO SILVEIRA		
1381	3. ILKA MARIA FRETTA LACERDA		
1258	4. JÂNIO MENDONÇA		
1705	5. IVONE DE F. BONOMINI DE LUNA		
2001	6. LAURICI SILVA DO HERVAL		
1458	7. GERSON R. DE BANDEIRA PAMPLONA		

ANEXO VII Junta Médica

MATRÍCULA	NOME DO SERVIDOR		
1173	1. VICENTE PACHECO OLIVEIRA	PRESIDENTE	
0420	2. OSVINO KOCH		
0243	3. ANGELO FERREIRA DA SILVA		
0926	4. ARISTEU VIEIRA STADLER		
1022	5. WALBIA S. BITENCOURT CORRÊA		
1150	6. FÁBIO FIGUEIREDO RIBEIRO		
1896	7. MARCO ANTÔNIO B. DA ROCHA		

ANEXO VIII Acompanhamento das Contas Públicas

MATRÍCULA	NOME DO SERVIDOR		
0935	1. RICARDO CASCAES SABINO	PRESIDENTE	
0763	2. CARLOS CASTILHO DE MATTOS		
1265	3. EDER DE QUADRA SALGADO		
0631	4. MARIA DO BONSUCESSO V. KOERICH		
1879	5. EVANDRO GONÇALVES PEREIRA		

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 171, de 28/04/2009

Designa servidores para integrar o Conselho Administrativo da Assembléia Legislativa.

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento nos artigos 76, caput, e 77 da Resolução nº 001/06,*

Art. 1º Designar para compor o Conselho Administrativo da Assembléia Legislativa, sob a coordenação do Diretor Geral, os servidores:

Nome do Servidor	Matr	Cargo
Paulo Ricardo Gwoszdz	2192	Diretor Geral
Sergio Augusto Machado	0581	Procurador Geral
Paulo Cezar Schlichting da Silva	5949	Chefe de Gabinete da Presidência
Jose Alberto Braunsperger	1566	Diretor Legislativo
Edenilso Jose Acorsi	2112	Diretor Administrativo e de Tecnologia
Carlos Antonio Blosfeld	4601	Diretor de Recursos Humanos
Maurício Nascimento	2039	Diretor Financeiro, em exercício
Lucia Helena Evangelista Vieira	4713	Diretor de Comunicação Social
Nome do Servidor	Matr	Representantes das Diretorias
Carlos Alberto de Lima Souza	2186	Diretoria Legislativa
Victor Inacio Kist	1039	Diretoria Administrativa e de Tecnologia
Arnaldo Ferreira dos Santos	6041	Diretoria de Recursos Humanos
Vanio Cardoso Darella	0938	Diretoria Financeira
Maria Helena Pereira Torres	3536	Diretoria de Comunicação Social

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o Ato da Mesa nº 224, de 13 de novembro de 2007.

Deputado Jorginho Mello - Presidente
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário
Deputada Ada Faraco De Luca - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 172, de 28/04/2009

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Art. 1.º Constituir novo "Comitê de Endomarketing" da ALESC, integrado pelos servidores **Victor Inacio Kist**, matrícula nº 1039, **Afonso Prates da Silva Júnior**, matrícula nº 1553, **Janaina do Nascimento**, matrícula nº 6032, **Epitácio Bittencourt Sobrinho**, matrícula nº 1025, **Maria Luiza da S. Dalbosco**, matrícula nº 1572, **Arnaldo Ferreira dos Santos**, matrícula nº 6041, **Rosana Brasca Cajuella**, matrícula nº 2020 e **Tayana Cardoso de Oliveira**, matrícula nº 4761, para, sob a coordenação do primeiro, estabelecer um sistema integrado de comunicação interna e aperfeiçoar as relações entre a Administração e os colaboradores, buscando reflexos positivos no desempenho e na satisfação dos mesmos em seu ambiente de trabalho.

Art. 2.º O Comitê de Endomarketing deverá:

I - Oferecer suporte e assessoramento técnico para o planejamento e a implementação de ações de comunicação intra-organizacional;

II - Supervisionar a elaboração do **Plano Estratégico de Endomarketing**, disponibilizando todas as informações e subsídios técnicos que contribuam para a sua adequação ao perfil e às necessidades da Instituição, aprovando-o e adotando-o como instrumento de orientação para o desenvolvimento de ações de comunicação com o público interno da ALESC;

III - Coordenar a implementação das ações descritas e recomendadas no Plano Estratégico de Endomarketing, definindo suas

prioridades e seqüência cronológica de execução, recomendando sua inclusão no Planejamento Anual da ALESC e a respectiva provisão orçamentária, de acordo com as diretrizes de gestão em vigor; e

IV - Realizar periodicamente o acompanhamento e avaliação da qualidade e da eficácia das ações, campanhas e outras iniciativas implementadas, com o propósito de preservar e promover o alinhamento do Plano Estratégico de Endomarketing com as diretrizes institucionais e assegurar a sua efetiva contribuição para o aprimoramento do modelo de gestão do capital humano da ALESC.

Art. 3.º Caberá ainda, adicionalmente, ao Comitê de Endomarketing, colaborar na elaboração do "**Manual de Atendimento ao Cidadão**", instrumento destinado a nortear os procedimentos de atendimento ao público.

Art. 4.º Os trabalhos desenvolvidos pelo Comitê não serão remunerados;

Art. 5.º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o Ato da Mesa nº 314, de 04/09/2006.

Deputado Jorginho Mello - Presidente
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário
Deputada Ada Faraco De Luca - Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATA DE COMISSÃO PERMANENTE

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA.

Às nove horas do dia quinze de abril de dois mil e nove, sob a Presidência do deputado Marcos Vieira, reuniu-se a Comissão de Finanças e Tributação, com a presença dos Senhores deputados: Décio Góes, Sílvio Dreveck, José Natal Pereira, Manoel Mota, Kennedy Nunes, Darci de Matos, em substituição ao deputado Renato Hinnig, Adherbal Ramos Cabral e a deputada Profª Odete de Jesus. Aberto os trabalhos, o Presidente colocou em discussão e votação a Ata da 6ª reunião ordinária, que, em discussão e votação, foi aprovada por unanimidade. Ato Continuum, o Presidente passou a palavra aos deputados, que passaram a relatar as matérias em pauta. **O deputado Sílvio Dreveck** relatou a seguinte matéria: Projeto de Lei nº 0034.0/2009, seu parecer foi pela aprovação, em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. **O deputado Darci de Matos** relatou o Projeto de Lei nº 0036.2/2009, seu parecer foi pela aprovação, em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O deputado Marcos Vieira** relatou as seguintes matérias: o Projeto de Lei número 0135.4/2007, exarando uma nota técnica, salientando ao relator da matéria- deputado Kennedy Nunes, que o seu relatório, dizendo que tal Projeto deveria ser da Comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia, regimentalmente deveria ser primeiramente parecer na Comissão de Finanças e Tributação. O Presidente relatou o Projeto de Lei Complementar/0004.0/2009, matéria essa que teve destaque, trata-se do Projeto que extingue quatrocentos e cinquenta e três cargos de analista da Receita Estadual na Secretaria de Estado da Fazenda e institui mecanismo de acordo de resultados para o incremento da arrecadação, faz parte de um conjunto de medidas encaminhadas pelo Executivo à Assembleia Legislativa. O deputado Presidente apresentou seu parecer favorável com a inclusão de duas emendas proposta pelo Governo Estadual. Uma delas, a aditiva, visa possibilitar o cumprimento da paridade da remuneração entre ativos, inativos e pensionistas de analistas da Receita Estadual, isto é, estende o benefício previsto aos inativos. Já a emenda modificativa esclarece como será efetuada a revisão anual da retribuição pelo esforço de cobrança de crédito inadimplente. Com a mudança na revisão do valor da retribuição, será mantido o quantitativo de servidores previstos e o valor da vantagem não poderá ultrapassar o dobro da média dos valores pagos nos exercícios anteriores. Nesse ponto, a gratificação por produtividade segue o comportamento anual da Receita do Estado. "Se aumenta a arrecadação, aumenta o benefício, se ela diminui, também diminui a gratificação". Um longo debate aconteceu entre os parlamentares, cada um ressaltando o mérito, as consequências e as precauções em torno do mesmo. O único que votou contra a proposta, foi o deputado José Natal Pereira: "este é um Projeto político que discrimina os outros Servidores Públicos". Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença dos deputados e encerrou a presente reunião, da qual, eu, Sílvio Nestor de Souza, Chefe de Secretaria, lavei a presente ata, que após lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo Presidente e posteriormente publicada no Diário desta

Assembleia Legislativa. Sala das Comissões, em quinze de abril de dois mil e nove.

Deputado Marcos Vieira
Presidente da Comissão de Finanças e Tributação
*** X X X ***

AVISOS DE RESULTADO

AVISO DE RESULTADO

A Pregoeira da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designada pela Portaria n.º 696, de 06/04/2009 comunica que, atendidas as especificações constantes do edital próprio, a licitação modalidade Pregão nº 010/2009, referente à aquisição de medicamentos e materiais para a Coordenadoria de Saúde e Assistência da Alesc (produtos odontológicos, de enfermagem, fisioterapia, laboratório e farmácia).

Lote 1 - Vencedora: CENTERLABSC - COM. PRODUTOS LABORAT. LTDA-ME
Valor do Último Lance: R\$ 18.616,32

Lote 2 - Restou deserto

Lote 3 - Vencedora: VITAL COMÉRCIO PROD. HOSPITALARES.
Valor do Último Lance: R\$ 9.000,00

Lote 4 - Vencedora: VITAL COMÉRCIO PROD. HOSPITALARES.
Valor do Último Lance: R\$ 5.274,20

Lote 5 - Vencedora: ELIZABETH HERBERTS E CIA LTDA
Valor do Último Lance: R\$ 27.629,38

Florianópolis, 24 de abril de 2009.

SINARA LÚCIA VALAR DAL GRANDE
PREGOEIRA

*** X X X ***

AVISO DE RESULTADO

O Pregoeiro da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designado pela Portaria n.º 748, de 14/04/2009 comunica que, atendidas as especificações constantes do edital próprio, a licitação modalidade Pregão nº 012/2009, referente à instalação de 150 pontos de TV por assinatura (TV a Cabo), incluindo a manutenção, cabeamento, acessórios, decoders digitais e demais materiais necessários a execução do serviço, **RESTOU DESERTO**.

Florianópolis, 28 de abril de 2009.

VALTER EUCLIDES DAMASCO
Pregoeiro

*** X X X ***

MENSAGEM GOVERNAMENTAL

ESTADO DE SANTA CATARINA GABINETE DO GOVERNADOR MENSAGEM Nº 929

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Em estrita observância às determinações contidas nos artigos 40, inciso IV, alínea "c", e 70 da Constituição Estadual, comunico a essa augusta Casa Legislativa que devo ausentar-me do

País com destino ao Uruguai, saindo no dia 28 de abril, no período noturno, e retornando no dia 29 de abril do corrente ano, igualmente no período noturno, para cumprir agenda constante no roteiro anexo, visando a presença de uma grande comitiva Sul-Americana no *World Trade & Tourism Council - WTTC* (conselho Mundial de Turismo), que se realizará em Florianópolis, nos dias 14 à 18 de maio próximo.

Florianópolis, 27 de abril de 2009

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA
Governador do Estado

COMUNICADO AO PLENÁRIO
EM SESSÃO DE 28/04/09

VIAGEM DO GOVERNADOR LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA PARA O PARAGUAI

Período: 28 a 30 de abril de 2009

Dia 28 de abril (terça-feira) - Florianópolis/Montevidéu

- 19:00h - Partida de Florianópolis para Montevidéu com aeronave Citation

- 20:30h - Chegada em Montevidéu

Recepção por autoridade da Embaixada do Brasil

Contato: Conselheiro Almir Lima do Nascimento

Telefone de contato: 0021 59 827 096821

Celular: 00 21 598 9997-3910

Transfer do aeroporto para o Hotel Radisson, a cargo da Embaixada do Brasil

Instalação no Radisson Montevidéu Victoria Plaza Hotel

Plaza Independencia, 759

Tel. (598.2) 903.1318

radisson@radisson.com.uy

Dia 29 de abril (quarta-feira) - Montevidéu

- 09:00h - Audiência com o Ministro de Turismo, Héctor Lezcano

Pauta: Convide para o encontro do WTTC em Florianópolis

Local: Ministério do Turismo

Rambla 25 de Agosto y Yacaré - 2º andar

Tel: 00 21 (5982) 1885-304

Contato: Sr. Martín Real de Azúa - real@mintur.gub.uy

- 10:15h - Reunião com operadores e autoridades do setor de turismo e imprensa

Local: Hotel Radisson - Sala Renoir - 4º andar

Plaza Independência, 759

Tel. 00 21 (5982) 903.1318

radisson@radisson.com.uy

Contato: Sra. Virginia Carbó

- 12:30h - Encontro com a Intendente Interina de Montevidéu, Sra. Hyra Rodrigues

Local: Palácio Municipal - San José 1360 (primeiro acesso à esquerda)

Tel. 00 21 (5982) 1950-2102

Contato: Sr. José Carlos

- 13:30h - Almoço oferecido pelo Embaixador do Brasil, José Eduardo M. Felício e Sra. Embaixatriz Mirian Felício, ao Governador e comitiva

Local: Residência Oficial

- 16:00h - Encontro com o Chanceler Gonzalo Fernández

Local: Ministério das Relações Exteriores

Colonia 1206 - 6º andar

Aguardando possível audiência com o Presidente da República, Dr. Tabaré Vázquez

- 20:00h - Início das apresentações de dança em comemoração ao "Dia Internacional da Dança"

Apresentação e participação das seguintes companhia de dança:

1 - Instituto Superior de Arte do Teatro Colón de Buenos Aires (Argentina)

2 - Escola Nacional de Dança do Uruguai

3 - Escola do teatro Bolshoi no Brasil

Local: Teatro de Sodre

Auditório Nelly Goitiño, Avenida 18 de julho

Site: www.sodre.gub.uy

Contatos: 00 21 5982 901 2850

- 23:50h - Final do espetáculo e deslocamento para o aeroporto (horário aproximado)

Transfer para o aeroporto a cargo da Embaixada do Brasil

Dia 30 de abril (quinta-feira) - Montevidéu/São Paulo/Florianópolis

- 00:20h - Chegada no aeroporto

- 01:00h - Partida de Montevidéu para São Paulo com aeronave Citation

- 03:00h - Chegada em São Paulo

Instalação no Hotel Hilton

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 783, de 28/04/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 770, de 16 de abril de 2009, que exonerou DALTON LUIZ MARCON, matrícula nº 5548, no Gabinete do Deputado Ismael dos Santos.

Paulo Ricardo Gwoszd

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 784, de 28/04/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 771, de 16 de abril de 2009, que nomeou AMILTON ASCARI, matrícula nº 3452, para o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-40, no Gabinete do Deputado Ismael dos Santos.

Paulo Ricardo Gwoszd

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 785, de 28/04/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0684/09,

RESOLVE:

ALTERAR nos assentamentos funcionais, o nome da servidora SÂNIA BARRETO PERFEITO, matrícula nº 1598, fazendo constar como sendo **SÂNIA BARRETO**, alteração definida nos termos da certidão exarada pelo Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais de Florianópolis/SC.

Paulo Ricardo Gwoszd

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 786, de 28/04/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR a servidora **VERA MATTOS**, matrícula nº 1584, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-45, na DAT - Coordenadoria de Informações, a contar de 1º de abril de 2009.

Paulo Ricardo Gwoszd

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 787, de 28/04/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, tendo em vista o que consta do Processo nº 0689/09,

RESOLVE: *com fundamento no art. 62, I, e art. 63 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

PRORROGAR LICENÇA para tratamento de saúde da servidora **MARIA LUIZA BRASIL**, matrícula nº 1134, por 60 (sessenta) dias, a contar de 18 de abril de 2009.

Paulo Ricardo Gwoszd

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 788, de 28/04/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 62, I, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

CONCEDER LICENÇA para tratamento de saúde aos servidores abaixo relacionados:

Paulo Ricardo Gwoszd

Diretor Geral

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
1437	Iwana Lucia Lentz	60	14/04/09	0692/09
0631	Maria do Bonucesso V. Koerich	15	15/04/09	0691/09
2103	Maria Lucia Fedeli Gonçalves	15	20/04/09	0690/09

Paulo Ricardo Gwoszd

Diretor Geral

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 112/09

Declara de utilidade pública a Associação Esportiva Kindermann - AEK, com sede no município de Caçador.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Esportiva Kindermann - AEK, com sede no município de Caçador.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Reno Caramori

Lido no Expediente

Sessão de 28/04/09

JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada consideração de Vossas Excelências o projeto de lei em anexo que objetiva declarar de utilidade pública a Associação Esportiva Kindermann - AEK, com sede no município de Caçador.

Trata-se de uma associação sem fins lucrativos, fundada em 23/08/1996, dedicada ao futsal e ao futebol, que visa entre seus relevantes objetivos, a integração de atletas e aficionados do desporto e do lazer do município de Caçador e do meio oeste de Santa Catarina, desenvolvendo uma política sócio educacional, cultural e desportiva, desde a infância até a fase adulta dos atletas, incentivando em conjunto com a comunidade, a participação em competições esportivas no âmbito municipal, regional, estadual e nacional

Assim, para dar continuidade a essas dignas ações de interesse público, faz-se necessário que a Associação Esportiva Kindermann, seja beneficiada com a declaração de utilidade pública estadual.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 113/09

Declara de Utilidade Pública o Clube Náutico Almirante Barroso, de Itajaí.

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, o Clube Náutico Almirante Barroso, com sede e foro na cidade e Comarca de Itajaí.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputada Ana Paula Lima

Lido no Expediente

Sessão de 28/04/09

JUSTIFICATIVA

O Clube Náutico Almirante Barroso, fundado em 11 de maio de 1919, na Cidade de Itajaí, é uma sociedade civil de direito privado, sem finalidade lucrativa, política ou religiosa, de duração indeterminada.

Destina-se a congregar seus associados e familiares, em diversões, reuniões e promover entre os mesmos a prática do esporte em geral.

Tem por finalidade:

- a inclusão de crianças nas escolinhas de esportes do clube, em parceria com a Secretaria da Criança e do Adolescente;

- Concessão de espaço do clube para a Secretaria de Assistência Social, para atividades do programa Projovem;

- Parceria com a Fundação Municipal de Esportes, Administração Pública para desenvolvimento de atividades do município;

- Parceria com a Associação de Esportes Adaptados da Terceira Idade de Itajaí na concessão de espaço para atividades diversas;

- Parceria com diversas associações que trabalham na área de inclusão social e cidadania de Itajaí bem como com o Poder Público Municipal.

Anexo ao presente segue a documentação exigida pela Lei nº 10.436, de 01 de julho de 1997.

Assim, solicitamos o acolhimento deste Projeto de Lei.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 114/09

Obriga as concessionárias e empresas prestadoras de serviços públicos a emitir, no final de cada ano, recibo de quitação para os consumidores.

Art. 1º As concessionárias e empresas prestadoras de serviços públicos emitirão, ao final de cada ano, recibo de quitação dos serviços prestados no ano anterior para os consumidores.

Parágrafo único - A quitação poderá vir expressa nos boletos de cobrança.

Art. 2º O descumprimento do disposto no artigo 1º ensejará a multa de 10.000 (dez mil reais), dobrada em caso de reincidência.

Parágrafo único - Sem prejuízo do disposto no *caput* a infração a esta Lei impedirá a renovação ou prorrogação do contrato de concessão.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão a conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário. *Q*

Art. 4º As concessionárias e empresas prestadoras de serviços públicos com contrato em vigor terão o prazo de 120 (cento e vinte) dias para se adequarem ao previsto nesta Lei, a contar da data de sua publicação.

Parágrafo único - Os contratos novos já deverão prever essa obrigatoriedade.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Joares Ponticelli

Lido no Expediente

Sessão de 28/04/09

JUSTIFICATIVA

A presente proposição obriga as concessionárias e empresas prestadoras de serviços públicos a emitir recibo de quitação no final de cada ano, dos serviços prestados no ano anterior, com o intuito de facilitar a vida dos consumidores. Isso por que para evitar eventual questionamento acerca do pagamento de determinado serviço, todos os consumidores ficam obrigados a guardar por muitos anos, inúmeros comprovantes de pagamento.

Ora, se a prestadora de serviço no final de cada ano emitir esse recibo de quitação do ano anterior, os consumidores ficam desobrigados de manter consigo todos os comprovantes de pagamento do ano inteiro.

Essa exigência não trará qualquer ônus às concessionárias e empresas prestadoras de serviços públicos, pois o recibo de quitação poderá ser concedido através do primeiro boleto de cobrança do ano seguinte.

Tendo a certeza que essa medida contribuirá com os consumidores, proponho o presente projeto de lei e conto com a colaboração de meus nobres Pares.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 115/09

Altera a Lei nº 9.948, de 20 de outubro de 1995, que declara de utilidade pública o Instituto de Divulgação Espírita de Joinville.

Art. 1º A Lei nº 9.948, de 20 de outubro de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Complexo Assistencial Lar Espírita Maria de Nazareth, com sede no município de Araquari.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Romildo Titon

Lido no Expediente

Sessão de 28/04/09

JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada consideração de Vossas Excelências o projeto de lei em anexo que objetiva alterar a Lei nº 9.948, de 20 de outubro de 1995, em razão da alteração da denominação da entidade, observada no Estatuto Social constante do Ofício 0056.2/2009, bem como adequá-la à Lei 14.182/2007, que dispõe sobre o reconhecimento de utilidade pública estadual.

*** X X X ***